

DOIS

WOMDOS
WOMDOS



Em busca de valores e referências

SENADOR PEDRO SIMON



SENADO FEDERAL

Senador PEDRO SIMON

DOIS MUNDOS

Em busca de valores e referências

Brasília – 2007

Simon, Pedro.

Dois mundos : em busca de valores e referências / Pedro Simon. – Brasília : Senado Federal, 2007.

184 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Ética política. I. Título.

CDD 320.08

“Uma vida não basta ser vivida. Ela precisa ser sonhada”

Mário Quintana

“O Homem é do tamanho dos seus sonhos”

Fernando Pessoa

“Onde houver trevas, que eu leve a luz”

Oração de São Francisco de Assis

APRESENTAÇÃO

Recebi, no meu gabinete, há algumas semanas, um religioso portador do pedido de socorro de uma comunidade das mais populosas do entorno do Distrito Federal. Tenho assistido, pela televisão, às notícias cruéis sobre a violência que se espalha pelo país, dando conta da banalização da vida, na maioria das vezes, em troca do muito pouco. Muitas vezes, do nada. Mata-se por matar, pelo brutal desejo de abortar os sonhos de alguém, quase sempre inocente. Confesso, entretanto, que não imaginava ouvir, de viva voz, tamanha barbárie.

O País ainda vivia a comoção pela morte de um menino, sonhos abortados tão precocemente, arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro. A dor dos pais penetrava na alma de todos os brasileiros. O menino da cruel tragédia (des)humana transformou-se, num lapso de tempo, naquela esquina qualquer da cidade chamada “maravilhosa”, no filho, ou no irmão, de cada um de nós, independente do canto, ou do recanto, deste imenso país de contrastes. A perda de um ente querido, ainda que natural, é um dos mais tristes momentos dessa nossa travessia terrena. Com sinais de crueldade, é bestial.

Contou-me o religioso que sua comunidade, com dez mil habitantes em 1980 e duzentos e cinqüenta mil hoje, é dividida por uma rodovia federal. Pois bem, embora não se saiba, com certeza, como tudo começou, estabeleceu-se, ali, um conflito envolvendo os dois lados da mesma rodovia. A cada violência de um lado, a correspondência sangrenta do outro, em doses sempre maiores. A estrada se transformou num leito de morte. Mata-se a esmo, por prazer, com requintes de crueldade que prefiro omitir, para não disseminar, ainda mais, a minha repugnância.

Há, ainda, uma lista macabra de “cabras marcados para morrer”. São, na maioria, nomes conhecidos da comunidade, normalmente os que se opõem a essa guerra civil não declarada, e que procuram o Estado, e muitas vezes não encontram, em busca do sagrado direito à segurança, conforme prescrito na Constituição Brasileira. Percebi que, naquele momento, se ainda não estivesse, poderia estar sendo grafado, na mesma lista, o nome do meu interlocutor. Confesso que me senti um tanto quanto impotente diante de histórias tão dolorosas. Ao mesmo tempo, fortaleci-me na coragem de uma criatura ainda tão jovem, plena de fé nos ensinamentos divinos, de amor ao próximo, sentimento que recheia as suas pregações diárias. Um corpo tão franzino, uma alma do tamanho dos seus sonhos!

Para o caso específico, nada me restou, além de cobrar das autoridades constituídas uma ação enérgica de combate à violência revelada. Mas, para mim, aquele rosto assustado e esperançoso era emblemático. Quantas seriam as faces, de

tantas outras pessoas neste país, vivendo igual angústia e tal temor, marcadas para perder a própria vida, ou para sofrer pela perda da companhia de um filho, de um pai, de uma mãe, ou de um amigo do peito? São milhares, que vivem, não somente nas nossas grandes metrópoles, mas, agora também, nas outrora pacatas e bucólicas cidades brasileiras.

Que diferença têm os matadores dos dois lados da rodovia, numa cidade satélite do Distrito Federal, com os “senhores da guerra”, que exterminam populações inteiras, em nome do poder e da ganância? Pior: em nome de Deus? São iguais, os dos gatilhos e os dos rastilhos, como igual é a dor dos meninos da guerra, na cidade-satélite, na metrópole mais iluminada, ou no lugarejo mais singelo.

O que se assiste, nestes nossos turbulentos dias, é uma cruel e perversa banalização da vida. Perderam-se, na ventania da barbárie, os nossos melhores valores e referências de vida, cultivados durante gerações inteiras. A televisão substituiu a família, a escola e a igreja, não apenas na melhor informação, mas, principalmente, na formação do caráter, principalmente dos mais jovens. O círculo familiar da troca de idéias, por exemplo, deu lugar ao semicírculo do silêncio, cortado pela voz do locutor, ou do ator. A vida, nem mesmo, imita a ficção. É substituída por ela.

A questão central, quando se analisa o papel da televisão na formação da sociedade é se o noticiário reiterado da violência não geraria efeitos multiplicadores da barbárie. Ou seja, se é a notícia que municia as novelas, tão pobres das melhores referências, ou se ocorre, exatamente, o contrário.

O escritor Sílvio de Abreu atribui a inversão de valores presente nas novelas, legitimada pelas pesquisas qualitativas, aos escândalos e à falta de ética na política que, no caso, nada têm de ficção. Ao contrário, tem sido prática cada vez mais constante na realidade brasileira e, conseqüentemente, no noticiário do dia-a-dia. Para o autor, portanto, é o noticiário que municia, e legitima, o enredo.

Nunca, em qualquer outro momento da nossa história política, a corrupção campeou, com tamanha desenvoltura, nos corredores do poder. Todos os segmentos da Administração Pública viraram notícia. Transferiram-se dos cadernos de política para as páginas policiais. Receberam, nas operações da Polícia Federal, nomes dos mais criativos. Mas, é, ainda, um segmento que tem condições financeiras para contratar os melhores advogados. Para estes, a justiça descansa. Do outro lado do muro, uma imensa maioria, que mal sabe o que é justiça, mas que conhece, muito bem, a polícia.

Há, portanto, um verdadeiro muro da vergonha que divide o mundo entre incluídos e excluídos. De um lado, a grife, a opulência. De outro, a fome, a miséria. O consumismo se transformou num verdadeiro fundamentalismo religioso imposto pelas escrituras da globalização. Daí, a busca de valores e referências perdidos nestes tempos de barbárie e de desvios éticos do comportamento humano. Um resgate do melhor conceito de humanidade. E, quem sabe, de felicidade.

É por isso que temas como família, escola, igreja, mídia, ética, valores, referências, legitimidade institucional, reforma política, desobediência civil, violência, barbárie, fome,

miséria, entre outros afins, são tão reiterados, nas reflexões aqui publicadas. Tenho repetido que as mudanças que o país tanto reclama deverão emergir da sociedade civil, de fora para dentro das instituições públicas que, pilares da democracia, apresentam, hoje, baixíssimos índices de legitimidade. Para que essa esperança coletiva se torne realidade, há que se ocupar, de novo, as ruas e as praças deste País, através da sociedade civil organizada, em manifestações pacíficas, como nos momentos históricos das Diretas-Já e dos Caras-Pintadas. O País não pode conviver, mais, com tamanha barbárie e corrupção, que corroem os pilares da democracia brasileira.

O Brasil perdeu, nos tempos recentes, nomes referenciais como Dom Ivo Lorscheiter, Dom Helder Câmara, Barbosa Lima Sobrinho, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Darcy Ribeiro, Raimundo Faoro, Evandro Lins e Silva, Sobral Pinto, Celso Furtado, entre tantos outros. Ficaram, entretanto, os seus exemplos e ensinamentos. São homens que não se contentaram em viver a história do País. Fizeram-na.

Todos esses exemplos e ensinamentos são fundamentais para que possamos conceber um projeto de país verdadeiramente nacional. Não há como continuar convivendo com milhões de excluídos, numa terra que mais se parece uma síntese da Criação. Não se quer, evidentemente, o fim do supérfluo, mas a distribuição democrática do necessário.

Espero que a leitura desta publicação, extraída dos meus principais pronunciamentos no plenário do Senado Federal e de palestras em universidades e instituições representati-

vas da sociedade civil, vá muito além da sua mera tiragem. Como instrumento de discussão em busca da realização dos melhores sonhos por um país moldado pela dignidade, pela ética, pela democracia, pela soberania e pela cidadania, ela não pode dormir nas prateleiras frias do esquecimento.

Senador PEDRO SIMON

SUMÁRIO

	Pág.
1. Carta aberta para Rosa Cristina	13
2. O mapa da violência: o Iraque é aqui	17
3. A mídia e a multiplicação da barbárie	25
4. O Papa, a mídia e a Fazenda da Esperança	37
5. Hoje, o Brasil de amanhã	45
6. Dois mundos	49
7. Um registro único, um único país	61
8. Uma CPMI luz dos fatos	67
9. A bênção, Heloísa Helena	77
10. Crônica de uma catástrofe vivenciada	89
11. O Brasil no mapa do luxo	97
12. Dom Ivo, o gigante da esperança	109
13. A Campanha da Fraternidade e a Amazônia: um grito pela soberania	115

	Pág.
14. Onze de agosto: o outro dia da independência	123
15. A UNE: uma história de luta	129
16. As pequenas sementes	133
17. Um novo projeto de país	137
18. Sobe!	149
19. Operação Mãos Limpas versão brasileira	153
20. Família, escola, igreja e nação: pelo resgate dos melhores valores e referências	163
21. Reage, Brasil!	173

1. CARTA ABERTA PARA ROSA CRISTINA

Mãe,

Conheço o tamanho da tua dor, que é a mesma do Élson e da Aline. Para mim, é, também, uma dor vivida. A perda de um filho é, sem dúvida, o maior de todos os sofrimentos. Por que tamanha provação? Versões contemporâneas de Abraão? “Tome seu filho, o seu único filho Isaac, a quem você ama, vá à terra de Moriá e ofereça-o, aí, em holocausto, sobre uma montanha que eu vou lhe mostrar”. Por que, então, o anjo de Javé não te ajudou a desatar aquela simples fivela, de um cinto dito de segurança, que permitiria devolver aos teus braços de mãe, o pequeno João Hélio, o Isaac dos nossos tempos, para que ele permanecesse entre nós, dividindo e multiplicando sua alegria de vida? “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?”

É nestes momentos que nos sentimos ínfimos, diante dos desígnios do Criador. Pior: é, também, nestes mesmos momentos que sabemos o quanto a humanidade se distanciou da Sua obra. Disseste, “eles não têm coração”. Eles têm! É que nós utilizamos os dons que nos são ungidos e criamos,

como novos deuses, a inteligência artificial, enquanto desdenhamos os sentimentos mais sublimes e naturais, aqueles que brotam, somente e semente, em corações fertilizados pelo amor e pela fraternidade. Ao contrário, permitimos que florescesse, em muitos corações, nas favelas e nos palácios, a barbárie. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, em Washington ou em Bagdá. É a humanidade, enquanto gênero humano, que se distancia dos seus próprios conceitos de benevolência, de clemência e de compaixão.

Que tuas lágrimas não se percam, apenas, nos índices de audiência e nos discursos de conveniência. Ao contrário, que elas mobilizem corações e mentes para a reconstrução dos valores que perdemos nessa travessia terrena. Em outros tempos, não tão distantes, os valores morais e culturais se construía sobre o tripé família, escola e igreja. Hoje, a família foi dilacerada. A escola, sucateada. A igreja, excomungada. No lugar, um novo, e perverso, tripé: a droga, a rua e a arma. A droga, como estímulo. A rua, como palco. A arma, como poder.

Ainda naqueles outros tempos, as famílias se reuniam para contar, e para trocar, suas histórias de vida. Era um grande círculo de amizade e fraternidade. Família, escola e igreja, ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Respeito, aprendizado e bênção. Pais heróis. Hoje, o círculo familiar deu lugar a um semicírculo vicioso. No centro, a TV, e os novos heróis são aqueles que mais atiram, que mais batem, que mais matam. É a arte imitando a vida. Ou incentivando a morte. Ou vice-versa.

Portanto, por mais que se tente considerar ultrapassados os discursos, como os meus, que pregam o resgate da humanidade, o teu sacrifício demonstra que eles são atuais e, cada vez mais, necessários. Por isso, não mudei, nestes tantos anos de vida pública. Continuo vivendo os valores que herdei. Da família, da escola e da igreja. Para mim, não há diferença, na dor, entre o marginal que puxa o gatilho nas esquinas e o dirigente que manda despejar mísseis sobre cidades inteiras. Quantas serão as mães de Bagdá, que choram a morte de seus pequenos inocentes, meninos da guerra, trucidados em nome do poder e da ganância. Pior: “em nome de Deus”. São, todos, bárbaros, cruéis, desumanos.

É essa a minha luta: resgatar o verdadeiro sentido de humanidade. Que os homens retomem o projeto do Criador. Onde reina a barbárie, de nada vão adiantar novas leis que não se cumprem; novas punições, que servirão, tão somente, para alimentar a impunidade. Há que se ressuscitar as letras mortas. E, isso se faz, somente, com o grito estridente das ruas.

Como bem disseste, o teu filho não pode ser mais um número nas estatísticas da violência. Como em outros casos tão recentes, temo que a tua imolação seja esquecida, quando a comoção dobrar a esquina. Talvez, a mesma esquina em que foste abordada, tão covardemente. Mas, a tua dor, não. A dor por um filho é eterna. Mas, há, sempre, lá no mais fundo da nossa existência, uma imensa força, que nos faz, pelo menos, conviver com tamanho sofrimento. Essa energia, que é divina, nos ampara, até o reencontro, em outra dimensão. Por isso, as tuas lágrimas têm que irrigar a indignação, que

hoje toma conta de estádios, de ruas e de lares. Das famílias, das escolas e das igrejas. Quem sabe o sacrifício do teu filho signifique o renascimento do tripé que suporta outros valores, que não a barbárie.

Somos parceiros, nessa dor. Em tempo: quando conversares com o João Hélio, nos teus sonhos de mãe, dize-lhe que um menino alegre, feliz, bonito e inteligente como ele irá procurá-lo, entre todos os anjos. Dize-lhe que eles têm muito em comum na inocência de criança. Ele partiu há alguns anos, mas, nas minhas mais belas lembranças, continua o mesmo guri que me encantava a alma. Também partiu precoce, como todas as vítimas de algum tipo de violência. Dize-lhe que esse guri se chama Matheus. Eu já conversei com ele, nos meus sonhos de pai.

Um abraço fraterno,

Senador PEDRO SIMON

2. O MAPA DA VIOLÊNCIA: O IRAQUE É AQUI

Fico imaginando uma cena, possível, de um cidadão iraquiano, em Bagdá, em Kirkuk, em Mossul, ou em Tikrit, depois de um dia de trabalho árduo, sentado na poltrona de sua sala, ávido por se inteirar sobre as notícias do mundo. Aí, o jornalista correspondente no Brasil, ao vivo, se isso ainda é possível, noticia sobre o lançamento do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. A cena poderia ter, como pano de fundo, uma jovem, corpo estendido no chão, ou uma criança ferida de morte, no colo da mãe, em um ônibus qualquer, que saía da alegria do carnaval, e voltava para a realidade, nua a crua, da favela. O tal jornalista lê informações dos primeiros parágrafos do estudo elaborado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura:

“O número total de homicídios, no Brasil, em um ano, foi de 48.374. Em 2003, foram mortas 51.043 pessoas. Em dez anos, quase 450.000.”

Aí, o iraquiano, estupefato, sofrerá uma enorme “pane” geográfica: “Afinal, onde é a guerra? Sob a minha janela, a partir da qual posso ver, estarecido, dezenas de mísseis iluminarem os céus, lançados pelos bárbaros de hoje, ou na minha própria sala, onde a televisão é, na verdade, uma janela dos tempos modernos, que me mostra um mundo igualmente selvagem?”.

Na guerra do Iraque, quando o mundo viu, através de suas janelas de última geração, em tempo real, toneladas de bombas sobre cabeças inocentes, morreram, no primeiro ataque da versão repetida e ampliada da “Tempestade no Deserto”, 13 mil pessoas. No ano passado, os mortos civis somaram algo como 34.500. Portanto, esse número, em um ano, na guerra declarada iraquiana, é muito menor que o da guerra não-declarada, brasileira. A matança, aqui, em dez anos, equivaleria, mantida a média anual, a 13 anos de guerra no Iraque, com toda a força destrutiva do arsenal aliado, e da igual bestialidade dos incríveis homens-bomba.

Outros conflitos, do mesmo modo violentos, servem como referência para a nossa cruel realidade. Na guerra de Angola, morreram 13 mil, por ano. Na luta pela independência do Timor Leste, aproximadamente 4 mil. Em quase quatro décadas de lutas na Guerra Civil na Colômbia, conduzida pelo narcotráfico, cerca de 30 mil mortos.

Cinquenta mil brasileiros morrem, por ano, assassinados. É como se, a cada dois anos, fosse suprimida do mapa do Brasil, uma cidade do porte de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul! Ou, a cada década, uma Niterói, no Rio de

Janeiro. Isso, sem contar as mortes por todos os outros tipos de violência, nem os inúmeros feridos, que igualmente têm seus sonhos de vida abortados pela bestialidade desumana. Pior: são sonhos de vida ainda debutante, porque a violência ataca, principalmente, os mais novos. É como se estivéssemos dizimando, na verdade, o futuro do país. Os homicidas preferem a chamada “faixa jovem”. Meninos, ainda, no florescer dos 15 anos, engrossam a estatística macabra dessa violência de último grau. Em uma década, as mortes, nessa faixa de idade, tiveram um aumento de 63%!

Lembro-me, então, da Gabriela, uma linda menina, mãos entrelaçadas para simbolizar o pombo da paz. Uma bala perdida roubou-lhe os sonhos de uma alegre festa de debutante. Lembro-me, também, da Luciana, ferida no pátio de uma universidade, junto com os seus desejos juvenis de salvar vidas, como enfermeira. Como me esquecer da Priscila, 13 anos, a “princesa do bairro”: “Mãe, eu levei um tiro. Me ajuda”. Triste coincidência e lamentável contradição: como a Luciana, ela quer ser enfermeira e uma bala perdida pode abortar os sonhos e os desejos de salvar tantas outras vidas, quem sabe vítimas, também, de semelhantes tragédias. Espero, em Deus, que não! Lembro-me, enfim, de tantos outros sonhos e desejos, interrompidos pela barbárie.

Fico imaginando o que leva o ser, chamado humano, a tamanha bestialidade? O que leva alguém, em sã consciência, se é que se pode chamar desta forma, a ceifar a vida de outrem? Que sentimentos movem os dedos de quem puxa um gatilho? Ou, de quem incendeia um rastilho? Que so-

nhos povoam as noites de quem manda impulsionar o míssil? Que sabor tem o gosto de fel, na boca de quem destrói os mais belos sonhos de vida?

De repente, eu me submeto à realidade de que estamos, todos, envolvidos numa grande guerra mundial. Não importa se é a terceira, ou se é a primeira, em novos, e igualmente cruentos, moldes. Quantos serão, neste mundo de Deus, os que, simplesmente, não morrem, mas que são mortos? Milhões? Bilhões? Mortos pela bala, pelo míssil, pela fome, pela miséria, pelo desdém, pelo poder, pela ganância. Que diferença faz? Não seria maior a esperança natural de vida de quem não fosse atingido por essa mesma bala, por esse mesmo míssil, por essa mesma ganância ou, ao contrário, de quem fosse atingido, aí sim, pelo alimento que sacia, pelo remédio que cura, pelo saber que ilumina, ou pelo afeto que enleva? Não seria, portanto, uma espécie de cumplicidade homicida a atitude, ou a omissão, daquele que, mesmo sabendo que semelhantes, muitas vezes muito próximos, morrem de fome e, mesmo assim, jogam excessos de comida no lixo, por mera luxúria ou opulência? Ou, daquele que, sabedor do sofrimento e das mortes nas filas dos hospitais, ou da escuridão do analfabetismo, rouba o dinheiro público, em nome da ganância?

Seria a omissão uma arma que fere, de morte?

Não haveria, então, uma correlação, perversa, entre o omissor, ou o corrupto, e o que puxa o gatilho, ou o que manda detonar o míssil? Não estariam, todos eles, causando, ou deixando causar, igualmente, dor, sofrimento e morte?

Essa guerra mundial, a que me refiro, é, portanto, um conflito de valores. Lembro-me, por exemplo, de uma pesquisa, realizada em um município de grande porte, cujo resultado dava conta de que, se juntados os restos de comida, jogados no lixo, de boa qualidade, seriam eles suficientes para saciar todos os famintos locais e, ainda assim, sobraria alimento para outros miseráveis, de outros municípios. Quanto somará, então, esse desperdício, em escala mundial?

Imagine-se, também, o quanto se poderia evitar mortes prematuras, com todo o dinheiro que escoo pelo ralo da corrupção.

Some-se, a tudo isso, o que se gasta com as tais armas, sejam elas de gatilhos, ou de rastilhos.

No dia 13 de fevereiro de 2007, tomei a iniciativa de escrever uma carta aberta à Rosa Cristina, mãe do menino João Hélio, covardemente assassinado no Rio de Janeiro. Esse crime lamentável se somou a todas as estatísticas de violência, local, nacional e mundial. Ele será, com certeza, assunto de teses e de livros. Rios de tinta. Casos especiais de televisão e picos de audiência. Mas, como eu disse na mesma carta, repetindo as palavras dos pais, ele não pode ser mais, apenas, um número. Até porque, a ele se somou, logo em seguida, o da menina Joilma, nos braços da mãe, no caminho do Carnaval à favela. Ou, de tantos outros colos, de tantas outras mães, de tantos outros Joãos Hélios, de tantas outras Joilmas, ou, ainda, de tantos outros Mohamed's, aqui, sob a nossa janela, ou lá, nas janelas do cidadão iraquiano, a real e a virtual. Ou, ainda, através de todas as janelas do mundo.

O Mapa da Violência no Brasil mostra uma evidente interiorização dos crimes, principalmente os homicídios. Cidadesinhas, antes pacatas, até bucólicas, hoje incorporam medos antes exclusivos da grande metrópole. Lugarejos, antes conhecidos, apenas, nos registros censitários, povoam, agora, as páginas policiais. Diria eu, entretanto, que não há, apenas, a interiorização da violência. Há, na verdade, uma globalização da barbárie.

Por isso, a “Carta Aberta para a Rosa Cristina” é uma mensagem a todas as mães que sofrem algum tipo de violência. Uma mãe universal, em todos os sentidos da palavra. Mãe, quem não é, a tem. Como colo, ou na mais bela lembrança. Para mim, deveria haver uma espécie de decreto universal, quem sabe uma resolução da ONU, segundo a qual, a palavra mãe, em todas as línguas e em todos os dialetos, deva ser escrita, obrigatoriamente, com letra maiúscula. Mãe é nome próprio! É por isso que as manifestações da Rosa Cristina me tocaram a alma. Ali estava, na voz, nas lágrimas e na atitude, todas as mães do mundo que sofreram a barbaridade da morte violenta de um filho. Uma espécie de Maria dos nossos tempos. Iguais, no calvário.

Mas, eu não imaginava que a tal carta alcançasse tamanha repercussão. Das igrejas, das escolas e das famílias. Pastores, de todas as religiões; professores, de todas as disciplinas; pais, mães e filhos de todos os cantos e recantos do País. Juízes, médicos, jornalistas, operários, cidadãos do povo. Dezenas, centenas de manifestações. Correntes de oração e de discussão. Mas, o que é relevante não é, apenas, a quantidade

de mensagens. É que eu não imaginava, também, o tamanho da indignação popular. Mais do que indignação, talvez: um heróico brado retumbante contra a barbárie. Um alistamento civil neste conflito de valores, em escala mundial.

A população demonstrou, através de mensagens, desejar o resgate do tripé que, outrora, fundamentava valores mais nobres: a igreja, a escola e a família. Esse tripé, que, por definição e por ideal, se une pelo laço comum da paz, precisa, agora, se transformar em três trincheiras. As igrejas, as escolas e as famílias devem ser conclamadas, portanto, para discutir ações transformadoras de valores. Que sejam debatidas, em todos os templos, em todas as salas de aula, em todos os lares, as principais razões que levaram à barbárie humana, e que se encontrem medidas no sentido de que o mapa da violência, em escala mundial, seja redesenhado.

Entre as tantas mensagens que recebi, a da Letícia Villar Dornelles Freitas, de Alegrete, Rio Grande do Sul, termina assim as suas reflexões:

“Que algo seja feito...Não queremos mais mártires nesse mundo tão violento...tão desumano, mas ações de harmonia, fraternidade e paz!!! Parece tão repetitivo isso...mas é o que está faltando... que o João Hélio nos traga (de volta) um novo tripé de valores abandonados!”

Que assim seja, Letícia!

3. A MÍDIA E A MULTIPLICAÇÃO DA BARBÁRIE

Apenas como exercício de imaginação, suponhamos que, no último instante, o editor do principal jornal televisivo de hoje à noite decida não veicular qualquer notícia que envolva guerra, violência e corrupção. Não sei, concretamente, qual seria, então, o conteúdo de tal noticiário, até porque muitos dos fatos, a serem noticiados ou cortados, ainda estão por acontecer, antes dos cinco segundos que antecedem as manchetes do dia. Não me parece, entretanto, uma tarefa das mais difíceis. Basta que façamos esse mesmo exercício com o noticiário de qualquer um dos dias passados. Qualquer um. Pode ser escolhido, aleatoriamente. Pois bem, infelizmente, na nossa simulação, parece que pouca coisa vai sobrar do programa de hoje, além do “Boa Noite” do Bonner, e do “Até Amanhã” da Fátima.

Esse mesmo exercício pode ser feito com os todos os jornais, falados e escritos, dos últimos dias, com resultado bastante parecido. E dos outros dias, e das últimas semanas, do ano passado e dos outros anos. É evidente que não se quer, com essa mera simulação, qualquer apologia à censu-

ra. Ao contrário, a notícia gera a indignação, que alimenta a discussão, que produz soluções. Mas, o que me preocupa, também a título de discussão, é o outro lado dessa mesma moeda: Até que ponto a exposição repetida estimula a “glamourização” do crime e de quem o pratica. O que teria a perder a pessoa que já está excluída de tudo na vida, de seus direitos mais fundamentais como ser humano? Ela já vive, constantemente, numa linha tênue que separa a vida da morte. Ela sabe, entretanto, que somente na morte, dele ou de sua vítima, poderá adquirir algum tipo de notoriedade. Na vida, quem sabe, não se registre, nem mesmo, o seu próprio nascimento.

Não sei, também, se tamanha exibição pública possa estar levando à realimentação da barbárie, pelo efeito-repetição. Pode parecer inacreditável, e a devida explicação é tarefa dos psicanalistas, mas o crime, o da guerra ou o da esquina, parece exercer uma espécie de magnetismo no leitor e no telespectador, a ponto de, apesar da indignação popular, ainda turbinar a venda de jornais e os índices do Ibope. Já a corrupção parece dividir esses mesmos sentimentos: a indignação fica com o povo, o magnetismo, com o corrupto. Mas, ela, também, infelizmente, tem o dom de alimentar audiências. Preocupa-me, em todas essas violências, a idéia dos fatos se reproduzirem em outros, em escala progressiva.

Lembro-me do policial rodoviário, quando diz que os acidentes nas estradas geram outros mais, pela curiosidade mórbida dos motoristas. Quanto mais sério o desastre, maior o perigo, porque a bisbilhotice também tem escalas. Lem-

bro-me, também, das pilhas de jornais sensacionalistas, cujas primeiras páginas mais se parecem imagens de matadouros, tanto sangue e tamanha violência retratada sem necessidade de prosa, nem verso. Que gosto tem o leitor em deixar de comprar, quem sabe outro jornal, ou o leite de cada dia, para, ele sim, se deleitar com tamanha barbárie?

É neste sentido que tenho refletido muito, nos últimos tempos, sobre o papel da mídia, principalmente a televisão, sobre a vida dos cidadãos. O que é causa, e o que é consequência. Essa minha reflexão foi alimentada por uma entrevista dada pelo novelista da Rede Globo, Sílvio Abreu, à Revista Veja.

Como se sabe, as novelas são escravas da audiência. Não é à toa o acirramento da concorrência, no horário nobre. Então, o enredo acompanha, quase sempre, os desejos do telespectador. O autor tem em mente a espinha dorsal da novela. Os capítulos são recheados pelas avaliações extraídas de pesquisas qualitativas realizadas pelos principais canais de televisão. Sílvio de Abreu foi o autor da novela “Belíssima”. Segundo ele, “uma parcela dos espectadores já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para ela, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo”. Algo bem diferente, portanto, do que acontecia com os enredos, na arte e na vida real, em outros tempos. O natural era que o ladrão fosse preso, o “mocinho” ficasse com a “mocinha”, e cada um tivesse um único parceiro, ou parceira, e assim por diante.

Mas, Sílvio de Abreu diz que as pessoas (durante a novela) se mostraram muito mais interessadas nos perso-

nagens negativos que nos moralmente corretos. “Isso, para mim, foi uma completa surpresa”, diz o autor. “Na minha novela anterior, *As Filhas da Mãe*, há coisa de cinco anos, o comportamento dos grupos de pesquisa era diferente. Os personagens bons eram os mais queridos. Nessa última pesquisa, eles foram considerados enfadonhos por boa parte das espectadoras. Elas se incomodavam com o fato de a protagonista Júlia ficar sofrendo em vez de se virar e resolver sua vida de forma pragmática. Outro exemplo são as opiniões sobre Alberto, o personagem que não mediu esforços para tirar de seu caminho o Cemil, um bom moço, e roubar sua pretendente, Mônica. Alberto fez uma falcatrua para desmanchar o romance do rival”. Em qualquer outra novela, ele diz, “isso faria o público, automaticamente, ficar do lado do mocinho. Mas, as donas-de-casa não viram nada de errado na conduta do Alberto. Pelo contrário: ponderaram que, se ele fez aquilo para conquistar um mulherão, tudo bem. O fato de o André ter dado um golpe do baú na Júlia também foi visto com naturalidade. As espectadoras achavam que, se ele precisava de dinheiro, não havia mal em ficar com ela. Colocamos, então, que o canalha a estava roubando e as espectadoras retruca-ram: deixa disso, daqui a pouco eles vão ficar bem”.

Sílvio de Abreu diz, ainda, que, na mesma pesquisa, foi possível perceber uma forte correlação entre essa maior tolerância com os desvios de conduta e os escândalos recentes da política: “Numa parte da pesquisa, as espectadoras apontaram com qual personagem se identificavam, e a maioria simpatizava com a Júlia, é claro. Mas havia colocações do

tipo: Quero ser a Júlia porque aí eu pago mensalão para todo mundo e ninguém me passa a perna”. “Olhe que absurdo”, ele ainda afirma: “a esperteza desonesta foi vista como um valor. O simples fato de o presidente Lula dizer que não sabia de nada e não viu as mazelas trazidas à tona pelas CPIs e pela imprensa basta. As pessoas fingem que acreditam porque acham mais conveniente que fique tudo como está. Eu me vi na obrigação de fazer alusões a essa inversão de valores em “Belíssima”. Quando a Bia Falcão reapareceu e disse com a maior cara-de-pau que sumiu porque estava de férias numa fazenda, ficou óbvio para todo mundo que ela estava mentindo. Mas, como Bia se impõe pela autoridade, os personagens engoliram a desfaçatez”.

As palavras de Sílvio de Abreu e as pesquisas a que ele se refere, podem estar demonstrando, e isso seria preocupante, que há uma mudança perversa nos valores da sociedade brasileira, principalmente nos últimos anos. Para o novelista, a arte imita a vida. Se a novela, além de “Belíssima”, fosse “certinha”, os níveis de audiência cairiam, como indicavam as pesquisas qualitativas. Mas, o que dizer do contexto, no qual se realizaram essas mesmas pesquisas? O que levou os telespectadores a exigirem, em troca da audiência, que o mal prevalecesse sobre o bem? Não poderia ser a tal glamourização da barbárie? Seria a audiência da novela turbinada pela notícia reiterada dos fatos? Será que a notícia da barbárie, repetida em horário nobre, alimenta a própria barbárie, na tal escala progressiva? Em suma, não haveria

uma alta correlação entre o noticiário e a novela? O que é causa e o que é consequência?

Se a mídia é capaz de construir um Presidente da República e, logo depois, destroná-lo, por que ela não seria capaz, então, de criar, mesmo que involuntariamente, estereótipos de criminosos e, pior, glamourizá-los? Embora não seja um caso tão recente, mas porque foi motivo de estudos e teses, e se tornou emblemático, vem à mente o personagem a quem a própria imprensa deu o nome de Bandido da Luz Vermelha, tão bem retratado no filme de Rogério Sganzerla. Lembro-me que ele dizia algo, mais ou menos, assim: “eu não sou nada disso que estão dizendo por aí, mas já que é assim, assim eu vou ser”.

Eu estou certo de que esse tema necessita de uma profunda discussão pela sociedade brasileira, principalmente nos dias de hoje, porque a televisão tem se transformado no parente comum em todos os lares, quem sabe o próprio pai, porque tem o dom de orientar corações e mentes.

Em 1998, fui o relator de uma comissão especial, no Senado Federal, criada para analisar a programação de rádio e TV, no Brasil. Tivemos, naquela época, a oportunidade de debater, com profundidade, temas dos mais relevantes, com profissionais do ramo, como Roberto Mulyaert, Geraldo Casé, Fernando Barbosa Lima, Dias Gomes, Walter Avancini, entre outros. Lembro-me, também, do prof. Murilo César Ramos, da UnB, que, entre outras proposições, defendeu a idéia de “um intenso diálogo entre Congresso, Poder Executivo, empresas de rádio e televisão e organizações da

sociedade, para definição de padrões de programação, que torne a televisão e o rádio instrumentos efetivamente civilizatórios”. Pois bem, passados quase dez anos, o debate continua em aberto, e os avanços tecnológicos, ao que tudo indica, não têm sido acompanhados da devida discussão sobre a melhor programação, principalmente no que se refere à televisão brasileira.

A minha questão essencial é que, se é verdade que a reiteração da notícia da barbárie tem um efeito glamourizador sobre quem a pratica, será que semelhante repetição, só que com informações sobre atos de solidariedade, de voluntarismo e de humanidade poderiam causar o contraponto, incentivando o contrário da barbárie, e a concretização de novos valores e referências?

No carnaval de 2007, eu participei de evento chamado Rebanhão, promovido pela Igreja Católica, em que milhares de pessoas se juntaram, não só para pedir proteção divina, nestes tempos de crise, mas para discutir um projeto de mundo mais humano e mais solidário. Esse mesmo acontecimento não é único, ele se repete por todo o país, envolvendo milhares, ou milhões, de fiéis à doutrina religiosa, numa corrente de fé e de esperança. É evidente que não se quer concorrer com a cobertura da mídia sobre o carnaval, porque, afinal, se trata de uma festa popular sem concorrentes. Mas, não mereceria, pelo menos, uma única linha na imprensa um evento que reúne tantos brasileiros, em nome do bem comum? Nenhuma palavra, nenhum comentário: para a mídia, encontro, simplesmente, não aconteceu.

Eu tenho a convicção de que os efeitos multiplicadores das boas obras, se melhor conhecidas pelo grande público, terão, também, o dom de alcançar os tais corações e mentes, tão machucados pelas notícias dos últimos tempos. A banalização da vida e os níveis de corrupção chegaram a limites tão alarmantes, que a indignação tomou conta do País, como um rastilho de clamor popular no sentido de se buscar novas, e melhores, referências de vida.

Apesar de tamanha barbárie, eu ainda continuo otimista. Estou certo de que ainda é possível construirmos um mundo mais humano e solidário. Temo que, aí sim, numa progressão da violência, que a população enverede, ainda mais, por caminhos que, ao contrário, realimentem a barbárie. Uma pesquisa recente da Datafolha justifica essa minha tamanha preocupação. Mais da metade das pessoas ouvidas defendem a pena de morte. A violência para coibir a violência. É bem verdade que a enquete foi feita num momento de grande comoção nacional. Mas, se isso é verdade, é mais um fato a demonstrar que os corações e mentes são impulsionados pela barbárie. Ou, seria pela notícia reiterada da barbárie? Não me consta, pelo que conheço da população brasileira, nestes tantos anos vividos, que ela seja, por concepção, no seu íntimo, favorável à retirada compulsória da vida, independente de qualquer razão que a motive.

Eu defendo a busca de alternativas que levem em conta o ser humano, apesar da minha indignação com a violência, principalmente nos últimos tempos, ser igual à de todos os brasileiros. Indignação tal e qual, portanto, à da maioria

que se colocou favorável à pena de morte na pesquisa da Folha. Mas, quando eu vejo exemplos tão significativos, e de resultados tão profundos, de solidariedade humana, eu me convenço de que, ainda, há outros caminhos a seguir. E, nesta travessia, conjunta, que é de vida e não de morte, não poderemos trilhar sem a participação efetiva da mídia, principalmente a televisão.

Não há como deixar de se emocionar, por exemplo, quando assistimos a exemplos de solidariedade, a serviço de pessoas que vivem, constantemente, tentadas pela marginalidade. Trabalhos singelos, mas de resultados dos mais profundos. Atos de coragem e de dedicação, no ensinamento dos primeiros passos da dança, das primeiras sílabas do alfabeto, do primeiro ato do teatro, do primeiro carinho da nova família. Quantos serão esses exemplos? Como segui-los e ampliá-los? Será que a notícia reiterada desses mesmos exemplos não teria o condão de modificar corações e mentes, e de formatar uma nova sociedade, baseada nos verdadeiros princípios de humanidade?

Lembro-me de tantos atletas, que dedicam parte de seu tempo para o lazer de quem vive escondido, numa vida sedentária pelo medo, dentro de barracos perfurados por balas perdidas e miradas. Lembro-me dos voluntários dos asilos, a cuidar de vidas que se equilibram num último fiapo. Lembro-me do trabalho espontâneo nas creches, como um sopro de vento de esperança a quem nasceu nas manjedouras dos nossos tempos. Lembro-me da família que adotou dezenas de crianças, todas deserdadas pela vida, e, sem qualquer ajuda

ou participação do Estado, dá-lhes mais que carinho e amor, mas, sobretudo, dignidade. Lembro-me, enfim, de quem dá de comer, a quem tem fome; de beber, a quem tem sede; de viver honestamente, a quem tem direito à cidadania.

Os Parceiros Voluntários, do Rio Grande do Sul, A Família Feliz, de Minas Gerais, os voluntários das APAEs, das Santas Casas, e de todas as outras instituições que buscam o resgate da cidadania merecem ser destacados, como exemplos a serem disseminados, principalmente quando a tônica do noticiário tem sido exatamente o contrário: a banalização da vida. Quem ouve notícia, nestes últimos tempos, tem a impressão de que a virtude parece ser um sentimento em extinção e que não há, no país, exemplos vivos de políticos honestos.

Se a televisão é mais um parente na imensa maioria dos lares, ela tem que cumprir, necessariamente, determinadas obrigações familiares. Uma delas, talvez a mais importante, é a educação. É esse, talvez, o princípio maior que norteia a idéia da concessão, outorgada pelo Estado. Aliás, é princípio constitucional, no artigo 221, da nossa lei maior, dando conta de que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deverão atender, entre outros, a princípios como preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. A nossa Constituição prevê, ainda, o estabelecimento de meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programações que se voltem contra esses mesmos princípios. Portanto, a discus-

são sobre o conteúdo dos programas de rádio e televisão, não é uma mera permissividade, mas um direito legítimo do cidadão brasileiro.

Ainda como exercício de imaginação, suponhamos que, no último instante, o mesmo editor, do mesmo principal jornal de hoje à noite decida veicular mais notícias que envolvam solidariedade, humanidade e cidadania. Eu sei qual será, então, o conteúdo de tal noticiário, até porque, como já disse, muitos dos fatos estarão acontecendo até os cinco segundos que antecedem às manchetes do dia. Não me parece, também, uma tarefa das mais difíceis. É que, cada um de nós, podemos ser protagonistas da notícia. Não como vítimas, ou somente indignados com a dor alheia. Mas, como partícipes diretos de uma renovação de valores, de princípios e de referências. Basta que façamos a pequena parte que nos cabe na construção desse noticiário. Aí, muita coisa boa vai sobrar entre o “Boa Noite” do Bonner e o “Até Amanhã” da Fátima.

4. O PAPA, A MÍDIA E A FAZENDA DA ESPERANÇA

Eu nunca fui defensor da idéia de que devamos esconder as nossas maiores mazelas. Não sou da tese de que “o que é bom, a gente mostra; o que é ruim, a gente esconde”, que marcou a passagem de um ex-Ministro da Fazenda, numa frase que ele mesmo demonstrou, depois, quisera nunca ter pronunciado. Acho, ao contrário, que a exposição dos nossos problemas tem o dom de suscitar forças, antes anestesiadas, na busca das respectivas soluções. A divulgação serve, também, como mecanismo de pressão, exatamente sobre aqueles que têm a função de buscar alternativas no sentido de resolvê-los, na sua melhor forma.

Eu também jamais inverteria a frase do tal ex-Ministro. Algo assim como “o que é bom, a gente esconde; o que é ruim, a gente mostra”. Pois, é isso que parece estar acontecendo na imprensa brasileira, hoje. É claro que não há, na grande mídia, a intenção de tecer um grande tapete, sob o qual se esconde o que há de melhor na realidade brasileira. Entretanto, parece que as portas andam se fechando para as

manchetes e para as melhores chamadas, quando o assunto não é violência, corrupção, ou coisas do gênero.

Eu acredito que deve haver efeitos multiplicadores na divulgação, tanto das nossas feridas sociais, quanto dos respectivos exemplos curativos e preventivos. Por isso é que eu já fiz um apelo para os editores dos nossos melhores jornais, principalmente os televisivos, no sentido de que abram o devido espaço para as nossas melhores experiências de vida, para que elas se potencializem, e que, ato contínuo, como que a devorar células cancerígenas, atuem no sentido de extirpar as nossas principais mazelas.

Durante a visita de Sua Santidade o Papa ao Brasil, em maio de 2007, tivemos, ao vivo e a cores, um exemplo que ilustra, muito bem, a minha tese. O Papa cumpriu, entre nós, uma agenda das mais intensas, tendo em vista as suas funções como chefe de Estado e dirigente maior da Igreja Católica. Reuniu-se com o Presidente da República, com o Governador de São Paulo e com o prefeito da capital paulista, rezou missas, abençoou fiéis, canonizou o primeiro santo genuinamente brasileiro, encontrou-se com a juventude latino-americana e abriu a 5ª Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Mas, embora tantas tarefas, todas elas podem ser consideradas naturais na visita de um papa ao maior país católico do mundo, a não ser, quem sabe, a canonização do Frei Galvão, fato sem precedentes em mais de quinhentos anos de história de catolicismo no nosso país. O único compromisso do Santo Padre, que poderia ser considerado, normalmente, extra-agenda, nestes dias em que

esteve conosco, trazendo a sua mensagem evangelizadora, foi a visita à Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá, no Estado de São Paulo.

A imprensa foi junto, com todo o aparato midiático. Obviamente, embora o local do evento tenha sido um detalhe na notícia, porque o que importava era, evidentemente, o papa, foi necessário descrever o ambiente em que ocorreria o evento com figura tão ilustre da Igreja. E, eis que surgiu, para o grande público brasileiro, mesmo que indiretamente, uma das mais belas e importantes experiências no tratamento de viciados em drogas.

Nesta questão da droga, o brasileiro está acostumado, quase que unicamente, com o tiroteio nas favelas, a briga pelo “ponto”, a guerra de quadrilhas, as balas perdidas e as vítimas encontradas, o menino do tráfico, as pipas anunciadoras do “rapa”, a milícia, a violência, a morte, a corrupção policial, e assim por diante. De repente, uma notícia contrária: uma experiência com êxito de retirar os meninos do tráfico, de cuidar daqueles que pareciam não ter volta no seu caminho do vício, de amparar quem estava só, à espera da inevitável e sorrateira morte prematura. Um lugar que mais se parece com um paraíso, criado por Deus e bendito por natureza.

É assim a Fazenda da Esperança. O que teria essa experiência chamado tanta atenção de um papa, em sua rápida e trabalhosa passagem pelo País, que fizesse com que ele dedicasse um tempo tão precioso, para conhecer um exemplo bem sucedido de amor ao próximo e de dedicação ao

semelhante? Teria sido, apenas, a amizade e a nacionalidade comum do Sumo Pontífice com o Frei Hans Stapel, um dos fundadores da Fazenda da Esperança? É verdade que esse fato demonstrou um grande prestígio do religioso alemão, nosso irmão franciscano. Mas, é também, evidente que, embora uma amizade tão profunda, ela não seria suficiente para orientar uma agenda tão importante e apertada. Afinal, o Papa teria outros amigos no País. Sabe-se, inclusive, de familiares seus, que aqui residem e que poderiam rememorar histórias que, eventualmente, encantariam e emocionariam o dirigente católico.

O que levou o Papa, efetivamente, para Guaratinguetá, foi a história da Fazenda da Esperança, construída no trabalho e na religiosidade. Uma experiência para ser multiplicada em todos os cantos e recantos deste planeta. E, para encanto e, ao mesmo tempo, pasmo dos brasileiros que assistem ao noticiário diário, pouca gente conhecia essa história de vida que atravessa fronteiras e que se planta, já, em mais oito países. O brasileiro se farta de notícias do crime pela droga, mas é pouco informado sobre experiências bem sucedidas de combate ao vício. Foi preciso um papa criar um espaço em sua agenda, para que o país conhecesse um trabalho que ganha o mundo.

Eu, felizmente, já conhecia o trabalho do Frei Hans Stapel, e de sua equipe de voluntários. Conversei com muitos dos recuperandos da Fazenda da Esperança. E ela poderia se chamar, pelos resultados que presenciei, de Fazenda da Esperança Alcançada. O êxito obtido pela equipe do Frei

Hans Stapel ultrapassa os 80%, mais de três vezes a média mundial, alcançada em tratamentos tradicionais.

A história da Fazenda da Esperança começou com a chegada do Frei Hans, em Guaratinguetá, nos idos de 1979. Na Paróquia de Nossa Senhora da Glória, abraçou, inspirado na sua convicção franciscana, o método de evangelização baseado no amor cristão. Daí, brotaram, na comunidade local, iniciativas de ação social fundamentadas no texto do evangelho: “Tudo o que fizerdes ao menor dos meus irmãos, é a mim que o fareis”.

Em 1983, um jovem da paróquia, chamado Nelson, sabendo de uma “boca de fumo” na sua comunidade, aproximou-se e recebeu pedido de ajuda de um dos jovens viciados, de nome Antonio. Da idéia dos dois, nasceu a inspiração para o primeiro grupo que instituiu a Fazenda da Esperança. Esse primeiro grupo, formado por voluntários como o Nelson e viciados como o Antonio, que lhe pedira ajuda, colocaram seus bens para o usufruto comum e passaram a trabalhar, juntos, para sustentar a casa e o programa de recuperação. O próprio Nelson, que trabalhava em uma cooperativa, abria mão de seu salário para as despesas do projeto, enquanto os demais, que foram se juntando com o tempo, faziam pequenas tarefas, como cortar grama nos jardins da vizinhança, para ganhar algum dinheiro, com a mesma finalidade de levar avante a idéia de salvar outras vidas, já corroídas pela droga.

Os trabalhos propriamente ditos se iniciaram em uma casa simples, alugada, no centro da cidade. Aí, aquela idéia,

inspirada no evangelho, abraçada pelo Frei Hans, e levada avante pelo Nelson e pelo Antonio, não parou mais. E foi se multiplicando pelo país e mundo afora. Hoje, são 32 unidades, somente no Brasil, sendo 22 masculinos e 10 femininos. Fora do país, são duas na Alemanha, e uma em cada um dos seguintes países: Paraguai, Filipinas, México, Guatemala, Rússia e Argentina, além de uma, em instalação, em Moçambique. Muitos dos recuperandos, no Brasil, vêm da Rússia, principalmente usuários de heroína. A imprensa deu ênfase, inclusive, a um casal daquele país, o Alex e a Olga, que, tudo lhes parecia, já não teriam caminho de volta. Ainda no Aeroporto de Moscou, a caminho do Brasil, em 31 de julho de 2005, Olga se lembra que injetou a última dose de heroína. Não se lembra, talvez, se num dos braços ou nas pernas, tantas eram as picadas. Hoje, recuperados, permanecem na Fazenda, agora como voluntários.

Calcula-se que já tenha passado pelas unidades, mais ou menos, dez mil recuperandos. Pode-se dizer, quem sabe, recuperados, dados os índices de sucesso do trabalho. Hoje, são, mais ou menos, dois mil, número significativo, mas pequeno frente aos novos pedidos de internação.

Na fazenda, não há cerca, nem qualquer outro mecanismo que “prenda” o recuperando. Ele é livre. Fica, ali, se quiser. Vai embora, se desejar. Mas, para continuar no tratamento, tem que se acostumar a uma vida de trabalho e de oração. O lema principal é “que todos sejam um”. É aí que reside a principal concepção do tratamento: o trabalho em grupo. Que, sozinho, o recuperando não vai conseguir se

livrar do vício; o sucesso depende da criação coletiva. Não se utilizam medicamentos em todo o tratamento. Além da droga propriamente dita, a Fazenda da Esperança trata de viciados em álcool e de outras doenças como bulimia, depressão, além de soro-positivos. O “internamento” dura um ano. Depois, muitos recuperados permanecem, como voluntários, como o Alex e a Olga. Isso ajuda muito, segundo os organizadores, por incorporar, na recuperação, os relatos de boas experiências de vida.

Todas as manhãs, faz-se uma meditação sobre uma frase do evangelho. É escolhida, então, uma passagem, que serve de “guia” para os trabalhos daquele dia. À noite, as atividades são avaliadas em grupo. Embora o método de recuperação se fundamente, portanto, em princípios religiosos, não é necessário ser católico. Lá, existem recuperandos de todas as religiões. Não se descartam, inclusive, os ateus.

Todos exercem algum tipo de ocupação, em função de suas habilidades. Procura-se, sempre, o contato com a natureza, em pequenas plantações, principalmente hortaliças, e na criação de pequenos animais. Esses produtos são vendidos no mercado local, para ajudar na manutenção do internato. Além disso, todos praticam algum tipo de esporte, de preferência, também, coletivo, além do teatro, da dança e de outras atividades de lazer.

As pessoas que se recuperaram sentem, ao voltar para suas origens, a necessidade de continuar exercendo alguma atividade afim com a experiência vivida no projeto. Foi daí que nasceu, há sete anos, o Grupo Esperança Viva, inicial-

mente em Passo Fundo e em Ibiruba, no Rio Grande do Sul. São grupos de discussão e trabalho, já como fruto multiplicado do conhecimento adquirido.

Quantas serão as outras experiências bem-sucedidas neste País, totalmente desconhecidas, longe do interesse da mídia, e que poderiam ser multiplicadas por contribuições voluntárias, em dinheiro e em trabalho? Será que serão necessárias visitas sucessivas do Papa, para que a imprensa as divulgue?

Se me pedirem para traduzir a mensagem deixada pelo Sumo Pontífice, nessa sua visita ao País, eu acho que a melhor resposta está, exatamente, no fato da sua visita à Fazenda da Esperança. Pragmático, ele quis mostrar aos cardeais latino-americanos e do Caribe, e ao povo católico, o que ele pensa e o que ele deseja a respeito da religiosidade e da ação pastoral. A Fazenda da Esperança é a prática mais que fiel dos ensinamentos formulados pelo Papa, em todos os seus discursos, nos demais eventos da sua agenda. Ali, se encontram a religiosidade, o voluntariado, a solidariedade, a coletividade, o trabalho, a dedicação, o amor ao próximo, a fé, a esperança, a caridade. Enfim, uma igreja nos moldes da teologia que ele sempre acreditou e que tem, agora, a possibilidade de colocar em prática. Uma igreja de oração, mas não só de oração. Uma igreja de trabalho, mas não só de trabalho. Trabalho e oração, numa só concepção, a serviço da humanidade.

5. HOJE, O BRASIL DE AMANHÃ

Todos os anos, recebo, no Senado Federal, a visita de dezenas de alunos da Escola Comunitária de Campinas. São os “pupilos da Professora Fabiana”, que me escolhem para “uma tarde de papo”. Quase mil quilômetros de distância, trajas bem alinhados pelo carinho de mãe, olhos arregalados e uma alegria contagiante, principalmente para mim, que já percorri tantos caminhos na vida pública. Em todos esses anos, os assuntos têm sido os mais variados, mas, eu tenho em mente que eles querem, sempre, saber que país nós estamos deixando para o que teimamos chamar “geração do futuro”, ou “país do amanhã”. Qual é a herança que nós estamos registrando no cartório do tempo, e que deverá financiar a continuidade da obra de um país que se quer democrático e soberano.

Fiquei emocionado com o que se convencionou chamar “politização” da gurizada. E o clima não poderia ser dos mais ilustrativos. Ao conhecer as galerias do Senado Federal, eles se depararam com discursos sobre as operações policiais e seus nomes dos mais criativos. Ao percorrermos o “túnel do tempo”, além da história do Senado Federal, eles presencia-

ram gravações dos jornalistas de plantão, sobre as repercussões da defesa, em plenário, do Presidente da Casa, sobre as suas relações com o lobista funcionário de uma empreiteira.

Confesso que não era esse o assunto que gostaria de discutir com o “Brasil do amanhã”. Mas, eu não pude fugir do Brasil do presente. De repente, com um Senado esvaziado pela edição de tantas medidas provisórias, com um presidente tendo que desnudar a sua vida pessoal, aí sim para um plenário lotado, eu tive que falar, exaustiva e didaticamente, para uma platéia tão jovem e tão plena de esperanças, sobre corrupção.

Duas questões principais nortearam as perguntas que me foram formuladas, logo após a minha fala. Em primeiro lugar, uma avaliação da realidade brasileira, nos dias atuais. Quais são os reflexos de tamanhos desvios de conduta no “país lá de fora”, em todos os seus cantos e recantos. Quando iniciei as minhas observações, fui convidado para “uma rápida saída”, para conversar com duas pessoas, visitantes fora de agenda. Eram a Rosa Cristina e o Élson, pais do menino João Hélio, covardemente assassinado no Rio de Janeiro, vítima da barbárie dos nossos tempos. Confesso que a emoção tomou conta da minha alma, e ela serviu para eu pintar, já de volta ao encontro dos meninos, um quadro nada alentador, sobre o país da minha geração.

A outra questão, óbvia e decorrente, como mudar essa mesma situação de tanta violência e corrupção, também para eles temas que guardam forte correlação. Quais são os primeiros passos, para quem ainda ensaia uma caminhada

política, que se espera, tão árdua. Quis o destino que, outra vez, uma visita não agendada pudesse ilustrar a minha resposta. A do Nelson, idealizador da Fazenda da Esperança, local visitado pelo Papa, em sua visita ao Brasil. No seu relato aos alunos da Escola Comunitária, o Nelson disse que tudo começou com um pedido de socorro, de um único viciado em drogas, em uma esquina qualquer de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo. Pois bem, história contada, hoje a experiência, considerada uma das mais eficazes de todo o planeta, já se alastra por oito países. E tudo começou de um ato tão singelo, de um cidadão que se mostrou tão simples na sua maneira de ser.

Eu não poderia, nem que fosse agendado, ter levado exemplos tão ilustrativos, para responder às duas questões que me foram formuladas. A da barbárie, nos olhos e no coração dos pais do menino João Hélio. A da mudança de valores e de referências, igualmente nos olhos, e no coração, do Nelson. Aí, eu acrescentei a da esperança, a meu ver e no meu sentir, nos olhos e no coração dos três. Aliás, de nós quatro, e nos de tantos meninos, que tudo notavam, e tudo anotavam.

Em um só evento, eu vi sintetizados todos os meus últimos discursos, no Senado Federal. É por isso que eu, ao final, disse-lhes que não poderiam continuar a serem chamados de País do amanhã. Eles têm que ser, necessariamente, o país de hoje. Que ocupem as ruas, na luta pela herança que lhes é devida. Um país verdadeiramente democrático e soberano. Sem a corrupção que hoje campeia na Adminis-

tração Pública. Sem a barbárie, que hoje aborta sonhos de tantos outros meninos. Sem tamanha distância entre ricos e pobres, que nos divide em dois Brasis. Com um outro discurso, muito mais animador, para outros meninos que virão, em outras “tardes de papo”, igualmente em trajés alinhados pelo carinho de mãe. Para que ouçam outras histórias.

6. DOIS MUNDOS

É muito comum, em discursos e em artigos publicados na imprensa, a tese de que existem dois Brasis. Um, desenvolvido e rico; outro, subdesenvolvido e pobre. Criou-se, inclusive, a expressão “Belíndia”, um país com as mais belas características da Bélgica; outro, com as mais tristes mazelas da camada mais pobre da população da Índia. Poderia ser uma parte França, outra Benin. Ou, uma parte Alemanha, outra Zâmbia. Ou, ainda, uma parte Inglaterra, outra Namíbia.

Essas divisões são comuns, em termos mundiais. É o caso, por exemplo, da *apartheid*, na África do Sul, motivada, principalmente, por conflitos raciais. Um pequeno grupo, branco e rico, e outra grande parcela da população, negra e pobre. Embora não se refira, com tanto vigor, à *apartheid*, ainda persiste, na África do Sul, algo parecido com a nossa “Belíndia”. Mais do que isso: mesmo nos países desenvolvidos, com ares de “Bélgica”, todos têm o seu lado “Índia”: grupos de população pobre, principalmente nas periferias das grandes cidades. É assim com a França, a Alemanha, a Inglaterra, e tantos outros. Mesmo nos Estados Unidos, país

considerado mais rico do mundo, não há como negar, também, a existência de uma *apartheid* social.

De repente, a gente se dá conta de que o mundo é uma imensa “Belíndia”. E que é dessa mesma tese que se pode extrair, verdadeiramente, a tão propalada idéia da globalização. É o planeta que se divide em grupos sociais, de acordo com as condições econômicas, independente de onde se localizem as populações. Há um traço de união, muito mais forte, hoje, entre integrantes desses mesmos grupos, independente de onde eles se encontrem.

Há um grande país em escala mundial, a parte “Bélgica”, que pode ser chamado “Mercado”. Ele tem leis próprias, as “leis do mercado”. Ele tem, além de moedas localizadas, uma outra, mais forte, talvez duas: o dólar e o euro. Tem línguas igualmente locais, mas uma língua oficial, quase que obrigatória: o inglês. Tem um povo, mas, não tem um território delimitado e contíguo. São enclaves, em territórios que mudam de nome, em função de pseudo-soberanias. Assim, o “Mercado”, na Bélgica, tem características semelhantes ao que se encontra na França, na Inglaterra, ou na Alemanha. Mas, esse mesmo “Mercado”, possui, também, “ilhas”, igualmente, no Brasil, em Benin, em Zâmbia, ou na Namíbia. Esse “Mercado” tem uma capital, os Estados Unidos, de onde emanam as principais decisões, e onde se localizam seus grandes exércitos, em defesa de suas leis. Tudo o que acontece nessa imensa capital, repercute, imediatamente, nos outros enclaves, ou nas outras “ilhas”.

Tudo gira em torno das decisões do “Mercado”. Há um apelo constante no sentido do consumo. Programas de televisão e de rádio, jornais, revistas. A demanda por bens e serviços identifica o status das populações locais. Esse Mercado também tem, portanto, uma religião: é o consumismo.

Ai de quem se colocar fora desse “país-mercado”, quem não aderir a essa “religião”: são obrigados a sobreviver, muitas vezes, de sobras e migalhas, no chamado “lado escuro do mundo”. São verdadeiros “pesos mortos”, enquanto não migram para as “civilizações avançadas”, que consomem bens e serviços, que obedecem à lei que rege a oferta e a procura. A constituição deste imenso país, que se espalha por todos os continentes, é a globalização, cujo ditame único é a internacionalização.

É assim, portanto, o mundo globalizado de hoje: uma parcela incluída, uma outra excluída, com características semelhantes, independente de onde estejam localizadas. O traço comum da parcela incluída é, portanto, o consumismo, enquanto o da excluída é a fome e a miséria. O lap-top do brasileiro, ou do namibiano, é semelhante, quase sempre da mesma marca, do utilizado pelo americano, pelo inglês, ou pelo francês. A fome é também, igual, em qualquer um desses mesmos países. O que distingue esse ou aquele grupo, portanto, é a inclusão, ou não, no acesso a mercadorias e serviços. A exclusão social não é uma característica de um país, em particular. Há uma escala mundial no mundo dos excluídos.

Essa exclusão, em escala internacional, cria um tipo, ainda mais doloroso, de exclusão local. É que população incluída construiu verdadeiros muros, a separá-la de seus semelhantes excluídos. Muros reais e virtuais. Reais, como o que separa os Estados Unidos do México. Ou, como o que tenta impedir os palestinos de terem o seu próprio território. Ou o que se quer construir na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ou, quem sabe, o que se imaginou erguer, para isolar a maior favela do Rio de Janeiro, da orla de suas praias mais famosas. Quem negaria que é esse o mesmo propósito da instalação dos condomínios, nas grandes cidades? Fecham-nos de muros altos, longe do alcance, nem mesmo da visão, de quem está fora. Criam-se novas ilhas de sossego e de segurança. Instituem-se governos paralelos. Criam-se leis próprias. Um estado paralelo, à revelia do Estado legal. Tudo em nome da segurança. Tudo em razão da presença, cada vez mais precária, do Estado legal.

Essa substituição do Estado legal por um paralelo, local, de interesses de grupos, não é exclusividade da população incluída. A sua ausência cria, também, governos paralelos nas localidades e entre as populações mais pobres. No caso, com características mais preocupantes, porque a maior fragilidade dessas populações incentiva o poder do narcotráfico, da milícia ilegal, e de outros grupos igualmente sub-reptícios.

Há, ainda, outros muros disfarçados em vidros de automóveis, em grades, em circuitos internos de segurança, verdadeiros “big-brothers” do dia-a-dia, onde se confinam grupos de vizinhança nos prédios, de estudantes nas escolas,

ou de trabalhadores, nos locais de trabalho. Igualmente, em nome da segurança.

Mas, o muro mais vergonhoso é o virtual. É o que separa corações e mentes. Chame-se isso de racismo, de discriminação, de segregação, ou de outro nome qualquer. Por exemplo, é o que manda prender o pobre e o negro por delitos menores, enquanto inocenta o rico, muitas vezes o elege, embora com flagrantes de grandes falcatuas. É o que vê no excluído um ser menor, muitas vezes desprezível. É a *apartheid social*, aqui, ou em qualquer outro lugar do planeta.

Enfim, há uma grande divisão, hoje, entre dois grandes grupos sociais: de um lado, quem ultrapassou as divisas do mundo do mercado, de outro, quem ficou fora de seus muros.

É aí que reside, nos dias atuais, o maior problema do planeta, gerador de diferentes tipos de conflito: os valores do mercado nem sempre se regem pelo pudor. Ao contrário, eles se fundamentam pela competição. E, como se sabe, competir é sinônimo de disputar, ou rivalizar. O homem criou, portanto, com a globalização, um mundo de competição, de disputa, de rivalização.

A globalização deu origem a uma espécie de gladiador dos novos tempos. As arenas modernas são os vestibulares, o mercado de trabalho, o mundo digital, a concorrência comercial, os concursos com todos os tipos e características: pela vaga na escola, pelo emprego, pela beleza e tantos outros. Pior: pela vaga no hospital, pelo remédio, pela vida, enfim.

Esse mundo de competição gerou novos conhecimentos, tecnologias de ponta e, não há como negar, melhor qualidade de vida para a parte “incluída”. Carros, redes de comunicação, computadores de última geração. Mas, não se pode negar que, por outro lado, destruiu valores fundamentais do comportamento humano. Gerou privilégios. E, privilégio, segundo os melhores dicionários, é uma “vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”. Incentiva o ter, no lugar do ser. Exclui. Gera fome e miséria. Mata e fere.

Esse mesmo mundo de exclusão incentivou o individualismo, no lugar do coletivo. O consumismo, no lugar dos valores interiores.

A esperteza, no lugar da ética. O “mundo dos espertos” tomou o lugar da seriedade, da honestidade, da ética e dos então chamados “bons costumes”. Há, sempre, que se “levar vantagem” em tudo, mesmo que em detrimento dos mais nobres sentimentos do semelhante. A falta de pudor criou um vácuo, no qual se sepultou a solidariedade.

O homem passou a ser “um, na multidão”. Muitas vezes, coberto por sentimentos paranóicos, de que há alguém a persegui-lo. Tudo isso, porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém, no lugar dele. Sai de cena a figura do semelhante, e dá lugar à imagem do concorrente. O resultado disso tudo é o que já se chamou de “esgarçamento do tecido social”, cujas previsões, sombrias, dão conta de um verdadeiro caos social.

Não importa se esse mesmo homem mora no Brasil, na Alemanha, na Inglaterra, ou na França. Ou na Bélgica, ou na Índia. Ou, mesmo, em Benin, em Zâmbia ou na Namíbia. Ele sempre será uma espécie de contemporâneo e conterrâneo de alguém que também resida em qualquer desses países, desde que se submetam, igualmente, às leis de mercado. Ele terá dificuldades, por exemplo, de manter o seu “passaporte”, se não falar inglês, ou se não conhecer, minimamente, a linguagem digital, se não navegar pela internet, se não acompanhar a cotação do dólar, se não se vestir segundo a moda ditada pela televisão, se não estiver de acordo com as tendências do mercado. Quem sabe, se não conhecer, ainda, Nova Iorque. Existe, aí, portanto, uma contradição: ele tem que parecer igual a todos os incluídos, ao mesmo tempo em que tem que se mostrar, na competição do dia-a-dia, um diferente, sempre melhor, com “cara” de empreendedor, sob pena de ser, também, mais um excluído. Tem que estar conectado no mundo, mas vive sozinho, entre quatro paredes. O seu padrão social é ditado pela TV e, principalmente, pela internet. Ele é um ermitão, conectado com a multidão.

Esse país-mercado invadiu todos os demais, numa guerra virtual. Quando se tenta impedir essa mesma invasão virtual, os senhores do poder apelam para a guerra real, para as invasões com mísseis de última geração. Defendem seus interesses, disfarçados em falsos discursos, “em nome da democracia” e, sem medo do pecado, “em nome de Deus”. Invasão virtual, ou guerra real, igualmente, deixa vítimas. Na invasão virtual, mortes veladas, escamoteadas nas estatísti-

cas da fome e da miséria. Na invasão real, mortes reveladas, para demonstrar o poderio dos mandantes. Em ambos os casos, mudam-se as formas, mas são os mesmos os objetivos: o poder e a ganância, mesmo que tomando santos nomes em vão. Fala-se em democracia, para ter o petróleo e o poder. Fala-se em Deus, para garantir o mercado e a ganância.

Uma das maiores vítimas dessa globalização é a soberania. Cai por terra o civismo, o patriotismo que se aprende na escola. A globalização não leva em conta a idéia de nação, pátria, país. Não há fronteiras para o mercado globalizado. Desmontam-se e demonizam-se estados-nações, derrubam-se governos, atacam-se moedas, desrespeitam-se símbolos nacionais. Privatização, endividamento, sucateamento de exércitos nacionais, desmoralização da representação política local, imposição de costumes alienígenas, usurpação do conhecimento, tudo isso fundamenta as bases para ataques virtuais ou reais à soberania das nações. E para subtrair a “riqueza das nações”.

Esses fundamentos da globalização não se construíram como num passe de mágica. Ao contrário, eles se desenvolveram nos organismos financeiros internacionais, nas universidades do mundo desenvolvido e nos principais gabinetes do poder. Quem não se lembra das missões internacionais do FMI, do Banco Mundial e do BID, com suas “pastas pretas”, recheadas de cobranças e de receituários para países e populações pobres, verdadeiras cartilhas políticas para os governantes locais? Quem não se lembra da grande discussão sobre o chamado pensamento único, uma espécie

de lavagem cerebral nas melhores cabeças de todo o planeta, através de teorias que, posteriormente, seriam colocadas em prática, não importa o nome e a localização do país? Quem não se lembra dos famosos “consensos”, como o de Washington, com sua pregação privatista e destruidora de estados nacionais? Quem não se lembra do “Estado-mínimo”, pregação contraditória dos “Estados-máximos”?

É evidente que não se trata, em princípio, de qualquer idéia de contra-ataque, imediato, a esse país-mercado. Seria em vão. Como, por exemplo, mudar, de pronto, corações e mentes dando conta de que produzir pão é mais importante que canhão? Ou o feijão, no lugar do míssil? Como, hoje, difundir a idéia de que as mais belas, e mais caras, embalagens encarecem o produto, se elas se tornaram, de fato, instrumentos de concorrência? Como fazer entender que moda é, muito mais, manipulação do que estilo? Como dissuadir a indústria bélica de sua produção de dor e de morte?

É evidente, também, que não se quer eliminar a idéia de supérfluo. O que se deseja é redistribuir o necessário. Que se propague uma luz no “lado escuro do mundo”. Não tenho esperança, porém, que esse venha a ser um “programa de governo” do país-mercado. Esse país trabalha com escalas de produção que permitam maiores lucros, como se depende em suas mais básicas publicações de economia. No Brasil, por exemplo, se é verdade que a “parte incluída” da população soma cinquenta milhões, significa um mercado-consumidor cativo equivalente a quase uma Argentina

e meia! Há, ainda, outros quase oitenta milhões, que poderiam ser considerados “emergentes”.

Mas, o que esse mesmo mercado estaria imaginando para os cinquenta milhões considerados “no escuro?”. Como potencial, ou como fardo? Que perspectivas teriam, esses mesmos cinquenta milhões, hoje pobres e miseráveis, de migrarem para o país-mercado? Qual o papel do Estado, ainda que desmontado por políticas ditas liberais, para esse grande país de excluídos? Políticas compensatórias ou degraus para galgar as portas do mercado?

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido. O consolo é que, parece, trata-se de um caminho de volta. E, os caminhos de volta são, por definição, conhecidos. Já se passou por ele, algum dia, algum tempo. É história vivida.

Em primeiro lugar, há que se resgatar valores. O ser humano não pode ser, meramente, um objeto de vitrines. Ele não pode ser visto, tão somente, como consumidor em potencial, sob pena de exclusão. Neste caso, não vejo alternativa, senão uma volta ao passado. Restabelecer as relações de amizade, de vizinhança, de religião, de trabalho, de escola e de família. Incentivar os eventos coletivos, onde possam ser discutidos os destinos da humanidade. Rever currículos, criar instrumentos legais incentivadores de atividades cooperativas, buscar ações que permitam reverter as migrações internas que incharam cidades e potencializaram os efeitos da exclusão social, como o desemprego, o analfabetismo e a violência. Mapear e potencializar experiências bem sucedi-

das de trabalho voluntário. Resgatar o verdadeiro sentido de comunidade. E, quem sabe, o significado de felicidade.

Há que se resgatar, também, o chamado Estado-Nação, enquanto representante dos interesses coletivos, e que leva em conta a história, a geografia e a cultura de um povo. Quanto mais fortes os sinais da globalização, mais importante o papel do Estado. O que se viu, nos últimos tempos, é um estado privatizado, controlado por interesses privados e longe das necessidades coletivas, principalmente da porção excluída da população.

No caso brasileiro, por exemplo, estarão prontas as bases para um plano de desenvolvimento verdadeiramente nacional, não um mero apanhado de medidas, quase sempre desconexas, viabilizadoras, unicamente, dos interesses mercantilistas. Um plano legítimo porque concebido a partir das reais necessidades e dos interesses da população como um todo, e não sob pressão única de grupos que objetivam o benefício individual, em detrimento do coletivo. O Brasil, pela sua riqueza natural, é, e sempre será, o território mais que cobiçado pelos interesses do mercado globalizado. Por enquanto, é através da guerra virtual. Se necessário, o será pela guerra real.

Quem sabe, então, estejamos no melhor dos momentos para reconstruir um só Brasil, com sua etnia, sua cultura, sua história e sua geografia? Quem sabe, também, um planeta com divisões geográficas demarcadas pela história de seus povos, cujas fronteiras sejam invadidas, aí sim, por sentimentos de humanidade, de respeito às diferenças e, sobretudo,

pelos direitos mais fundamentais de todos os seus cidadãos? Nem “Belíndia”, nem “Alemâmbia”, nem “Inglamíbia”. A globalização, sim, porém não a que provoque a exclusão social, mas a que promova a inclusão de todos seres humanos no seu sagrado direito à cidadania, à democracia e à soberania. À vida, enfim, na sua plenitude.

7. UM REGISTRO ÚNICO, UM ÚNICO PAÍS

Os brasileiros podem ser divididos em dois grandes grupos. No primeiro, os sem registro. No segundo, os registrados em demasia. Quantos serão os cidadãos sem rosto, “iguais em tudo na vida”, que nascem e morrem sem terem sido, nem mesmo, uma estatística? Diz-se que são 16 milhões. Como saber, se eles são desconhecidos, até mesmo, pelos levantamentos oficiais? Recebem, ao nascer, um nome e uma cruz. Cruz, como um fardo. Resumem-se, ao morrer, a uma cruz, com um nome. Cruz, como um símbolo. Nome, quase sempre sem um sobrenome.

Quantos serão os registros dos brasileiros mais que identificados, da Certidão de Nascimento à Certidão de Óbito? São cidadãos com rosto, nome, sobrenome, e muitos algarismos, do RG, do CPF, do PIS, do PASEP, do INSS, da CNH, do título de eleitor, da certidão de casamento, da conta bancária, da Carteira de Trabalho, do Fundo de Garantia, do Certificado de Reservista, do Conselho Profissional, do Passaporte, da Carteira de Saúde, e muito mais. São mais de vinte tipos de documento, cada um com seu número.

Portanto, há um Brasil desconhecido, oficialmente. Seus habitantes não contam, mas são equivalentes a algo como cinco Uruguais. Por outro lado, um país de tantos registros que, se distribuídos, um por um, identificariam mais de duas Chinas. Ou, quase um terço de toda a população do planeta.

Nem um Brasil, nem outro. O primeiro, desconhecido, quase que clandestino, há que ter, no registro de identidade, o passaporte para a cidadania. Uma porta de entrada para a saúde, a educação, a segurança e para todos os programas públicos, principalmente os de combate à fome e à miséria. Um registro que não significa, apenas, um quantitativo censitário, mas que representa o ser humano na sua plenitude. Um número, portanto, que mais que significa: dignifica.

Mas, no outro Brasil, a quantidade excessiva de registros tem se mostrado, na prática, uma enorme porta de entrada para a corrupção. As comissões parlamentares de inquérito são a prova mais contundente da falta de controle sobre a vasta documentação dos brasileiros. Milhares de contas fantasmas, os chamados “laranjas” na locupletação com desvios de dinheiro público, na falsificação de registros de identidade e de cadastros bancários, fiscais e alfandegários. Exemplo mais que contundente foi o caso do fazendeiro Darly Alves da Silva, assassino do ambientalista Chico Mendes, que fugiu da cadeia, no Acre, e foi encontrado no Pará, com CPF falso, o que lhe permitiu, inclusive, tomar empréstimo no Banco do Brasil. Quem não se lembra, também, daquele ex-governador, pilhado com cinco CPFs igualmente falsos? Por aí se

vê que, por serem tantos os registros, perdeu-se, totalmente, o controle sobre o falso e o verdadeiro.

No país sem registros, o cidadão é ninguém. No de registro em demasia, ele pode ser muitos.

Ele não pode, portanto, continuar sendo o cidadão X, para a Receita Federal; Y, para o Detran; Z, para a Secretaria de Segurança Pública; ou N, para a Justiça Eleitoral. Muito menos Zero, para o Estado. Nem alfabeto, nem anal-fabeto!

É bem verdade que, a cada quatro anos, ele é único, porque é eleitor. Aí, o número de seu título eleitoral adquire o devido e, muitas vezes, o indevido, valor. Quase que um registro único. O eleitor, então, pelo menos no discurso, passa a ser sinônimo de cidadão. No caso, um cidadão com rosto, com perfil de voto.

Em 1995, submeti ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 32, instituindo o Número Único de Registro Civil, que se converteu na Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997. Portanto, por essa mesma lei, no seu artigo primeiro, ficou “instituído o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de Registro Civil acompanhado dos dados de identificação de cada cidadão”.

A lei, discutida e votada, previa, em abril de 1997, quando foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o prazo de 180 dias para ser regulamentada, e de 360 dias para o início efetivo de sua implementação. Essa regulamentação ficava a cargo do Poder Executivo.

Todos os documentos que estivessem em desacordo com a lei perderiam a validade, passados cinco anos. Portanto, por essa mesma lei, discutida e votada sob o agasalho de todos os requisitos regimentais do Congresso Nacional, todos os documentos, que hoje são exigidos dos cidadãos brasileiros, com o imenso emaranhado de números, já teriam perdido o valor desde abril de 2002.

O Projeto de Decreto de Regulamentação foi elaborado, em tempo hábil, por uma comissão nomeada pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, composta por técnicos de diversos ministérios e órgãos públicos, incluindo um profissional de meu gabinete. Do ponto de vista eminentemente técnico, o assunto se esgotou, após amplas e profundas discussões sobre a sua importância. Entretanto, a Comissão foi dissolvida pelo então Ministro Renan Calheiros, igualmente Ministro da Justiça, e o decreto, essencial para a implantação das disposições da Lei, dormita, até hoje, doze Ministros da Justiça depois, nas prateleiras frias do esquecimento.

Ocorre que, em abril de 2002, preocupado com o final do prazo para a validade dos documentos, e com a não regulamentação estipulada na Lei, apresentei novo projeto, o de nº 76, prorrogando, por mais cinco anos, o prazo para a tal regulamentação. Esse novo projeto foi aprovado no Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados, para votação. Permaneceu, nos assentamentos daquela Casa, “pronto para a pauta”, desde 25 de maio de 2005, com parecer favorável para a sua aprovação. Recebeu o fatídico carimbo de “arquite-se”. Foi preciso, então, um novo projeto de

prorrogação, ainda em fase inicial de tramitação. Desta forma, a Lei não foi regulamentada e o projeto que prorroga o prazo de implantação ainda não foi votado, já pela segunda vez. E, isso, em se tratando de uma lei que já foi votada pelo Congresso Nacional e que, por definição, traduz a vontade do povo brasileiro!

Enquanto isso, novos documentos, com seus respectivos números, foram criados, e a parafernália existente à época da decisão do Congresso tornou-se, ainda, mais inchada. E o cidadão brasileiro, ou não tem registro algum, ou é um emaranhado de números.

A minha luta, que é de toda a população brasileira, para que essa lei seja, prontamente, regulamentada pelo Poder Executivo, e colocada em prática de imediato, não significa, tão somente, que o brasileiro obtenha um único registro, o que já seria de grande importância. Não se trata, apenas, de um documento único, mas de um país único, onde cada ser humano tenha um nome, um sobrenome e um registro que lhe formalize a existência, para que todos, sem exceção, se habilitem no exercício pleno da cidadania, com todos os direitos que lhes são devidos pela Constituição brasileira.

O programa Fantástico, da Rede Globo, por exemplo, demonstrou, há pouco tempo, a importância dessa Lei. O repórter providenciou todos os trâmites burocráticos, com todos os carimbos e todos os números exigidos, para o enterro de um brasileiro que existia nos registros, mas que foi transfigurado em um boneco de areia, na urna mortuária. Tudo indica que a corrupção tenha se escondido no emaranhado

de registros. Mais do que isso: o programa também demonstrou o quanto é fácil sepultar alguém que, legalmente, nem tenha nascido. Que basta uma cova rasa e uma cruz. Cruz, como fardo e, agora, como símbolo. O nome, pouco importa, se Pedro, José, Severino ou Maria. Um “cidadão sem rosto” que, talvez, tenha morrido, como disse o poeta, “de velhice, antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, ou de fome, um pouco por dia”.

8. UMA CPMI À LUZ DOS FATOS

Um dos instrumentos legais mais importantes à disposição do Congresso Nacional é, sem dúvida, a Comissão Parlamentar de Inquérito. É, notadamente, no trabalho das chamadas CPIs que o Parlamento exerce o ditame constitucional que lhe confere “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, quanto a possíveis desvios de recursos públicos e atos de corrupção. É bem verdade que, ao longo do tempo, as Comissões têm sido desvirtuadas por diversas razões, desde as pressões no sentido da não apuração efetiva de fatos relevantes, até a sanha pelos holofotes da mídia, que mais geram estrépitos do que realmente cumprem os objetivos propostos de investigar os fatos determinados.

Até aqui, embora passado tanto tempo desde a chamada “CPMI Collor/PC, estou certo de que essa Comissão pode, ainda, servir como referência para os trabalhos que ainda virão. Uma CPI tem que se iluminar, sempre, pela luz dos fatos. É por isso que as tentativas de desacreditar as apurações que foram realizadas pelo Congresso Nacional tornaram-se vãs. À luz dos fatos, não foi possível, depois, reescrever a his-

tória. É por esse motivo que julgo importante registrar, para essa mesma história, os fatos que determinaram o desfecho da referida Comissão Parlamentar de Inquérito.

A trajetória política do hoje Senador Fernando Collor de Mello é, nos últimos anos, o exemplo mais que fiel da importância da democracia na história de um povo. No Congresso Nacional, ele teve os direitos políticos suspensos, em 1992, depois de um longo processo de investigação, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O povo foi às ruas, para exigir o seu *impeachment*. Os jovens daquele tempo pintaram seus rostos de verde e amarelo e exerceram o legítimo direito de participar dos destinos da Nação. Agora, ele retorna à vida pública, para o mesmo Congresso que o afastou, para exercer, em nome do povo do seu Estado de Alagoas, um mandato que esse mesmo povo lhe concedeu, democraticamente, nas urnas, como Senador da República. É a vontade do povo brasileiro de Alagoas, contra a qual será anti-democrático qualquer oposição. O seu mandato de hoje é legítimo, como legítimo foi o seu afastamento, em 1992.

Fui um dos protagonistas daquele processo, que se iniciou com a entrevista concedida à revista *Veja*, pelo seu irmão, Pedro Collor. O Congresso Nacional não podia fugir à sua missão constitucional, ante fatos de tamanho quilate, principalmente em se tratando de denunciante tão próximo do então presidente e que, portanto, se revestia da devida credibilidade.

O pedido para a instalação daquela CPMI recebeu o número necessário de assinaturas. Cumpriu todos os requisitos legais e foi instalada no dia 01 de junho daquele ano. O primeiro depoente foi, exatamente, o seu irmão que, frente a primeira pergunta do Relator, Senador Amir Lando, confirmou todo o conteúdo da entrevista. Reafirmou, portanto, que havia, em operação, um forte esquema de corrupção, comandado pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias, uma das pessoas de sua maior confiança.

É evidente que o Sr. PC Farias negou absolutamente tudo, no segundo depoimento da CPMI. Não havia, até aquele momento, sinais claros de participação do Presidente no referido esquema descrito pelo Sr. Pedro Collor. Confesso, inclusive, que a CPMI teve, ao final do depoimento do Sr. PC Farias, uma espécie de crise de identidade, porque, não se pode negar, era expectativa, de alguns de seus integrantes, de que, já de início, se provasse a participação do Sr. Fernando Collor nos negócios escusos do Sr. PC Farias. As reuniões para discutir os rumos da CPMI eram realizadas no meu gabinete. Eu havia, inclusive, sido convidado para assumir a relatoria dos trabalhos. Declinei do convite, porque julgava mais apropriado um relator tipicamente de oposição, porque, afinal, fora desse grupo de parlamentares a iniciativa primeira de solicitar a instalação da Comissão. Confesso, também, que figuras ilustres da política brasileira de então colocavam em xeque os destinos dos trabalhos, dando pouco crédito a possíveis resultados que redundassem em mudança de rumos na política brasileira. Foi o caso, por exemplo,

do Deputado Ulysses Guimarães que, inclusive, reportava-se a episódios traumáticos da nossa história, quem sabe no intuito de defender a necessária seriedade nas investigações, caso contrário poderíamos incorrer em novos episódios que jamais gostaríamos de repetir.

Os depoimentos que se sucederam revestiram-se, também, de negativas às denúncias do Sr Pedro Collor, mas, em dado momento, algumas pistas surgiram a lume, principalmente no relato de pessoas próximas ao grupo que havia concebido a candidatura Fernando Collor de Mello à Presidência da República.

Mas, o depoimento que norteou os trabalhos da Comissão, foi o do Sr. Francisco Eriberto Freire França, no dia 01 de julho de 1992. O Sr. Eriberto era motorista da Sra. Ana Maria Acioli Gomes de Melo. Cuidava dos pagamentos e recebimentos de valores que lhes eram confiados pela então secretária particular do Presidente. Conhecia, portanto, pessoas, fluxos de recursos, finalidades de pagamentos e respectivos montantes. O depoimento do Sr. Eriberto foi, sem dúvida, um marco na mudança da CPMI do PC, como era chamada a Comissão, até aquela data, para a CPMI Collor/PC, como passou a ser denominada a partir de então.

O rosário de nomes e de fatos que se seguiram na sala da Comissão pode ser encontrado, didaticamente, na transcrição do depoimento do motorista Eriberto. Ali aparecem, por exemplo, os nomes das secretárias Rosinete e Marta, do mordomo Berto, do Secretário particular Cláudio Vieira, do piloto Jorge Bandeira, entre outros. Fatos, como a compra

do Fiat Elba e das transações financeiras para pagamentos particulares, tendo sempre como fonte o Sr. PC Farias e destinatários pessoas do convívio, familiar e de amizade, do Presidente da República. Instituições financeiras, como o BNC e o Bancesa, além de empresas de táxi aéreo, locadoras de automóveis, postos de gasolina, entre outras.

O que chamou a atenção dos parlamentares, além do rico conteúdo do depoimento, foram a clareza, a convicção e a firmeza do depoente. A ponto de um dos integrantes da CPMI perguntar-lhe se ele prestara o depoimento, apenas, movido por ato de patriotismo, ao que ele respondeu: “e o Sr. acha que é pouco?”.

A partir daquele instante, os fatos passaram a falar por si. Não havia a necessidade, nos depoimentos que se seguiram, das perguntas, até então vazias de conteúdo, e das negativas óbvias dos depoentes. Cada depoimento era antecedido de pesquisa documental, apresentada a cada um dos depoentes, que não podiam se furtar da confirmação, tamanhas eram as evidências e a robustez das provas.

A equipe técnica que cuidava da assessoria à Comissão cruzava informações e, a cada passo, novos elementos de prova foram surgindo. Cheques que visitavam sucessivas contas bancárias, depósitos que, logo imediatamente quando compensados, seus valores migravam para pessoas identificadas como integrantes do tal “esquema”, e assim por diante. Mais do que isso, a cada tentativa de defesa, outros elementos comprobatórios surgiam, corroborando, ainda mais, a tal tese da locupletação. Foi assim, por exemplo, nas

tentativas, frustradas, de explicação da Operação Uruguai, o que se comprovou, depois, ser um artifício montado para justificar recursos com origem, no mínimo, duvidosa, pelo menos até aquele momento.

Foi assim, também, com as tentativas de explicações para o processo que culminou na compra do tal Fiat Elba, registrado em nome do Presidente da República. Prevaleceu, afinal, o que havia sido relatado pelo motorista Eriberto. É neste caso, inclusive, que emergiu o fato das contas fantasmas, muito utilizadas em todo o processo em investigação pela CPMI.

Portanto, não há, hoje, como fugir da concretude dos fatos. Não é, evidentemente, a melhor estratégia tentar negar tamanhas evidências. Por isso, contrapor-se à veracidade desses fatos, ou tentar atribuir aos trabalhos da CPMI alguma pecha de farsa, não é o caminho mais adequado.

Não posso negar a atitude isenta do então Presidente Fernando Collor, durante todo o período de investigação. Ele não tomou qualquer atitude na tentativa de impedir os trabalhos da CPMI. Nem mesmo de procrastiná-los. Creio que não passasse pela sua imaginação a possibilidade de as investigações atingirem-no, diretamente. Algo assim como aconteceu, por exemplo, com o ex-presidente Nixon, dos Estados Unidos. Negativas, veementes, de participação no episódio das gravações ilegais, na sede do seu Partido Democrata. Jurou inocência, até que os fatos viessem a lume, trazidos pelos jornalistas do *Washington Post*. Igual postura foi utilizada pelo ex-presidente Clinton, no caso com a esta-

giária Mônica Lewinsky. Também negou, veementemente, o ocorrido, e foi, de igual modo, contrastado pelos fatos.

Essa atitude, de isenção, do Presidente Collor, diga-se de passagem, não foi, nem é, a mesma dos presidentes que o sucederam. Ao contrário, o que aconteceu, a partir de então, foi uma seqüência de pressões contrárias à instalação de CPIs, o que levou as chamadas “minorias” a apelarem para o Supremo Tribunal Federal, no sentido do cumprimento de seus direitos constitucionais. Foi o caso, por exemplo, da “CPI dos Bingos”, pela qual recorri, na companhia do Senador Jefferson Peres, junto ao STF, para que, afinal, fosse instalada. No outro caso, o da proposta de investigação sobre os agentes corruptores, não se conseguiu o intento, e a CPI foi abortada, antes do nascedouro.

Então, a “CPMI Collor/PC” teve todos os elementos para ser lembrada pela lisura das investigações. Ela se iluminou, como nas palavras do seu relator, “à luz dos fatos”, e, contra esses fatos, não haveria argumentos que levassem a outro rumo que aquele traçado durante as investigações.

As insinuações posteriores de que a condução dos trabalhos provocou cerceamentos de defesas e eventuais atropelamentos, não procede. Todas as etapas cumpridas foram cobertas pelo devido procedimento legal. Tanto a Câmara dos Deputados, como o Senado Federal não desviaram, em qualquer momento, do texto legal e dos respectivos regimentos, para conduzir os trabalhos. Aqui, também, não cabe repreensão.

Aliás, eu estou seguro de que aquela CPMI deveria se constituir em modelo para as que se seguirão, tanto para o Congresso Nacional, quanto para as instituições públicas direta, ou indiretamente, envolvidas no tema sob investigação. Infelizmente, não posso dizer o mesmo para a maioria das Comissões que foram propostas, daquela data, até agora. A história do Brasil permanece credora de investigações que se perderam ao longo de tamanhas pressões. Por exemplo, por que não abrir essa imensa caixa-preta das privatizações no País? Como explicar o preço mínimo da Companhia Vale do Rio Doce, vendida por pouco mais de R\$ 3,3 bilhões, se esse mesmo valor tem sido ultrapassado, seguidamente, pelos lucros líquidos semestrais da mesma empresa? Quem calculou, com que critério e a pedido de quem, os tais fluxos de caixa descontados, para que um valor tão menor fosse projetado para o resultado da empresa? Por que os Fundos de Pensão mudaram de lado, nos consórcios que se instituíram para os leilões, às vésperas da privatização da Vale? O que aconteceu, efetivamente, na privatização das “teles”? O que significou, exatamente, o termo “limite da irresponsabilidade”, pronunciado por um funcionário de alto escalão da República? Por que não investigar, com a mesma seriedade utilizada na CPMI que serviu de base para a cassação de um mandato, o episódio da compra de deputados para a reeleição do Presidente da República? Por que foram abordadas, com tamanha truculência, as investigações sobre os corruptores? Por que tamanha pressão sobre as CPIs, que chegaram a ser instaladas, a duras penas, mas com negativas e procrastinações de órgãos públicos, como o Banco Cen-

tral, no fornecimento de informações consideradas primordiais para o sucesso das investigações?

Enfim, eu estou certo de que, todo esse processo, que teve como figura central o hoje Senador Fernando Collor de Mello foi, para todos nós, e para o fortalecimento da democracia brasileira, uma grande lição. E, por definição, uma lição tem, sempre, dois lados: o de quem ensina e o de quem aprende. Neste caso, ainda somos, todos nós, sem exceção, meros aprendizes. Mestre, quem sabe seja um só, divino, criador, a quem recorreremos, todos os dias, no início dos nossos trabalhos, no Congresso Nacional. Há, ainda, muito caminho a trilhar, neste país de contrastes. E, esse caminho será tão menos árduo, se pavimentado, simultaneamente, pela humildade, pela perseverança e pela ética. Num país de tamanha fome e miséria, o dinheiro público deve ser, por definição, sagrado e inviolável, porque ele significa o direito à vida digna, para todos os cidadãos. Esse é um preceito comum em todos os documentos relativos aos direitos fundamentais dos seres humanos. Aqui, ou em qualquer outro lugar do planeta. Esse é, também, o nosso dever constitucional. Dele, não podemos nos arredar, jamais!

9. A BÊNÇÃO, HELOÍSA HELENA

O seu nome é Heloísa. Tem um outro de pia: Helena. Heloísa Helena. Poderia ser Maria, Dolores, ou tantos outros nomes, naquela “serra magra e ossuda em que vivia”. Heloísa Helena viu a morte e viveu a vida severina. Menos a do pai, o finado Luiz, que poderia ser Raimundo, Zacarias, ou tantos outros nomes, “iguais em tudo na vida”, porque a hora de chegada da menina Heloísa foi, dois meses depois, de despedida. O sustento lhe deu a mãe, costureira na lida, também de nome Helena, mas que poderia ser, da mesma forma, Maria, Dolores ou, como tantas outras, igualmente, Severina.

Heloísa acompanhou a dor dos retirantes. Mas, ela não testemunhou, apenas, a lágrima de quem partia. Viveu, também, o choro de quem permanecia. Dos homens em seus paus-de-arara e das “viúvas da seca” em seus paus-a-pique. Vivenciou a miséria. Gente morrendo “de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia”. Testemunhou a desgraça humana, estampada nos rostos de milhões de conterrâneos nordestinos, sem a “parte que lhes cabe, neste latifúndio”, sem trabalho, sem cidadania.

Inquieta, ela não poderia permanecer indolente ante tamanha miséria humana. Guerreira, não fugiria à luta. Cresceu e engajou-se nos movimentos sociais. Atuou nas lutas sindicais. Militou na política estudantil. Talvez pela angústia por atenuar a dor e o sofrimento daquela gente de “mesma cabeça grande, que a custo é que se equilibra”, decidiu ser enfermeira. Quem sabe o melhor remédio, quem sabe uma última oração, quem sabe uma palavra amiga, quem sabe um aperto derradeiro de mão. Mas, ela tinha a convicção de que, tão somente, os curativos que faria não seriam suficientes para sarar todas as feridas daquele povo. Teria que atuar, também, em um outro plano, mais amplo, político.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, jurou cumprir os seus estatutos e o seu programa. Ocupou as ruas. Eleições diretas, liberdades democráticas. Melhoria das condições de vida de seu povo. Foi, com essas mesmas bandeiras, Vice-prefeita, Deputada Estadual, Senadora.

O seu partido chegou, enfim, à Presidência da República. Ao poder. Oportunidade, enfim, para transformar o discurso em prática. Mas, o poder... Ah! O poder! O poder e suas metamorfoses. O poder subiu ao planalto e, do mais alto de seus palácios, mostrou-lhe esplanadas e autarquias. “Eu te darei toda a riqueza destes reinos, porque tudo isso foi entregue a mim, e posso dá-lo a quem eu quiser. Portanto, se te ajoelhares diante de mim, tudo isso será teu”. “Tudo o que vês/será teu se me adorares/E, ainda mais, se abandonares/O que te faz dizer não”. E, como na passagem bíblica

de São Lucas e no “Operário em construção”, de Vinícius de Moraes, ela disse “Não!”.

Heloísa não caiu na tentação da reforma da previdência, dos juros altos, do lucro bancário, do superávit fiscal, do mensalão, do financiamento de campanha, do “toma lá, dá cá”, dos campos majoritários. Então, ao contrário dos textos bíblicos, “tendo afastado todas as formas de tentação”, não foram expulsos os vendilhões do templo e sim ela, exatamente uma de suas mais dedicadas guardiãs.

E a Senadora-operária “ouviu a voz/de todos os seus irmãos/os seus irmãos que morreram/por outros que viverão/uma esperança sincera/cresceu no seu coração”. E ela permaneceu na luta. Não mudou. Continuou aquela mesma menina que revolucionou discursos e comportamentos neste Senado, leal aos ensinamentos de sua mãe Helena e às aspirações de seu povo. Encanta-me, portanto, a sua fidelidade ética!

Aliás, ela foi, no Senado, um dos principais contrapontos do comportamento político de seu tempo. Dela, nada se ouviu sobre qualquer desvio de conduta, em tempos de “mensalão” e de “sanguessugas”. Ao contrário, ela foi, e continua sendo, uma das mais incansáveis batalhadoras contra qualquer tipo de corrupção e de desvio de conduta política. Nestes casos, valendo-me de uma expressão popular, ela é o exemplo mais que perfeito da “adrenalina pura”. Ou seria de um “ferrinho de dentista”? Doce e meiga com os bons. Amarga e valente contra os maus. Para os bons, “minha flor!”. Para os maus, todos os espinhos.

Para mim, o discurso da Senadora Heloísa Helena soava algo assim como um corretor de textos. Ao primeiro sinal de erro político, ela o sublinhava, ao mesmo tempo em que apontava as melhores e mais corretas alternativas de correção. Bastava, então, dependendo do julgamento de cada um de nós, ignorar, alterar ou acrescentar. De minha parte, eu jamais ignorei o seu texto, o seu discurso, a sua voz. No máximo, propus alterações mínimas. Na quase totalidade das vezes, acrescentei as suas sugestões corretivas ao meu próprio texto, ao meu discurso. Para meu orgulho, na linguagem política, sempre tivemos o mesmo vernáculo.

Eu já disse um dia, a importância de uma pessoa se mede, principalmente, pela falta que ela nos faz. São aquelas que não se contentam em viver a história. Fazem-na. Hoje, sem a presença física da Senadora Heloísa Helena no Senado Federal, é que a gente mede a saudade que ela nos deixou. Saudade temporária, para o nosso consolo. Duradoura, para as nossas necessidades.

A Senadora Heloísa Helena juntou-se a nós, no Congresso Nacional, em 1999, no calor da juventude de seus 37 anos, para representar o seu Estado, Alagoas. Foi uma das senadoras mais laboriosas nas Comissões Permanentes. Nas Comissões Parlamentares de Inquérito, debruçava-se, horas a fio, noites adentro, sobre calhamaços de documentos, guiada e iluminada pela luz da verdade. Em novembro de 2005, em eleição livre promovida pela revista Forbes/Brasil, foi eleita a mulher mais influente na política e no legislativo Brasileiro. Em dezembro do mesmo ano, os profissionais de

comunicação, agências de publicidade e leitores da Revista Istoé/ Gente elegeram Heloísa Helena como “Personalidade do ano de 2005”.

Católica fervorosa, devota de São Francisco de Assis, ela mostrou, desde o início de seu mandato, que inauguraria, a partir dali, uma nova era de comportamento no Senado Federal. “Pedi a Deus para, em todos os momentos, vencer a vaidade e vencer o luxo”, dizia ela. Abandonou as maquiagens, adotou uma espécie de uniforme para o trabalho, blusa branca e calça jeans desbotada, cabelo preso, estilo rabo-de-cavalo, dispensou carro oficial com motorista e outras facilidades que os regimentos lhe permitiam. “Fui testada pelos rituais esnobes, cínicos e mentirosos, porém sedutores, e não me dobrei. Isso me dá uma suprema satisfação moral”, dizia ela.

Heloísa era uma iluminada. Aquela aparência franzina e frágil de menina, corporificava a força e a coragem de mulher guerreira. Sem meias palavras, travou debates dos mais intensos com seus adversários políticos. Em plenário e nas comissões, transformou-se na voz mais firme em defesa de seu povo, ao mesmo tempo em que destilava ataques devastadores contra o que ela sempre chamou de “elites putrefatas”, “políticos parasitas do poder” e “bajuladores de plantão”.

Foi a crítica mais severa do que se chamou “política neo-liberal”, no governo Fernando Henrique Cardoso. Colocou-se, frontalmente, contra as teses do “Estado-mínimo”, do “pensamento-único” e do programa de privati-

zações, principalmente de empresas emblemáticas, como o que já havia ocorrido com a Companhia Vale do Rio Doce e as que o governo daquela época colocava à venda, no momento em que veio a tona o tal “limite da irresponsabilidade”. Criticou, severamente, o desmantelamento da economia genuinamente nacional e do mercado interno, a política de juros altos e seu efeito esmagador, principalmente para o pequeno empresário nacional, e as reformas que surrupiavam direitos adquiridos dos trabalhadores. Defendeu, com igual bravura, a melhor distribuição da terra e da renda, a ética no gasto público e uma política de poder que envolvesse, efetivamente, a classe trabalhadora.

A senadora Heloísa Helena foi uma das maiores batalhadoras pela eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acreditava, como todos os brasileiros, que a eleição de um político que surgira da base trabalhadora constituir-se-ia, não apenas, em uma era de mudança, mas, muito mais, uma mudança de era. Jogou, portanto, todas as suas fichas num jogo político que, para ela, e para todos nós, parecia “de carta marcada”, tamanha a certeza de que o País, a partir da “vitória dos trabalhadores”, além de mais democrático e soberano, seria, de fato, cidadão.

Por tudo o que ela passou, incluindo maledicências pessoais de toda ordem, não mudou um único milímetro de sua rota política. Não se curvou às tais tentações do poder. “Dia seguinte, o operário/ao sair da construção/viu-se súbito cercado/dos homens da delação/e sofreu por destinado/sua pri-

meira agressão/teve seu rosto cuspidado/teve seu braço quebrado/mas, quando foi perguntado/o operário disse não”. É que, “em cada coisa que via/ misteriosamente havia/a marca de sua mão”.

“É muito triste, muito angustiante”, dizia ela, quando da sua expulsão partidária. Acordava, chorando, no meio da noite. Parecia-lhe um pesadelo aquele calvário que lhe feria a alma. O golpe lhe foi duro. Mas, mais uma vez, não o suficiente para fazê-la esmorecer. Fundou, então, com outros companheiros, o P-SOL, Partido Socialismo e Liberdade. Talvez não tenha sido tão grande o trabalho para elaborar o novo programa partidário. Bastou, quem sabe, uma nova redação ao mesmo conteúdo que lhe acompanhara a vida pública e partidária, até aquele momento. Bastava projetar a sua própria história. E a luta continuou.

Em 2006, a Senadora Heloísa partiu, quem sabe, para o maior desafio de sua vida: com poucos recursos, contra a estrutura de partidos históricos, “liberais”, “democráticos”, “trabalhistas” e, agora, “dos trabalhadores”, recebeu mais de seis milhões e quinhentos mil votos, quase sete por cento de todos os votos válidos dos eleitores brasileiros. Não importa se ela não foi para o segundo turno: ela é, por toda a sua história, uma vencedora.

Na despedida do Senado Federal, um retrato de sua simplicidade, conforme trecho de uma reportagem da Revista Istoé, daquela época: “Enfermeira por formação e professora de epidemiologia e planejamento de serviços públicos na Universidade Federal de Alagoas, a combativa senadora

começa a se despedir do Parlamento. Em casa, deu início ao processo de encaixotar as coisas. E haja caixa. ‘Loló’, como é conhecida na intimidade, adora fazer coleções. Sob a estante de sua tevê repousam várias pedras, de todos os tamanhos e cores que pegou ainda pequena no rio Moxotó, que atravessa o povoado de Poço Brandão, no sertão de Alagoas, onde nasceu. É lá que duas vezes por ano ela costuma andar de madrugada só para apreciar a floração dos cactos, hábito que mantém desde garota. “Eles dão flores lindas, coloridas e pequenas, visíveis apenas para quem tem os olhos de um sertanejo, como eu”, diz. “Lá me reencontro com a minha essência, me deparo com a história da menina pobre e sobrevivente que vivia com longas tranças no cabelo e pés descalços”.

De onde viria tamanha humildade? A resposta pode ser encontrada na mesma reportagem da Istoé: “Da coleção de imagens de São Francisco de Assis, seu santo de devoção, às citações de trechos bíblicos, que sempre procura encaixar em suas conversas mais íntimas, Heloísa expõe um lado que pouco combina com a feroz socialista conhecida por todos: o da católica fervorosa, freqüentadora assídua das missas domingueiras. “Quando me dizem que a religião é o ópio do povo, eu respondo que a fé é o ópio que suaviza minhas dores e me dá forças para ajudar a minimizar a dor alheia”, argumenta. É assim que ela não deixa que o ódio ou a vingança dominem sua conduta, tanto na vida pública quanto na sua existência particular.

Hoje, a Senadora Heloísa Helena divide o seu tempo entre o ensino e a atividade política. Felizes os alunos, que aprendem com a sua sabedoria. Felizes todos nós, que continuamos a conviver com a sua obstinação. Ela continua rimando palavra com ação. Não será, portanto, um mero pó de giz que vai calar a sua voz. Quem sabe o destino tenha lhe reservado, mais uma vez, a missão de personificar a verdadeira voz rouca das ruas.

A bênção, São Francisco de Assis, mensageiro da humildade:

“Onde houver ódio, que eu leve o amor.
Onde houver erro, que eu leve a verdade”.

A bênção, Vinícius de Moraes, poeta brasileiro:

“Uma esperança sincera
cresceu no seu coração
e dentro da tarde mansa
agigantou-se a razão
de um homem pobre e esquecido
razão porém que fizera
em operário construído
o operário em construção”.

A bênção, João Cabral de Melo Neto, poeta nordestino:

“E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida
como a de há pouco, franzina
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina”.

A bênção, Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho, nordestina e brasileira:

“Nasci como nascem milhares de meninas brasileiras... marcadas para cumprir o destino do quartinho de empregada ou da venda do corpo por um prato de comida. Fui uma criança muito doente, diziam que eu morreria antes dos 7 anos, tinha asma,

problemas renais, complicações para todos os gostos. Meu pai, Luiz, era funcionário público, morreu de câncer quando eu completei dois meses. Cosme, meu irmão mais velho, foi assassinado ainda menino. Ficamos eu, meu irmão, Hélio, e minha mãe. Filha de trabalhadores rurais, ela aprendeu a ler junto comigo. Minhas brincadeiras eram correr com cabras no sertão. Muitas vezes, pulava dos trens na cidade, brigava na rua e... apanhava em casa. Engolia meus medos e protegia os mais fracos. Era uma magrelinha sobrevivente!... Em casa, dividíamos o pouco que tínhamos com os outros. Minha mãe tinha criado os irmãos no cabo da enxada, sabia o que era dificuldade. Era durona, não dava moleza, não: ensinou que honestidade estava em primeiro lugar. Ela bordava os vestidos das madames, e eu ficava encantada, queria usar parte daquelas continhas para fazer uma roupa para a minha boneca Suzi, velhinha e linda, que encontrei no lixo. Minha mãe não permitia, colocava as pedrinhas no saquinho, para devolver”.

A bênção, mulher guerreira, mensageira da humildade e da ética.

10. CRÔNICA DE UMA CATÁSTROFE VIVENCIADA

De repente, parece que o planeta se transformou no cenário de um filme dirigido por Steven Spielberg, produzido pela ONU e escrito por 600 cientistas de 40 países, sobre a devastação da natureza. Neste documentário, somos nós os protagonistas, ora mocinhos, ora vilões. É bem verdade que muitos são, apenas, meros coadjuvantes nesta história dramática, e que morrem sem serem reconhecidos, quase sempre nem mesmo conhecidos, porque, nesse mesmo roteiro, lhes foram reservados papéis de figurantes.

O documento da ONU pinta, com tintas carregadas, os cenários do meio ambiente, neste século que ainda engatinha. A principal questão é o chamado aquecimento global. A permanecer a situação de agora, de total desrespeito à natureza, as temperaturas médias deverão subir entre 1,8 e 4 graus, isso sobre os níveis atuais dos termômetros, que já estão alterados em escala nunca sentida antes. É muito mais fácil enumerar as causas, porque razões são, geralmente, coisas do passado, ainda que muito mais evidentes no presente. O que mais preocupa a humanidade, e os cientistas em par-

ticular, são as conseqüências que deverão advir, num futuro nem tão longínquo.

Se nada for feito imediatamente, os ares da terra receberão mais de 1,4 quadrilhão de quilos de dióxido de carbono, mais conhecido como CO², até o final deste século. Isso significa algo como 14 trilhões de quilos de poluentes por ano, ou mais de 38 bilhões por dia, ou mais de 1,5 bilhão por hora, e assim por diante. São projeções a partir de números reais, do passado recente, quando os zeros à direita dos poluidores do ar sempre equivaleram aos zeros à esquerda dos formuladores de política.

A elevação dos níveis dos oceanos e dos mares na escala prevista poderá dizimar cidades litorâneas inteiras, normalmente onde se concentra grande parcela da população. Se, com a situação atual, catástrofes como a de Nova Orleans, nos Estados Unidos, são capazes de tamanhos estragos, imagine-se o que poderá acontecer no futuro, em países como a Holanda ou, mesmo, nas grandes cidades costeiras do Brasil, como o Rio de Janeiro e as capitais do Nordeste. Hoje, por exemplo, os guias turísticos de grandes cavernas, nas suas longas e quase sempre decoradas explicações sobre tamanhos vãos subterrâneos, desenham cenários de fundos de mar em outras e distantes eras: “aqui, um dia, foi mar”. Se confirmadas as previsões, e se nada for feito para negá-las, num futuro, agora não tão distante, os guias turísticos de fundo de mar atribuirão às torres e catedrais submersas, cenários de “aqui, um dia, foi terra”.

A agricultura mundial terá uma nova geografia. A estrutura produtiva de grandes regiões agrícolas deverá ser, significativamente, modificada. Isso motivará, como decorrência, outras mudanças, na estrutura fundiária, no comércio de insumos, no mercado internacional. A produção de alimentos e, conseqüentemente, o mapa da fome, poderão ser, também, redesenhados. Para se ter uma idéia, os grandes cafezais paulistas e mineiros poderão desaparecer do mapa da agricultura daqueles estados, assim como a soja gaúcha.

As cidades também deverão ser remodeladas. Grandes ondas de migração, rural-urbana e rural-rural, modificarão a demografia do planeta. Grandes secas e, igualmente, enormes inundações expulsarão populações das cidades e do campo, que ocuparão, ainda mais, as periferias dos grandes centros urbanos, num processo crescente de “favelização”. Também como exemplo, se já é preocupante o caos urbano atual de uma cidade como São Paulo, com os alagamentos rotineiros, imagine-se nas hipóteses, bastante fundamentadas, de “trombas d’água” de maior intensidade, como previstas no relatório.

Há preocupações, também, com as repercussões sociais das grandes migrações internas, principalmente nos países menos desenvolvidos. A miséria, a fome e a violência ocuparão, ainda mais, corações e mentes e a guerra civil não declarada, da bala perdida ou mirada, poderá ter o “alistamento” de novos batalhões, cada vez mais ao descontrole do Estado. Nestas cenas, o tal filme de Spielberg revelar-se-ia repetitivo e sonolento.

Todas as discussões sobre o relatório da ONU são conclusivas no sentido de que os maiores impactos do aquecimento global não incidirão, igualmente, sobre povos e países. Mais uma vez, as regiões e as populações mais pobres serão as maiores vítimas. E, isso, aumentará o abismo, já existente, nas disparidades de distribuição regional e pessoal de renda, entre países e, internamente, entre seus habitantes locais.

O trabalho da ONU causa uma enorme comoção, porque projeta o que cientistas identificam como catástrofe ainda para o nosso tempo. Não é algo que se prevê para milhares, ou milhões de anos, como em tudo o que se analisa em termos da espécie humana. Algo inatingível para a nossa visão imediatista. É uma situação que, se nada for feito, será vivida por nós, e, principalmente, pelos nossos filhos e netos. É palpável, é sentida, é presente. Mas, o planeta não precisa projetar catástrofes para meados, ou para o final, deste século. Elas já existem, embora muitos teimem em desconhecer-las. Não se trata, aqui, dos furacões, dos tornados, dos maremotos, dos terremotos e das “tsunamis”, cada vez mais vorazes, e que atormentam ricos e pobres. É uma catástrofe que atinge, exclusivamente, os pobres e os miseráveis. É a fome.

Não há que se esperar, portanto, que os quatrilhões de quilos de poluentes sejam lançados ao ar, para que a humanidade se mobilize contra uma catástrofe de dimensões globais. Ela já existe há muito, e continua compondo a nossa história e a nossa geografia.

A mesma ONU, com idêntica competência de seus cientistas, e com igual responsabilidade política e institucional, dá conta de que quase um bilhão de seres humanos passam fome, no nosso tempo e nosso espaço. Uma, em cada seis pessoas, as que não morrerem ainda hoje, dormirão a próxima noite com fome. Fome crônica. A mesma fome que mata um ser humano a cada menos de quatro segundos! Muito mais que o terrorismo que, embora também abominável, tem merecido tamanha atenção na mídia e nos gabinetes do mundo. Terrorismo que mata, como diria o poeta, “de emboscada, antes dos vinte”. Ou, a miséria “de velhice, antes dos trinta ... e de fome, um pouco por dia”.

Quase 3 bilhões de indivíduos, ou a metade da população mundial, sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia, a metade deste número com menos de US\$ 1. Um terço da humanidade, ou mais de 2 bilhões de pessoas, tem anemia. Neste exato momento, o planeta tem algo como 130 milhões de crianças chorando, ou morrendo, de fome. Essas mesmas crianças, as que vingarem, ainda assim não verão os efeitos do aquecimento global, porque a vida lhes será breve.

As favelas dos grandes centros urbanos já são o endereço de quase um bilhão de moradores. Nas projeções, serão 1,4 bilhão, daqui a duas décadas. O equivalente a uma China inteira apinhada em morros e em perigosas encostas.

A mídia tem dado ao relatório da ONU sobre o aquecimento global ares de catástrofe. Fala-se, inclusive, em “apocalipse”, uma projeção, com data marcada, para o “final dos tempos”. Não são explícitas as avocações aos “sete

espíritos”, às “sete igrejas”, aos “sete candelabros”, às “sete lâmpadas de fogo”, aos “sete selos”, ou às “sete cartas” do texto bíblico. Mas, pelo menos desta vez, a mídia enumera os países maiores poluidores da atmosfera. São os mais desenvolvidos, os chamados “G7”. Pelo menos no simbolismo do capítulo final da Bíblia Sagrada, o número sete é coincidente. O juízo final ainda depende de nós.

Talvez a imagem bíblica do apocalipse não seja a mais adequada para o caso. É que ela tende a projetar o desfecho para uma revolução da natureza, fora dos nossos corações e das nossas mentes. Para mim, o melhor simbolismo para os acontecimentos que dão suporte às projeções da ONU é a “Torre de Babel”. É que deixamos, há muito tempo, de falar a mesma língua, universal, humanística. Construímos uma torre para atingir uma espécie de deus-mercado, suntuoso em bens materiais. Transformamos o semelhante em concorrente, quando não em adversário. A consciência coletiva deu lugar ao individualismo. As catástrofes anunciadas pelos cientistas estão muito mais claramente relacionadas aos nossos problemas de relacionamento com o semelhante, como a ganância, a sede de poder e o lucro a qualquer custo. Para atingir o nosso intento, articulamos uma linguagem individual, não importa se o semelhante não a entenda.

Mas, embora a dimensão de tais catástrofes, continuo um otimista. Acho, inclusive, que as discussões sobre o relatório da ONU, o da catástrofe anunciada, podem se estender no sentido da busca de soluções para o problema da fome, o da catástrofe presenciada. Quem sabe, como já disse, os zeros à

direita dos números das Nações Unidas, tamanhos que são, possam ter influência sobre os zeros à esquerda dos grandes formuladores de política. Do caos, a luz!

O fato da humanidade se colocar diante de um cenário que, potencialmente, pode atingir a todos, indistintamente, como protagonistas do tal filme de Spielberg sobre o futuro do planeta, também pode focar luzes e câmaras sobre os figurantes da história presente: os famintos e os miseráveis, em escala mundial. As cenas do aquecimento global ainda podem se transformar numa ficção. As da fome mundial, não! Elas já são, indiscutivelmente, um triste documentário.

Quem sabe possam emergir, daí, novos paradigmas e padrões de comportamento humano. Resgatar o verdadeiro sentido de humanidade, enquanto natureza humana, que incorpore valores outros que não a ganância e a sede de poder, mas a fraternidade, a compaixão e a solidariedade. Não haverá humanidade, no seu verdadeiro sentido, enquanto a morte pela fome continuar seguindo o ritual dos ponteiros dos segundos. Quem sabe, também, possamos descobrir que ainda é possível uma revolução nos nossos sonhos de futuro.

11. O BRASIL NO MAPA DO LUXO

O jornal *Folha de S. Paulo*, em duas edições dominicais seguidas, trouxe, no seu caderno “Ilustrada”, coluna da jornalista Mônica Bérghamo, uma prova mais que fiel do que eu tenho falado, reiteradamente, sobre os “dois Brasis”. A primeira matéria, sob o título “O mapa do luxo”, mostra o quanto a camada mais rica da população brasileira se dispõe a pagar pelo consumo, considerado pela grande maioria, supérfluo. Na segunda matéria, a coluna estampa quanto ganham os prestadores de serviços pessoais, para complementar as regalias desse mesmo grupo de brasileiros, que se colocam no topo da nossa coluna social. Na verdade, são faces iguais de uma mesma moeda, que nos coloca no rodapé do quadro de distribuição de renda de todo o planeta.

É um mercado que tem, como consumidores potenciais, apenas cinco mil famílias brasileiras, que possuem um patrimônio equivalente a quase a metade do nosso Produto Interno Bruto. Repito: cinco mil famílias, num total de mais de 188 milhões de brasileiros, são donas de um patrimônio equivalente a quase a metade do valor do nosso PIB. Muitos destes brasileiros aquinhoados, é bem verdade, são avessos

à ostentação. Mas, isso não melhora as nossas estatísticas de distribuição de renda. O que as matérias estampam é a parcela que tem, e que gosta de mostrar que tem. Com isso, essas pessoas tornam, ainda mais evidentes, os nossos contrastes.

O estoque de bolsas, de uma grife famosa, foi todo vendido, sem descansar na prateleira de uma loja de Recife. Preço de cada peça: R\$ 7 mil. Isso porque, segundo o gerente da loja, as consumidoras foram ao estabelecimento comercial “para comprar, apenas, uma blusa básica”, e aproveitaram para adquirir um acessório que melhor combinasse com o novo traje. Essa tal blusa básica custou o “precinho”, também básico, de dois mil e seiscentos reais. Somadas, a blusa “básica” e a bolsa “de grife”, cerca de dez mil reais. Quase dois anos e meio de trabalho de um brasileiro de salário mínimo. E vejam que são cem milhões os trabalhadores do país que ganham menos de um salário mínimo! Uma blusa, básica, e uma bolsa pelo equivalente ao que ganha, cada um deles, em quase dois anos e meio de trabalho!

Isso, sem contar que são mais de cinquenta milhões os que recebem até meio salário mínimo. Teriam que trabalhar, portanto, o dobro: cinco anos para vestir a tal blusa, ao mesmo tempo em que usar a tal bolsa. Meia década! Trabalhar de hoje, até maio de 2012! E olhem, também, que, segundo o mesmo gerente, tem cliente que, numa única compra, chega a gastar R\$ 50 mil. Quem sabe, mais uma calça, igualmente básica, e um blusão, este de grife, para o inverno, que o tal aquecimento global cuidou de tornar, assim, não tão frio.

Aí, aquele nosso mesmo trabalhador, teria que trabalhar até 2032. Vinte e cinco anos. Mais que uma maioria, por um blusão e uma bolsa de grife, e uma calça e uma blusa básicas.

E, vejam, outra vez, é um vendedor de uma loja de Recife, e não da “Oscar Freire”, de São Paulo. Uma região, portanto, com médias salariais piores que os índices nacionais. Quem sabe se poderia dizer que uma única compra equivale a tudo o que ganha um brasileiro nordestino, durante toda a sua vida. Isso sem contar que, todos os trabalhadores das nossas simulações, juntamente com as respectivas famílias, teriam que deixar de comer, de vestir, de comprar o remédio, ou qualquer outro bem ou serviço que lhe seja vital, durante todo período estimado. Ou, neste último caso, durante toda a vida.

E, vejam, ainda mais outra vez: segundo a jornalista, “se tem um setor que não precisa de um Projeto de Aceleração do Crescimento, é o do consumo de alto luxo”. Diz ela: “o país cresceu 3,7%, certo? Pois o mercado de luxo explodiu: cresceu 32% no ano passado. Se, em 2005, o faturamento das empresas do ramo foi de US\$ 2,9 bilhões, em 2006 ele saltou para US\$ 3,9 bilhões. Em termos reais, desconsiderada a inflação, o crescimento foi de 17%. Em 2007, a estimativa é que o setor fature US\$ 4,3 bilhões”.

Uma semana depois, uma nova publicação com matéria sobre quem ganha prestando serviços, quem sabe para essas mesmas famílias abastadas. Obviamente, também uma pequena parcela, dentro da categoria de trabalhadores que representam. Caso contrário, não teríamos tamanha dispari-

dade de distribuição de renda. São cabeleireiros, manicures, “personal trainers”, decoradores, médicos, dentistas e, obviamente, psicanalistas e psiquiatras. A eles, se somam renomes, que usufruem o conhecimento e a fama, em palestras remuneradas a preço de ouro, para platéias igualmente seletas.

Mas, como já disse que se tratam de iguais lados de uma mesma moeda, os exemplos servem, também, para ilustrar não o que ganham esses profissionais bem remunerados, mas a existência, igualmente, de uma camada da população capaz de pagar valores tão acima da média. É o caso de um “aplique” no cabelo, trabalho de cinco minutos, por R\$ 3 mil. Ou, os R\$ 600 por hora, para melhor acomodar os móveis de uma sala. Ou, ainda, os R\$ 1 mil da consulta médica, que não pode durar mais que 40 minutos. Mais de três meses de sol-a-sol do trabalhador de salário mínimo, que mal tem o SUS, por alguns minutos, ou segundos, de uma consulta médica. E, tanto ele, o médico, como o psiquiatra, têm agenda cheia. Segundo a matéria, uma palestra de um ex-Presidente da República do Brasil custa, por minuto, R\$ 1.416. Mais de quatro meses de trabalho do mesmo trabalhador assalariado. Para manter a coerência das comparações anteriores, oito meses de um dos 54 milhões de brasileiros que ganham meio salário mínimo! Trabalho suado, de janeiro a agosto, por minuto de palestra, certamente num ambiente com ar condicionado.

É evidente que não se quer, com essas comparações, concluir por uma eventual guerra ao supérfluo. Não é esse, evidentemente, o caminho. O que eu pretendo, é mostrar os

dois lados da moeda, ou, mais ainda, o outro lado dessa mesma moeda. Que há dois Brasis, como eu tenho enfatizado. Mais do que isso, são comparações que ilustram a urgência de melhor distribuir o necessário. O Brasil, como nação democrática, não pode continuar com tamanhas disparidades de distribuição de renda. E, como elas existem, como bem demonstrado na matéria da jornalista Mônica Bérghamo, é preciso discutir se as nossas ações estão seguindo o caminho da distribuição do necessário, ou da potencialização do supérfluo. Isto é, enquanto formuladores de política pública, se estamos contribuindo para diminuir a distância entre as tais cinco mil famílias e o restante do País, ou se, ao contrário, as nossas ações estão tornando, ainda mais, distantes essas diferenças que nos colocam na parte inferior dos índices de distribuição de renda de todo o planeta.

No Brasil, há algo assim como uma imensa mesa de refeições. Grande não pelo número de convidados, mas pela quantidade, e pela variedade, da comida. Quem se senta ao redor dessa mesa, pode saciar-se à vontade. É bem verdade que, para que todos os alimentos chegassem até ali, muitos empregos foram gerados, na produção, no transporte e na elaboração dos diferentes pratos. Empregos que geraram renda e que propiciaram outras mesas, ainda que muito mais singelas. Mas, muitos, milhões, não têm acesso, hoje, a nenhum desses dois tipos de refeição. Eles têm que se contentar com as sobras, desde que elas existam. Desde que os convivas e os que propiciaram as tais refeições não consumam tudo o que foi preparado. De um lado, uma grande festa. No

meio, os que ainda conseguem, mesmo que indiretamente, tirar algum proveito do evento. Do outro, os que não foram chamados, nem escolhidos. É assim a exclusão social no Brasil e no mundo.

Já disse, mais de uma vez, que tanto a inclusão, como a exclusão social, estão globalizadas. O rico brasileiro em nada difere do abastado de qualquer país do mundo. Igualmente a miséria. A dor da fome não tem sotaques. Tem a mesma língua, aqui, ou em qualquer esquina, ou sarjeta do planeta. Já disse, também, que essa mesma globalização fez surgir uma espécie de país único, cujas regras são determinadas pelo mercado. São incluídos os que conseguem ultrapassar as suas fronteiras. São excluídos, obviamente, os que ficam aquém dos seus muros. Ou, em outras palavras, a tal festa é universal. Com gente convidada, gente que prepara o evento e gente à espera das sobras.

O que importa, aqui, é reforçar a minha convicção de que não será o mercado que irá, com suas leis, seus interesses, e seus atores, capitanear uma diminuição das nossas disparidades regionais e pessoais de distribuição de renda. Ao contrário. Não é da sua lógica. Não é à toa que a venda de supérfluos tenha crescido tão significativamente. Nem é por acaso que tenhamos tantos excluídos. É a lógica do lucro que, nem sempre, tem pudores. O mercado vai onde o comprador está. E, comprador é aquele que tem renda! É aquele que conseguiu convite para a festa. Os demais, pouco importa, se eles não têm o passaporte, que é o dinheiro, para ultrapassar os tais muros! Ou para comprar o ingresso.

E, aí, é que ganha importância crucial o papel do Estado. Das políticas públicas. O mercado tende para o individual. Seletivo. O Estado é, por definição, coletivo. De todos! É por isso que, hoje, estampadas tamanhas diferenças entre incluídos e excluídos, é preciso que discutamos, com profundidade, o papel do Estado brasileiro. E, óbvia e conseqüentemente, as políticas de governo. Legislação e execução. O nosso papel, enquanto legisladores, inclusive. O Senado, por exemplo, representa todos os Estados brasileiros. Todos os brasileiros. Mas, se existe tamanha diferença entre conterrâneos, os incluídos e os excluídos, é porque ainda há muito o que fazer para que as políticas públicas, que passam pelo Congresso, seja através das leis que discutimos e votamos, seja, através do Orçamento da União, igualmente votado e que define prioridades de governo, portanto das funções do Estado, sejam para todos os brasileiros, e não somente para aqueles que, além do necessário, já alcançaram os patamares do supérfluo.

É preciso saber que país desejamos, para nós e, principalmente, para os nossos filhos. Por exemplo, se não queremos, mais, conviver com tamanha fome e miséria, o dinheiro público destacado para esse fim não pode ser colocado, unicamente, nas contas do passivo. A conta, nada mais é do que a prioridade que a ela se atribui. Se for assim, parece significar que os brasileiros famintos são, para nós, um passivo. Essa concepção, perversa, não pode prevalecer! Se a solução for subsidiar a agricultura, para que ela produza os alimentos necessários para saciar a fome, e para dar empre-

go, dignidade e cidadania para os brasileiros que hoje estão à margem, que se decida, e que se cumpra a decisão. E que a população brasileira, como um todo, tenha consciência disso, inclusive que essa mesma decisão envolve custos. São custos que trarão, para todos nós, enquanto nação, os benefícios que almejamos, como ativo e não, unicamente, como se tenta mostrar hoje, um passivo, um peso.

Se a prioridade é o mercado interno, os recursos públicos devem ser carreados neste sentido! Se a pequena empresa é a que mais emprega, que se defina linhas de crédito especiais para que ela se instale e, mais do que isso e também diferente de hoje, se mantenha. Se a construção civil igualmente é intensiva de mão-de-obra, e se temos tamanhos contingentes de desempregados, por que não providenciar políticas que suportem aumentos mais significativos de produção neste segmento? Se as habilidades do povo brasileiro são, historicamente, rurais, e se as cidades incharam com as migrações rural-urbanas, por que não colocar recursos suficientes para potencializar a produção agrícola como um todo?

Tudo isso indica que, ao não ser contra o supérfluo, e saber que esse mesmo supérfluo pode se sustentar nesse imenso país chamado mercado, creio que é imperioso que o Estado se volte, hoje, prioritariamente, para a imensa maioria que pode, com os instrumentos necessários, ultrapassar os muros da inclusão. Não há que se ter, somente, políticas compensatórias, ou, pior ainda, deixar que a míngua se encarregue de excluir, definitivamente, os que já se encontram fora deste mesmo mundo. Não se trata, apenas, de sentimen-

tos de humanidade, de solidariedade, ou, pior ainda, de pena ou dó. É um direito de cidadania!

Portanto, antes de imaginarmos qualquer solução de políticas públicas, seja no Congresso Nacional, elaborando instrumentos legais, ou no Executivo, colocando as propostas em prática, é preciso, hoje, uma mudança de consciências. Há que se ter em mente que o País tem mais de 188 milhões de brasileiros, e não cinco mil famílias abastadas, ou qualquer outro número menor que aquele. E que o governo tem que exercer a sua função em nome, e para, os mais de 188 milhões, para que todos sejam, efetivamente, cidadãos. Que esses mesmos 188 milhões sejam sujeitos da história do Brasil, e não apenas objeto. Que sejam, todos, igualmente convidados para a grande mesa de refeições.

É preciso, também, não se pensando, necessariamente, em mudanças drásticas de sistema político, ter consciência de que o mercado, por si só, é incapaz de incluir imensas camadas da população. E que a história mostra que não serão as políticas compensatórias capazes de incluir essa mesma população no mercado globalizado. Isso é, por definição e por necessidade, papel do Estado.

O que temos assistido, na realidade, é o contrário dessas formulações. Há um discurso, o das políticas sociais. Mas, há uma prática, fundada numa consciência, quase um pensamento único, no sentido de que o Estado deva se preocupar, prioritariamente, quase que com exclusividade, em viabilizar o mercado. Providenciar a comida para os convidados seletivos. É neste sentido que caminham, quase que com único

propósito, os formuladores de política, a imprensa e parte da população formadora de opinião. Isso não ocorre à toa. Há uma propaganda, direta ou subliminar, no sentido de que cabe ao Estado, apenas, o cardápio e os convites seletivos. Algo assim como se a prioridade fosse aumentar a quantidade de comida, para que se incrementem, como decorrência, as sobras!

Enquanto não mudar essa concepção, ou esses fundamentos, não se alterarão os quadros da nossa realidade discriminadora. Repito: o Brasil tem mais de 188 milhões de brasileiros e nenhum deles pode ser considerado, por princípio, um passivo, um “paria”, um cidadão de segunda categoria, um objeto na nossa história. Pode, até, ser que, muitos de nós, nem mesmo tenhamos parado, um dia, para refletir sobre uma possível concepção discriminadora. E, inadvertidamente, ao contrário do que queremos, estejamos, de fato, caminhando na direção oposta! Se for assim, pouco, ou nada, vão adiantar tantas leis e tantos pacotes de política, se eles alimentarem o contrário do que, eventualmente, se colocam na formulação dos objetivos.

Eu tenho reiterado a idéia da necessidade de mudança de valores e de referências. Isso não significa que tal transformação tenha que acontecer, apenas, na consciência daqueles que, hoje, se encontram no mundo do crime. Essa mudança tem que ser de todos nós. É que o mercado também nos impeliu certos dogmas nos quais, nós, infelizmente, passamos a acreditar como verdade absoluta. Nós, formuladores de política a partir dos anseios da população, temos que refletir,

com profundidade, sobre a nossa realidade e os melhores caminhos para um país verdadeiramente soberano, democrático e cidadão. Como otimista convicto, acho que vivemos o melhor momento para aprofundar essa discussão. Um único país, não importa se poucos alcancem o supérfluo, mas que todos tenham, pelo menos, o necessário.

12. DOM IVO, O GIGANTE DA ESPERANÇA

O Brasil perdeu, no dia 05 de março de 2007, a presença física de Dom Ivo Lorscheiter. Dom Ivo era um daqueles homens de quem até a História vai sentir saudade. Daqueles seres humanos que são imortais, pela obra que fica, ao mesmo tempo em que parecem ainda mais mortais, pela falta que fazem. Daqueles que não se contentam, somente, em viver a história. Nem, tampouco, em contá-la. Dom Ivo é daqueles que fazem a história. Do seu tempo, pelo destemor, e do tempo que há de vir, pelos exemplos.

Eu, às vezes, fico me perguntando, por que Deus retira do front os seus melhores soldados, tão precocemente? Afinal, guerreiros da fé e da esperança, como Dom Ivo, em um mundo de tanta barbárie, terão, sempre, morte prematura. É que, não importa a idade, esses guerreiros mantêm, constante, a garra dos recém-convocados.

Será que Deus, na Sua infinita sabedoria, antevê que, na história do Brasil, não haverá, mais, necessidade de enfrentar outros coturnos? Espero, em Deus, que seja assim! Mas, quando foi necessário alguém gritar contra a opressão,

quando a voz do povo foi calada pelas baionetas, o brado de Dom Ivo abriu calabouços, emudeceu opressores e impediu outras mortes prematuras.

Presidiu e foi Secretário-Geral da CNBB em um dos momentos mais cruéis da história brasileira. Não se curvou, jamais, frente aos donos, e aos inquilinos, do poder. Olhou nos olhos. Denunciou masmorras. Localizou desaparecidos políticos. Quem não se lembra, por exemplo, do papel de Dom Ivo, nos episódios que marcaram a nossa história política, e a história da Igreja no Brasil, como o de Lillian Celiberti, seqüestrada pela repressão política, de Dom Pedro Casaldáliga, nos conflitos de terra em São Félix do Araguaia, de Dom Waldir Calheiros, em Volta Redonda e de Dom Adriano Hipólito, também seqüestrado, supostamente, por agentes de segurança, no Rio de Janeiro? Todos eles, e muitos outros, receberam a demonstração da coragem de Dom Ivo, quando seus atos poderiam resultar, igualmente, nos castigos que o regime impunha.

Quem sabe esteja, entre esses castigos, embora velado, o fato de Dom Ivo jamais ter galgado os principais degraus da hierarquia da Igreja? Nunca chegou ao colégio de cardeais, embora reunisse todos os requisitos para tanto e assistisse a diversos de seus pares receberem a promoção que, como ele, tinham direito. É que Dom Ivo também não se curvou às imposições da hierarquia da Igreja que fossem contrárias à sua convicção de aproximar o clero do povo e, conseqüentemente, o povo de Deus. Foi um dos pilares da construção da Teologia da Libertação e das comunidades eclesiais de

base, que não significavam, apenas, um novo olhar da Igreja sobre os seus fiéis, mas, a sustentação de um movimento que culminou na redemocratização do País. É que ele não aproximou, apenas, a Igreja e o Estado. Ele chamou o povo para participar da Igreja e do Estado.

Dom Ivo era um soldado da paz. Sua arma, a justiça, a “virtude de dar, a cada um, aquilo que é seu”. Com essa mesma arma, que é de vida e não de morte, enfrentou generais, olho no olho. Falou em nome de quem não sabia, nem mesmo, o nome. Segundo ele, “como ninguém mais podia, os bispos tiveram de falar ... Sempre senti que o povo confiava em nossas ações e nunca tive receio ... Fui aos lugares que Deus queria que eu fosse”.

Será que Deus, na sua infinita bondade, quis uma igreja mais perto do povo, e fez de Dom Ivo um soldado na luta contra a desigualdade, a exclusão, a fome e a miséria? Espero, em Deus, que seja assim! Dom Ivo sempre dizia que todos nós fomos convocados a ir pelo mundo para sermos os grandes protagonistas da esperança. Foi assim quando pregou o ser, no lugar do ter. Quando lutou pela melhor distribuição de todos os recursos, onde Deus, bondoso, desenhou um país à semelhança de seu próprio projeto de criação. O maior rio, a maior floresta, os minerais mais estratégicos, o solo mais benfazejo, o clima mais ameno. Mas, apesar de tamanha riqueza natural, um povo sofrido, grande parte miserável e faminto. Dom Ivo lutou pela reforma agrária, pela criação de empregos, pela melhor distribuição da renda. Criou o Projeto Esperança, onde o cooperativismo é muito mais que uma

estratégia de trabalho: é uma forma de luta, solidária. Dom Ivo gostava de repetir um provérbio, que dizia ser africano, portanto de um dos lugares mais pobres do planeta, segundo o qual “muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da Terra”. Não é à toa que Dom Ivo é chamado, por onde passou, nos seus projetos solidários, de “Gigante da Esperança”.

Será que Deus, apesar da sua infinita misericórdia, cansou-se de seu projeto terreno, tamanhas as mazelas causadas pelo homem, e decidiu chamar de volta os seus melhores soldados? Espero, em Deus, que não seja assim! Dom Ivo pregava um Deus muito próximo dos homens. Mas, a recíproca não tem sido, principalmente nos últimos tempos, verdadeira. O homem se distanciou do projeto divino. Guerras, pela ganância, pelo poder e pelo nada. Banalização da vida. Miséria, onde grassa a opulência. Dor, opressão, discriminação, babel. Dom Ivo foi um semeador da concórdia, do diálogo entre diferentes, não importava a convicção política, a raça, a religião, ou o credo.

Será que Deus, na sua infinita sapiência, decidiu que esse é o melhor momento para que, nós mesmos, mortais, possamos resgatar os valores perdidos nesses tempos de falta de humanidade, de compaixão e de amor ao próximo? Se for assim, ainda espero muito, em Deus! É nessas horas que homens, mortais, como o Dom Ivo, fazem falta! Mas, é nessas mesmas horas que a imortalidade do Dom Ivo nos orienta!

Pelos seus exemplos, ele era um pai. Pelos ensinamentos, um mestre. Pela obra, um pastor. Ele encarnava, portanto, o

tripé que eu defendo como fundamental para a mudança de valores que a realidade brasileira tanto nos reclama, nos dias de hoje: a família, a escola e a igreja.

Eu fico imaginando que, na porta de entrada do paraíso celestial, as honras da casa foram feitas pelo Dom Helder. Companheiros de fé, de esperança e de luta. Credores de um Brasil democrático. Eu imagino, também, o que eles, ainda, devem estar conversando sobre o nosso mundo de hoje. O Brasil, em particular. É evidente que eles não ficaram sozinhos, por muito tempo. O Darcy Ribeiro, por exemplo, não perderia a chance de participar dessa conversa. Nem outros imortais, como o Ulysses Guimarães, o Tancredo Neves, o Leonel Brizola, o Teotônio Vilela, o Barbosa Lima Sobrinho, o Raimundo Faoro, o Miguel Arraes, o Alberto Pasqualini e tantos mais.

Daí, é que eu tomo consciência do quanto nós perdemos, em termos de referência positiva, nesses nossos tempos. E o quanto essas referências nos fazem falta neste mundo de mortais. Todos partiram, precocemente. A obra que eles iniciaram persiste inacabada. E nós, parece, fomos contaminados pela inércia. Uma espécie de septicemia, que ataca todas as defesas do organismo social. É por isso que são interrompidos, mais precoces ainda, os sonhos de tantos brasileirinhos, como os do João Hélio, os da Joilma, os da Maria Fernanda, os da Alana e os dos milhares de outros inocentes, conhecidos ou anônimos, vítimas da barbárie das balas perdidas ou miradas.

Dom Ivo. Acho que, como mortal que viveu entre nós, poderíamos continuar chamando-o assim. Na imortalidade, São Ivo. Afinal, santos são aqueles que têm o céu como recompensa de suas virtudes. E elas não lhe faltaram. Quem sabe, assim, possamos devolver-lhe, mesmo que simbolicamente, os degraus da igreja que não lhe permitiram galgar, exatamente pela sua coerência. Ou, quem sabe, pela maior de suas virtudes: a humildade. Como Dom Ivo, o nosso reconhecimento, por tudo o que ele fez por todos nós. Como São Ivo, as nossas orações, para que ele nos proteja e inspire.

13. A CAMPANHA DA FRATERNIDADE E A AMAZÔNIA: UM GRITO PELA SOBERANIA

Antes de fazer alguns comentários sobre a Campanha da Fraternidade de 2007, eu quero deixar registrada, para a história, a minha alegria pela nomeação, no dia 21 de março, de Dom Odilo Scherer, gaúcho do município de Cerro Largo, que assumiu a Arquidiocese de São Paulo, a maior comunidade católica do Brasil.

A Arquidiocese de São Paulo é uma síntese deste Brasil de tantos contrastes. É por isso que a palavra de Dom Odilo vai muito além das fronteiras de sua arquidiocese. Segundo suas próprias palavras, “é papel da igreja a formação da consciência ética e o estímulo para que os cristãos leigos e leigas participem, ativamente, da política, como cidadãos”. Portanto, como conterrâneo de Dom Odilo, e brasileiro como os cidadãos de todos os recantos deste imenso País, que se irmanam na Arquidiocese de São Paulo, eu peço a Deus que ilumine, sempre, os seus passos, para que, com ele, trilhem os melhores caminhos.

Eu poderia iniciar essa minha breve reflexão sobre a Campanha da Fraternidade de 2007, pedindo a todos os brasileiros um minuto de silêncio, em homenagem a Dom Ivo Lorscheiter, ex-Presidente e ex-Secretário-Geral da CNBB, morto em 05 de março. Um minuto, pelo menos, para reverenciar a humildade, a perseverança, a solidariedade, a humanidade, a paz, características próprias de Dom Ivo. Eu digo, reiteradamente, que Dom Ivo é daqueles homens de quem até a história sente saudade. Mas, talvez, o silêncio não seja o melhor cenário para reverenciá-lo. Não combina com a sua inquietude frente às mazelas deste nosso mundo de barbárie. Quem sabe, então, todos nós, como gostaria Dom Ivo, possamos homenageá-lo, não com o silêncio, mas com um grito. O grito dos excluídos, por quem ele dedicou toda a sua vida, como missionário da esperança.

É assim que eu vejo as Campanhas da Fraternidade, promovidas pela CNBB, e dirigidas, por muitos anos, por Dom Ivo, nos períodos anuais de quaresma: um grito. Um grito contra a fome, a miséria, o abandono. Um grito pela inclusão, como em 2000. Um grito contra as drogas, como em 2001. Um grito pelos povos indígenas, como em 2002. Um grito pelas pessoas idosas, como em 2003. Um grito pela água, como em 2004. Um grito pela solidariedade e pela paz, como em 2005. Um grito pelas pessoas com deficiência, como em 2006.

Em 2007, eu diria que a Campanha da Fraternidade é um grito pelo Brasil soberano. Um grito pelos povos da floresta. Um grito pela própria floresta. Um grito pelo nosso

maior rio. Um grito pelos recursos naturais mais nobres que o Criador cuidou de plantar em solo brasileiro. Um grito pela integridade do nosso território. Um grito contra a cobiça internacional. Um grito pela nossa geografia.

A Amazônia corresponde a quase 60% do nosso território. Mais de 11 mil quilômetros de fronteiras internacionais. Mais de 22 mil quilômetros de rios navegáveis. A maior floresta do mundo. A maior biodiversidade do planeta. O maior estoque de água doce. Ouro, prata, ferro, bauxita, cobre, cassiterita, diamante, nióbio, manganês, petróleo, gás.

Preocupa-me tamanha riqueza, nestes tempos de globalização. Preocupa-me o que fazem tantas organizações não governamentais “ocupadas” com a nossa Amazônia, nestes tempos de internacionalização. Preocupa-me tantas bases militares dos donos do poder mundial, em territórios fronteiriços vizinhos aos nossos, nestes tempos de ocupação.

Essa cobiça sobre a nossa Amazônia não é nova. Algumas afirmações, não desmentidas, publicadas nos jornais, justificam as minhas preocupações. Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, por exemplo, o guardião atual do meio-ambiente do planeta e Prêmio Nobel da Paz disse, em 1989: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. Mitterrand, no mesmo ano, afirmou: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. Gorbachev, em 1992, disse que “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.

Mas, ninguém foi mais direto que John Major, em 1992, então primeiro-ministro da Inglaterra: “As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos, no mundo. As campanhas ecologistas internacionais que visam a limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística, para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região”. Igualmente direto foi o então Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, em 1994: “Os países industrializados não poderão viver, de maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos”.

No final da década passada, circulou pelo Congresso Nacional, documento atribuído ao chamado Conselho Mundial das Igrejas Cristãs para a Amazônia Brasileira, o qual não poderia ser, igualmente, mais direto sobre o assunto. Diz o documento, em um dos itens do seu capítulo de diretrizes: “É nosso dever: defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer.” Sintomaticamente, em relação às nações indígenas da Amazônia, o mesmo documento é claro:

“A forma jurídica a ser dada a tais nações incluirá a propriedade da terra, que deverá compreender o solo, o subsolo e tudo que neles existir, tanto em forma de recursos naturais renováveis como não renováveis.”

Dizem os cientistas, e os fatos estão aí para corroborar a tese, que as guerras do futuro não serão mais pelo petróleo, mas pela água, cada vez mais escassa, em termos planetários. E, qual será, então, o palco desse conflito, em tempo não tão distante? Pelo andar dos acontecimentos, talvez não haja necessidade de conflito armado, tal e qual o que acontece, hoje, no Iraque, pelo petróleo. A ocupação da Amazônia, se mantidos os moldes de hoje, já permitirá o domínio internacional, sem maiores esforços bélicos.

É por isso que me preocupa, também, nos dias atuais, tamanha inquietação mundial com o meio-ambiente, dadas as previsões de cientistas da ONU, com o chamado “aquecimento global”. Não que eu queira menosprezar os resultados deste trabalho, que projeta uma catástrofe mundial, até o final do século. É que ele pode se transformar em mote para arranhar a nossa soberania, principalmente na Amazônia. Afirmações do tipo “eles não têm condições de preservar, sozinhos, a Amazônia” voltam, sintomaticamente, a povoar a imprensa mundial. Circula, também, pela internet, um mapa do planeta no qual a Amazônia surge como território independente, separado do Brasil. Verdade ou farsa, não deixa de ser um alerta para nós, cidadãos brasileiros. Fatos como esses nada mais são que versões atualizadas, agora

fundamentadas em estudos ditos científicos, das afirmativas dos principais líderes mundiais, nos últimos tempos.

É por isso que a idéia da CNBB de incluir a Amazônia como tema central da Campanha da Fraternidade de 2007 veio na melhor hora. Todos nós devemos incluir, nas nossas preocupações, essa verdadeira ameaça à soberania nacional. Dia destes, um dos nossos principais noticiários televisivos deu conta de aldeias indígenas brasileiras, onde a língua nativa convive e, em alguns lugares está sendo substituída, pelo inglês. E, isso, não se deve, unicamente, a razões de fronteira. Nas palavras do militar brasileiro, que prestava serviços temporários à população indígena no momento da notícia, “há um vácuo, e onde ele existe, pode ser ocupado por qualquer um”.

A Amazônia brasileira tem que ser ocupada por brasileiros. E não o será através de concessão de imensas áreas, pelo tempo de gerações inteiras, como o que foi aprovado, pelo Congresso Nacional, recentemente. Foi um projeto do Executivo, o chamado “Concessão de Florestas Públicas”, mas parecia de conteúdo encomendado. Nem mesmo aquilo que foi modificado, para tentar preservar a nossa integridade territorial e política, foi levado em consideração. O Presidente da República vetou essas modificações. Com isso, o Governo atual, e o Congresso Nacional porque deu o seu aval político, podem estar entrando, negativamente, para a história do Brasil, como responsáveis pela dilapidação da nossa geografia e, conseqüentemente, da nossa soberania.

Eu tenho reiterado a tese de que não podemos deixar para nossos filhos e netos um território menor do que o que recebemos de nossos pais. A manutenção da integridade do território é o primeiro mandamento de um governante.

Que bom que a CNBB, com a Campanha da Fraternidade de 2007, reacende o debate sobre esse tema tão importante para todos nós, brasileiros. Uma tomada de consciência, não só pelos problemas dos povos da floresta, mas de todo o povo brasileiro, pela nossa floresta amazônica. Um grito do povo brasileiro, pelo direito à democracia, à cidadania e à soberania. Antes que seja tarde.

14. ONZE DE AGOSTO: O OUTRO DIA DA INDEPENDÊNCIA

No dia onze de agosto, o Brasil comemora a criação dos cursos jurídicos e a advocacia. Poderia ser, na verdade, a celebração da nossa independência. Ou, mais ainda, da nossa soberania. É que não há país independente, nem soberano, se ele não domina o saber e não vive um Estado de Direito. Se ele não acumula o conhecimento sobre si próprio e não possui auto-determinação para escolher os melhores caminhos para o seu povo enquanto nação livre e democrática.

Até a criação dos cursos jurídicos, em 1827, o saber do país era moldado nas terras de além-mar, embora a independência, em 1822, e a promulgação de uma nova Constituição, em 1824. De pouco adiantava, portanto, o grito do Ipiranga e uma Assembléia Constituinte, se as nossas melhores inteligências, que passaram a conduzir os destinos nacionais, eram moldadas por ideologias e interesses exógenos, notadamente da metrópole da qual, cinco anos antes, havíamos nos libertado. Era preciso criar um pensamento genuinamente brasileiro para que a liberdade formal se transmutasse em soberania real.

Essa é, para mim, a maiúscula importância de comemorarmos o 11 de agosto de 1827. Foi nesta data que o Brasil passou a construir, efetivamente, um Estado Nacional. Era preciso edificar o nosso aparato institucional sem o viés da metrópole e segundo os interesses da nação que emergia, independente. As nossas melhores cabeças, que atravessavam o oceano, para estudar, principalmente em Coimbra, passaram a ter, a partir de 11 de agosto de 1827, São Paulo e Olinda como centro do saber jurídico. Mais do que isso: naqueles tempos à ciência jurídica se somavam a filosofia e a ciência política.

Deixo para os historiadores o relato dos caminhos que trilhamos desde aqueles tempos. Sei que foram espinhosos e sei dos tamanhos desvios, quando o direito sofreu profundos e dolorosos solavancos. Ditaduras, torturas, calabouços, em nome do poder. Sangue, suor e morte, em nome da liberdade. Muitos foram os defensores da lei e da democracia que tombaram, nestes quase dois séculos de história. A todos eles, o reconhecimento dessa mesma história. São mártires do direito e da liberdade.

Eu não poderia deixar, entretanto, de fincar as minhas inquietações no presente estágio da nossa história. Não me refiro à proliferação desenfreada de cursos de direito, que mancham a qualidade do aprendizado dos novos alunos. É que, mais uma vez, o pensamento exógeno tem ditado normas e procedimentos para uma realidade que é nossa. Mudaram-se as metrópoles, mas, ainda assim, o conhecimento é encurralado para um pensamento único, ditado pelos gran-

des mercados que, mais uma vez, tende a arranhar a nossa liberdade e a nossa soberania.

Há uma nova constituição, tácita, no mundo atual, e a respectiva Assembléia Constituinte não é, genuinamente, nacional: é a globalização. Uma constituição que não é laica, porque prega, como condição, uma nova espécie de religião: o consumismo. As leis mais importantes dessa constituição e dessa religião são as leis do mercado.

Esse mercado criou dois Brasis, dois mundos separados por um grande muro da vergonha. De um lado, os que têm acesso a bens e serviços. São os incluídos. De outro, os que vivem, ou sobrevivem, das migalhas e das políticas compensatórias. São os excluídos. O passaporte para transpor esse grande muro, não raras vezes, se materializa na violência e na barbárie.

Nestes dois Brasis, há uma economia e uma sociologia a latere. Mas, o que é pior: um Direito a latere. Um Estado paralelo, no vácuo do estado legal. Um estado marginal que propicia os serviços sociais, na ausência do estado legal. Mas, que cobra, mesmo de quem paga, direta ou indiretamente, os devidos impostos, um custo elevado, que pode ser a própria vida. Um Estado que não discute, nem vota, a pena de morte: aplica-a, implacavelmente.

O Direito é diferente, também, nos dois lados do muro da vergonha: de um lado, a justiça; do outro, a polícia. Não há o que comemorar, portanto, se atravessarmos os limites teóricos do direito, enquanto o rico, embora a corrupção,

tem as leis aplicadas a seu favor, e o pobre, embora a fome, tem-nas nos limites mais draconianos.

Neste quadro, eu acho que, mais que uma comemoração, é hora de luta. Mais uma vez, os defensores do direito, da liberdade e da soberania são chamados a construir a história. O Direito, agora separado pela cátedra da Filosofia e da Ciência Política, tem, novamente que somar esforços, não só com essas disciplinas, mas com a economia, a sociologia, a antropologia. Não há que se dividir a compreensão que se tem de todos os brasileiros, enquanto cidadãos e seres humanos.

O mercado privilegia a Economia. Há que se comprar, não importa se milhões sobrevivem do restolho. Não importa, não raras vezes, o Direito. E, é aí que, novamente, temos que reconstituir a nossa história. Há 180 anos, substituímos as receitas da metrópole, por um saber nacional, independente. Hoje, o saber nacional, novamente, se submete a um mercado que não respeita limites geográficos. E que se pauta pelos humores do mercado. É preciso que o direito volte a ditar o rumo da nossa história.

As nossas cabeças mais iluminadas voltaram a ser moldadas pelo pensamento único da nova metrópole. Orgulhá-vamos por nossos filhos seguirem para as mais importantes universidades do mundo, porque, para nós, esse era o melhor caminho para a nação brasileira. Ledo engano. Eram as cabeças do poder que atraíam os nossos filhos, para que eles aprendessem, fiéis, as políticas dos consensos, que causaram tamanhas fissuras na nossa soberania.

É preciso, também, um combate, sem trégua, à impunidade. Principalmente dos brasileiros que se utilizam do passaporte da corrupção. Não é concebível que as leis, que são votadas e aprovadas no Congresso Nacional, sejam aplicadas, se punitivas, somente para os “excluídos”; se indulgentes, somente para os “incluídos”. Como elaborar novas leis, e ensiná-las aos novos alunos dos cursos de Direito se, para aplicá-las, tem-se que perguntar: para quem? A partir de que interesses?

É preciso, também, que a lei não tenha preço. Principalmente, se esse mesmo preço equivaler à remuneração do advogado. O honorário advocatício não pode ser o cimento, ou o tijolo, do muro da vergonha. No Título dos Direitos e das Garantias Fundamentais, a Constituição Brasileira determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Mas, a realidade mostra que a lei é aplicada de forma distinta se o que a infringiu tem ou não o recurso financeiro estipulado pelo melhor advogado.

Pela Constituição Brasileira, no seu artigo 133, “o advogado é indispensável à administração da justiça”. Portanto, se “todos são iguais, perante a lei”, os serviços advocatícios são imprescindíveis para todos os brasileiros, sem distinção, inclusive, da qualidade da defesa dos direitos do cidadão. É por isso que, nesta data comemorativa, julgo um dever o nosso reconhecimento especial à Defensoria Pública. É o verdadeiro sacerdócio dos defensores públicos que impede, ainda mais, a extensão e a rigidez do tal muro da vergonha.

O onze de agosto, mais que uma comemoração, é um dia de convocação. Mais uma vez, os defensores do direito são chamados a resgatar, para todos os brasileiros, a verdadeira concepção de cidadania e, para o País, o sentimento de soberania. O cidadão brasileiro tem que ser definido como um ser, e não pelo ter. O País tem que ser soberano, para definir os seus destinos, como nação independente.

Temos muitos exemplos a mirar. Talvez pudesse sintetizá-los nas figuras de Ruy Barbosa, de Sobral Pinto, de Raymundo Faoro, de Evandro Lins e Silva, de Nelson Hungria, de Joaquim Nabuco, de Paulo Brossard, entre tantos outros, nomes que significam, para a nossa História, Justiça, Cidadania, Democracia, Soberania. Direito, enfim.

15. A UNE: UMA HISTÓRIA DE LUTA

Em 2007, a União Nacional dos Estudantes está comemorando setenta anos de existência. Sou testemunha ocular dessa história. Aliás, a história da UNE e a minha própria história se confundem. Vivemos juntos, caminhamos juntos, lutamos juntos. Mais do que isso, se trilhamos juntos os mesmos caminhos, é porque sempre tivemos os mesmos horizontes, comungamos do mesmo projeto de país.

Muitas passagens marcaram essa nossa trajetória, nestes setenta anos. Foi, sem dúvida, uma travessia, muitas vezes dolorida, marcada pela repressão e pela morte de tantos jovens, carregados de tantos sonhos por um Brasil livre, soberano e democrático.

Procurei, nesta nossa história, um fato que melhor representasse essa caminhada de luta. Quem sabe a morte do estudante Edson Luiz Souto, no Calabouço, restaurante universitário do Rio de Janeiro, em 1968.

Quem sabe a atitude arbitrária do regime militar, ao extinguir a UNE, em 1964.

Quem sabe os escombros de uma sede incendiada, próxima aos arcos da Lapa.

Quem sabe as invasões da USP, da UnB e de tantas outras universidades brasileiras, naqueles anos de chumbo.

Quem sabe Ibiúna, sonhos em fila rumo a outros calabouços.

Quem sabe outros nomes, como o Honestino Guimarães, da Universidade de Brasília.

Quem sabe tantos outros desaparecidos, covas rasas, cemitérios clandestinos, corpos insepultos, pais e mães sofridos, filhos órfãos, amigos inconsoláveis.

Mas, eu acho que uma única palavra pode resumir a existência da UNE, na história do Brasil: CORAGEM!

Quantas vezes, meninos ainda, enfrentando canhões, como se o Brasil fosse uma imensa Praça da Paz Celestial.

Quantas vezes, multidões de jovens na luta pela democracia. Pelo fim do regime militar. Pelas eleições diretas, amplas, gerais e irrestritas.

Quantas vezes, rostos pintados de verde e amarelo, roupas tingidas de luto, numa combinação de cores e de gestos, pela ética na política.

Quantas vezes! Quantos jovens! Quanta coragem!

Mas, hoje, o País clama, de novo, pela atitude corajosa de todos os jovens deste país. É muito comum atribuir à juventude a responsabilidade pelo país do futuro. Mas, quem

sabe, jamais em outro momento da nossa história, a coragem dos jovens tenha sido tão necessária para a construção do futuro do país.

A UNE está convocada, desta vez, não somente para construir o amanhã, mas, sobretudo, para reconstruir o hoje.

Por isso, esses jovens de hoje devem se sentir emancipados. O Brasil necessita que eles sejam o País do presente. E, pelo que temos vivido nessa nossa história recente, cabe a eles fundar novos alicerces, sedimentados nos princípios fundamentais da ética.

Quem sabe seja hora de ocupar, de novo, as ruas, como em tantos outros tempos memoráveis. Quem sabe seja o momento, novamente, de fazer a história dos nossos melhores sonhos. Quem sabe, este ano não seja, apenas, o de comemarmos os nossos feitos no passado. Quem sabe o que vale mais sejam os setenta anos que ainda virão.

Os jovens de agora não podem esperar que as mudanças que o País tanto reclama, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, aconteçam de dentro para fora. A liberdade que conquistamos, a duras penas, e com o sacrifício de tantos que tombaram, tem que ser exercitada, hoje, na sua plenitude. As ruas, turvadas em outros tempos por nuvens de pólvora e de gás, devem ser ocupadas, de novo, por ventos da decência, da ética e das melhores referências.

Não se pode conceber um país com tanta riqueza conviver com tamanhas disparidades regionais e pessoais de dis-

tribuição de renda. Há um grande muro da vergonha, a nos dividir, e a nos diminuir.

Não há que se permanecer com as instituições pilares da nossa democracia no rodapé da legitimidade pública. Há que se reconstruir o Estado, com novas bases, com novas divisórias, com novas luzes, para edificar uma nação verdadeiramente cidadã, democrática e soberana.

Continuamos tendo o mesmo projeto de país. A nossa alegria pelo tempo vivido. A nossa esperança pelo tempo que há de vir. A nossa homenagem a todos aqueles que dedicaram a sua própria vida, para que pudéssemos respirar, hoje, o ar da liberdade, rarefeito em tempos que já se foram, espera-se, para sempre. A nossa confiança nos ventos da democracia. A nossa fé na coragem dos jovens, Brasil de hoje e do amanhã.

16. AS PEQUENAS SEMENTES

Eu tenho recebido, diariamente, centenas de mensagens de brasileiros de todos os cantos e recantos do país. São vozes roucas contra a corrupção e a violência, que têm ocupado parte significativa do noticiário do nosso dia-a-dia.

Há um sentimento profundo de indignação no ar. E as pessoas dão sinais evidentes de que já não se contentam, tão somente, com a crítica. Querem participar, diretamente, de um processo de mudança e do resgate dos melhores valores e referências, perdidos nestes tempos de barbárie.

Eu já disse que essas mudanças, pelo menos no que compete aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não virão de dentro para fora. Nada acontecerá sem a voz estridente das ruas. Ao contrário: o que se assiste, hoje, é uma triste deterioração de posturas, em todos os níveis de poder. E, isso, tem reflexos danosos no dia-a-dia da população, que se espreme nas filas dos hospitais, que se esconde na escuridão do analfabetismo, e que se esquiva das balas perdidas, nas vielas estreitas dos morros, ou nas largas avenidas da praia.

Violência e corrupção são siamesas. Faces de uma mesma moeda. Só que a violência é a face que se mostra, a corrupção a que se esconde. Ou, quem sabe, que se escondia, antes do brilhante trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público.

As minhas reflexões, no plenário do Senado e nos artigos publicados na imprensa, nos quais eu conclamo, reiteradamente, a população a ocupar, de novo, as ruas, como em tantos e memoráveis casos da nossa história, têm provocado repercussão além das minhas expectativas. Estão brotando, nos mais diferentes lugares deste país, movimentos populares em defesa da ética no tratamento dos recursos públicos e contra a violência, cujos limites, há muito, já foram ultrapassados. Até mesmo brasileiros residentes fora do país, não importa a distância, têm contribuído, em muito, no debate de idéias e de propostas de ação.

Como ilustração, selecionei três das mensagens, que me foram encaminhadas, duas relativas à questão da violência, e uma sobre os desvios éticos que mancham a história do País, notadamente nos últimos tempos.

Os alunos do ensino fundamental da “Escola Estadual Engenheiro Prado Lopes”, da periferia de Belo Horizonte, promoveram um amplo debate sobre a minha “carta aberta para Rosa Cristina”, mãe do João Hélio, barbaramente arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro. Da discussão de idéias, além de mensagens de apoio e de carinho à família do menino vítima da barbárie humana, resultaram cartazes dos mais criativos, empunhados pelas ruas do bairro, num movimento

de conscientização que, estou certo, resultarão nos melhores efeitos multiplicadores.

Vale, inclusive, a transcrição de parte do artigo publicado em um jornal local, pela Professora Sibeles Ávila, arte-educadora daquela escola: “Os alunos se mostraram indignados, emocionalmente envolvidos e interessados em fazer com que ‘tuas lágrimas não se percam’. Diversas opiniões foram surgindo e o professor fazia suas interferências e contribuições, alertando os alunos para o fato de que violência gera violência e, também, ressaltando o valor do perdão, da família e da religião (...) Eles fizeram frases, desenhos e acrósticos (...) Esse trabalho nos deu a oportunidade de compartilhar, com os alunos, algo que lhes é muito íntimo e que, nem sempre, deixam transparecer: o sentimento”.

O conteúdo dessa mesma “carta” foi objeto de discussão num seminário promovido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e que provocou, segundo o relato, “sérias reflexões e conduziu o auditório à emoção”. Como se observa, um mesmo assunto, através de um mesmo instrumento de mobilização, envolveu meninos que ainda iniciam a vida estudantil, num bairro de periferia de uma grande cidade brasileira, e graduados dos últimos escalões de ensino, numa das melhores e mais conhecidas universidades do País.

Sobre a questão ética, a indignação tomou conta de uma moradora do meio rural do município de Oriente, Estado de São Paulo. Diz ela que refletiu sobre a melhor maneira de externar os seus sentimentos, e de contribuir, com sua ação,

no sentido das mudanças que a população brasileira tanto reclama. Redigiu, ela própria, o cabeçalho de um abaixo-assinado, correu as ruas de sua localidade, conversou com as pessoas, conclamou a participação de todos, colheu dezenas de assinaturas, segundo ela, “que refletem a opinião de todos os cidadãos de bem”. Eu não tenho dúvida que esse gesto, e essas assinaturas, de brasileiros de um pequeno município, também refletem a postura e a opinião de todos os cidadãos de bem deste imenso país.

Eu, às vezes, ao contemplar as enormes florestas, tenho em mente que tudo nasceu, e floresceu, de pequeninas sementes. Ou de mudas espalhadas por semeadores anônimos, que cultivam muito mais que uma árvore, mas o ideal de um mundo melhor.

Que se lancem, portanto, as pequenas sementes!

17. UM NOVO PROJETO DE PAÍS

Há, hoje, uma enorme esperança de mudança neste país de contrastes. É preciso construir uma verdadeira e única nação, sem os milhões de excluídos, que ainda sobrevivem das sobras, separados muito mais que pelos nossos aparatos de segurança, mas pela nossa retina e pelo nosso desdém. Pela omissão de muitos!

É preciso mudar.

Mas, quando falo em mudança, não me refiro, apenas, às modificações tão reclamadas nos últimos tempos, e que recaem, principalmente, sobre o Congresso Nacional, e mencionadas, com grande ênfase, pela mídia, como as reformas política, tributária, da previdência, do Poder Judiciário, e tantas outras. Essas reformas são importantes, não há dúvida, e merecem ser colocadas em discussão, o quanto antes. Mas, se não avançarmos para uma verdadeira reforma moral e ética dos nossos segmentos de poder, todas essas reformas serão “cosméticas”, e de pouco, ou nada, adiantarão!

A sociedade brasileira dá sinais evidentes de que não está satisfeita com o País que temos. Corrupção, miséria, violência, desemprego, analfabetismo, fome. Isso, em um lugar

com todos os microclimas do planeta, as terras mais benfazejas, um povo trabalhador e amante da paz. Sem dúvida, o Brasil de hoje ainda não é o país dos nossos sonhos.

Neste Brasil que sonhamos, devem estar incluídos todos os quase 190 milhões de brasileiros. Eu não posso imaginar qualquer projeto de país que deixe de fora uma parte, qualquer que seja ela, dessa imensa população. As reformas necessárias devem incluir, e não excluir, as pessoas que, hoje, estão à margem do nosso processo de desenvolvimento.

Digo isso, porque é muito comum confundirem crescimento com desenvolvimento. Utiliza-se, muito mais, a palavra crescer e, com ela, todos os índices almejados para que o País atinja os patamares considerados de primeiro mundo. Esses índices são, quase que exclusivamente, econômicos.

O verdadeiro desenvolvimento pressupõe algo mais profundo e democrático! Pressupõe distribuição, isto é, que os frutos do crescimento sejam repartidos entre a população como um todo, sem desequilíbrios significativos de distribuição regional e pessoal da renda. É assim que eu imagino, portanto, a possível necessidade de reformas institucionais, no Brasil.

A quem interessariam algumas mudanças que se colocam no horizonte, como primordiais, para que o Brasil possa ocupar o seletivo grupo dos países chamados “desenvolvidos”? Como falar em desenvolvimento, se, ainda, grande parcela dos brasileiros vive em condições de terceiro, ou

quarto, mundo? As mudanças que se quer, têm por objetivo, verdadeiramente, incluí-los?

Eu não imagino crescer mais, para os mesmos. O meu projeto de país é de inclusão. Eu quero, como a grande maioria, um país diferente. Mas, eu, normalmente, discordo das receitas políticas propostas, porque estou certo de que elas vão, de fato, consolidar uma realidade excludente e reforçar o que eu tenho chamado de *apartheid* social, versão brasileira.

Também sou daqueles que advoga que o Estado está inchado, moroso e, conseqüentemente, prestando serviços aquém das nossas necessidades. Mas, também sou, literalmente, contrário ao desmonte que se promoveu no Estado brasileiro, principalmente nos últimos anos. Por exemplo, posso não ser contra as privatizações em si. Mas, isso não me leva a concordar com o processo que se utilizou, no País, para a venda das nossas melhores estatais.

Num país tão marcado, historicamente, pela presença do Estado na vida econômica e social do cidadão, como é o caso do Brasil, não há como se imaginar a inclusão de milhões de brasileiros, hoje à margem do nosso desenvolvimento, sem um Estado forte. Não será o mercado, como a experiência já tem demonstrado, aqui ou em qualquer outro lugar do mundo, o agente principal de agregação das populações excluídas.

Neste sentido, eu acho que a nossa primeira providência, se quisermos construir, verdadeiramente, uma Nação,

sem *apartheid* social, é reconstruir o Estado. Uma reforma política e institucional em moldes muito mais abrangentes que o arremedo que hoje tramita no Congresso Nacional.

Nesse ponto, estou certo de que as reformas devem avançar muito mais, avançar para o rumo da ética, da moral e do resgate dos verdadeiros valores da nação brasileira. Não é de hoje que venho alertando para a necessidade de resgatarmos o tripé que, outrora, constituía o pilar de nossa sociedade: a igreja, a escola e a família.

O que vem acontecendo ao longo dos últimos tempos? Como já mencionei, também, em tantas outras oportunidades, a família foi dilacerada, a escola sucateada e a igreja excomungada. Elas deram lugar a um novo e perverso tripé: a droga, a rua e a arma. E o resultado é o que estamos vendo: a falta de valores, de ética e de moral que nos conduz ao império da violência e da barbárie.

Casos como o do pequeno João Hélio, brutalmente assassinado, arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro, no início deste ano. Ou, como o da adolescente Priscila Aprígio, que ficou tetraplégica recentemente, vítima de bala perdida. Ou de tantos outros meninos e adolescentes, sonhos abortados pela barbárie, que nos fazem questionar: até que ponto pode chegar a crueldade humana, ou melhor dizendo, a crueldade desumana?

Alguém poderia questionar: o que esses casos de violência tem a ver com as reformas institucionais de que o País precisa? Eu respondo: têm tudo a ver! Eles são um sinto-

ma de que nosso sistema social está doente, e essa doença é justamente a falta de alicerces, de valores, de ética, de humanidade, de democracia e de civilização, que perpassa todas as camadas sociais e mina a credibilidade de nossas instituições!

A Teoria Tridimensional do Direito, elaborada pelo jurista Miguel Reale, nos ensina que a norma jurídica se assenta sobre valores, que a sociedade considera imprescindíveis e que, por esse motivo, por meio do direito, busca preservá-los, estabelecendo sanções ante a ocorrência de determinado fato nocivo.

Partindo desse entendimento, desde o momento em que a própria sociedade perde a noção dos valores de humanidade que nos foram legados por nossos antepassados há incontáveis gerações, como poderemos esperar que as leis sejam cumpridas?

Como poderemos esperar que a sociedade respeite as instituições, e que as próprias instituições se façam respeitar? Para que estamos lá, no Congresso Nacional, Deputados e Senadores, elaborando leis que sabemos poderão não ser cumpridas, e se tornarem letras mortas?

Por isso, sou daqueles que acreditam que não há mais necessidade de tantas novas leis. O grande problema brasileiro, hoje, é o não cumprimento do extenso aparato legal já existente. Ora, se queremos um verdadeiro Estado-Nação, o que mais é necessário do que cumprir uma Constituição segundo a qual *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de*

qualquer natureza”, e que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, e à infância”?

Então, a Constituição brasileira já garante o direito à vida, com dignidade. Garante o direito à cidadania. Deveriam ser revogadas, portanto, as disposições em contrário. Cumpra-se! A conseqüência mais direta dessa falta de cumprimento das leis é a corrupção e a malversação do dinheiro público!

Ficamos, todos, estarecidos, com cenas recorrentes como as do “mensalão” e dos “sanguessugas”. Ficamos perplexos e indignados, quando vemos o Presidente do Senado Federal ser acusado de ter despesas pessoais pagas através de um lobista de uma grande empreiteira. Ficamos ainda mais chocados quando tomamos conhecimento da venda de sentenças judiciais por magistrados, aqueles a quem compete, justamente, julgar os delitos, inclusive os praticados por membros do Superior Tribunal de Justiça.

O saudoso Doutor Ulysses Guimarães costumava dizer, do alto de sua sabedoria política, que a “corrupção é o cupim da Nação”! E, certamente, que é: ela corrói por dentro, tira a comida do miserável, o hospital do enfermo, o estudo e a merenda da criança, o emprego do cidadão!

Há uma incompreensível inércia frente à barbárie, à corrupção, à violência, à bestialidade. De tempos em tempos, como que um soluço, fixamo-nos diante um novo fato, que repercute na mídia, como o do pequeno João Hélio, mas

depois, seguimos o curso de nossas vidas, como que anestesiados ante a omissão.

Em 50 anos de vida pública, 25 dos quais dedicados ao Senado Federal, não me recordo de ter vivenciado uma situação como a dos nossos dias. Por isso, confesso, me sinto muitas vezes amargurado, ao ver esta situação deprimente a que chegamos: uma negociata aqui, um outro favor acolá, um cargo para o Partido “A”, outro cargo para o Partido “B”...

Uma farta distribuição de cargos e de recursos para quem, exatamente, é responsável pelas mudanças constitucionais ditas como fundamentais. Mas, ao mesmo tempo em que me sinto amargurado, ainda me move a esperança. Esperança, principalmente, nos jovens deste País. Jovens que devem sentir-se emancipados. O país do presente, e não mais o país do futuro.

Sinceramente, eu hoje não acredito que a crise brasileira tenha uma solução de dentro para fora: não é de dentro do sistema político que vai surgir a mudança desejada, é da sociedade civil, sobretudo dos jovens. É deles que virão as mudanças, que tanto perseguimos e que tanto almejamos. A sociedade organizada, as instituições mais importantes deste país devem, novamente, se unir pelo resgate dos melhores valores e referências, perdidos nestes tempos de violência, de corrupção e de barbárie.

A Câmara dos Deputados votou, recentemente, uma reforma política que, para mim, é pior do que a situação atual! Então, se for assim, melhor que fique como está! No Senado,

já foram votadas questões importantes, como a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais, projetos que foram para a Câmara e ficaram engavetados. O Supremo Tribunal Federal, felizmente, firmou entendimento pela fidelidade partidária, quem sabe um golpe de morte na promiscuidade do troca-troca de partidos.

O mesmo se diga quanto ao problema da impunidade. Uma simples análise em todos os grandes parlamentos do mundo permite-nos perceber que, aqui, há muito mais discussões sobre leis anticorrupção e antiimpunidade. Nós temos dezenas de projetos! Mas, pouco se aprova! E, quando se aprova, pouco se cumpre. E, quando se cumpre, as leis são discriminatórias.

Deputados, Senadores e Ministros nunca são condenados. Onde estão as autoridades acusadas de crimes contra o patrimônio público que foram condenadas pelo Supremo Tribunal Federal? Não existe uma única! Denúncia contra homem público deve ter prioridade.

Não podemos aceitar, passivamente, a idéia de que o juiz não julga, unicamente, porque tem milhares de processos sob sua responsabilidade. Existem, obviamente, outras razões para que as chamadas autoridades que se locupletam do dinheiro público não sejam condenadas.

Os processos que envolvem o dinheiro do cidadão devem ser julgados em primeiro lugar, porque a sociedade merece saber da culpa e da punição dos responsáveis pela corrupção. Não há como manter vigente o chamado foro pri-

vilegiado! Ora, os melhores dicionários definem privilégio como imunidade, ou como “vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”.

Portanto, se os que se locupletam com o dinheiro público não são punidos, se o exemplo não vem de cima, o que acontece é um estímulo a todos os estratos da sociedade para que também não cumpram a lei.

Para fazermos a verdadeira reforma institucional de que tanto precisamos, resgatando os valores da ética e da moralidade, é que eu defendo o engajamento da sociedade nessa luta. A pressão precisa vir de fora! De todas as organizações democráticas.

Quando lutamos pelas “Diretas Já”, com o Congresso cercado pelas Forças Armadas, na votação da Emenda Dante de Oliveira, quem estava lá? A sociedade civil! Perdemos a votação, é verdade. Mesmo assim, fomos ao Colégio Eleitoral. A eleição não foi direta, mas foi a força do povo que propiciou a vitória de Tancredo Neves.

Onde nasceu essa vitória? No Congresso? Claro que não! Nasceu nas ruas, na luta do povo! Na pressão da sociedade, nas manifestações populares, nos movimentos dos jovens vindos de todos os cantos e recantos deste país.

No *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor foi a mesma coisa. Foram os “cara-pintadas” que mobilizaram a opinião pública; foram os movimentos sociais que constituíram um diferencial de forças que permitiu ao Congresso Nacional afastar, pela primeira vez, um Presidente da Repú-

blica, por motivos de corrupção investigados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

É por isso que resolvi fazer uma verdadeira cruzada cívica pelo Brasil, conclamando a sociedade civil a lutar por seus sonhos de um país e de um mundo melhor. Não podemos continuar aceitando, passivamente, a idéia de que o ser humano é apenas um objeto. Ele tem que ser o sujeito da história. O ser humano não pode ser visto somente como consumidor em potencial. A população brasileira, principalmente os jovens, tem que ter a coragem de dizer não!

Mas, uma mudança com essa profundidade demandará tempo. Talvez seja um trabalho para uma geração inteira. Mas, há, na minha opinião, mudanças políticas que necessitam ser colocadas em prática, de imediato.

Em primeiro lugar, precisamos implantar o parlamentarismo. Não dá mais para manter um sistema de governo em que o Presidente da República mais se parece um imperador, legislando com medidas provisórias e usurpando a missão constitucional do Congresso Nacional.

Em segundo lugar, para moralizar o processo político, precisamos instituir a fidelidade partidária e o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais. Não é possível continuar convivendo com essa promiscuidade, ano após ano, de troca-troca de partidos, normalmente envolvendo interesses nada confessáveis. O financiamento público democratiza as eleições e torna os cargos eletivos muito mais legítimos. Além disso, evita a corrupção do sistema eleitoral,

geradora de fenômenos como os famosos “Caixas 2”, e as “sobras de campanha”, agora chamados de “recursos não contabilizados”.

Em terceiro lugar, e em paralelo com essas duas reformas, precisamos devolver para o eleitor a livre decisão de escolha em quem votar. As eleições não podem se manter na dependência da melhor, ou pior, performance do “marqueteiro”. As campanhas precisam ser mais naturais, menos fabricadas em laboratório! Nós importamos dos Estados Unidos esse artificialismo do marketing político, mas precisamos retornar às nossas origens. O povo tem o direito de saber em quem ele realmente está votando. O político não é um produto, como um sabonete ou um sabão em pó! O político é um ser humano, que se disponibiliza a gerir os negócios públicos e comandar os destinos de seu povo.

Em quarto lugar, é preciso, também, instituir a cláusula de barreira, como forma de depurar o quadro partidário brasileiro e acabar, de uma vez por todas, com as nefastas legendas de aluguel. As eleições não podem se transformar, em nenhuma hipótese, em um balcão de negócios.

Em quinto lugar, como já evidenciei anteriormente, precisamos fazer com que o Judiciário conceda prioridade ao julgamento dos processos envolvendo autoridades públicas. Eles precisam ser julgados primeiro, não por privilégio, mas por uma questão de prioridade, porque o dinheiro público é sagrado.

Finalmente, é imperativo também acabar com os sigilos fiscal e bancário dos agentes políticos: Presidente da República, Ministros de Estado, Deputados, Senadores, Presidentes e Diretores de Agências, Governadores, Prefeitos, dirigentes de agências públicas. Sobre todos eles não pode pairar qualquer dúvida sobre a honestidade de quem é responsável por qualquer etapa do gasto público e de quem comanda os destinos da Nação.

Precisamos, enfim, voltar a sonhar. Sonhar um País mais humano, mais solidário e mais desenvolvido! Um país democrático, cidadão e soberano. É preciso derrubar essa torre de Babel, que nos faz falar línguas tão diferentes. Como chegar a algum consenso, se não nos entendermos nas questões mais básicas, como qual País verdadeiramente queremos? Se nos afastarmos, cada vez mais, dos conceitos de solidariedade e de humanidade? Se não resgatarmos os nossos melhores valores e as nossas melhores referências?

No nosso horizonte mais próximo, um novo e decisivo combate: resgatar o Estado-Nação, a nossa soberania, a nossa brasilidade e, sobretudo, a fé inquebrantável no nosso destino! Um só país, sem o muro da vergonha que separa os “incluídos” dos “excluídos”. Essa é, para mim, a verdadeira busca de um consenso!

18. SOBE!

Quando ingressei na vida pública, há cinco décadas, eu apertei o botão de subida do elevador da política, no seu sentido mais puro. E ele subiu. Parou em muitos andares. Abriu e fechou. Muitas vezes, parecia que as portas emperavam, presas a grades e a paus-de-arara. Mas, mesmo assim, abriam-se, com o esforço de todos os passageiros. Havia uma voz, que anunciava cada etapa dessa nossa subida, na busca do destino almejado por todos nós. “Liberdade”, “democracia”, “anistia”, “diretas-já”. Não era uma voz interna. Ela vinha das ruas, e ecoava de fora para dentro. Vi gente descer e subir, em cada um dos andares deste edifício político. Comigo, subiram Ulysses, Tancredo, Teotônio. Já nos primeiros andares, vieram Covas, Darcy, Fernando Henrique. Mais um ou outro andar, Lula, Dirceu, Suplicy. Outro mais, Mercadante, Marina, Heloísa.

De repente, o elevador parou entre dois andares. Alguém mexeu, indevidamente, no painel. Parece que alguns resolveram descer e fizeram mau uso do botão de emergência. O Covas, o Darcy, o Ulysses, o Tancredo, o Teotônio já haviam chegado a seus destinos. Sentimos, então, uma sensa-

ção de insegurança e de falta de referências. Apesar dos brados da Heloísa, parecia que nada poderia impedir a nossa queda livre. A cada andar, uma outra voz, agora de dentro para fora, anunciava, num ritmo rápido e seqüencial: “PC”, “Orçamento”, “Banestado”, “Mensalão”, “Sanguessugas”, “Navalha”, “Xeque-Mate”. Alguns nomes, eu nem consegui decifrar, tamanha a quantidade e a velocidade da descida.

E o elevador não parava. Nenhuma porta se abria. Haveria o térreo, de onde poderíamos, de novo, ganhar as ruas. É que imaginávamos que ele se confundia com o fundo do poço do elevador da política. Qual o que, não sabíamos que o nosso edifício tinha, ainda, tantos, e tão profundos, subsolos. Daí, a sensação, cada vez mais contundente, de que o baque seria ainda maior. Quantos seriam os subsolos? Até que profundezas suportaríamos nessa queda livre?

Mais uma vez de repente, o elevador parou, subitamente. Uma fresta, uma sala, uma discussão acalorada. Troca de insultos. Uma reunião da Comissão de Ética da Torre Principal do Edifício. O Síndico teria pago suas contas pessoais com o dinheiro do Condomínio, através do funcionário do *lobby* de um outro edifício. E, por isso, teria, também, deixado de pagar pelos serviços de manutenção do elevador. Mais do que isso, o zelador também não havia recebido o seu sagrado salário, para o pão, o leite, a saúde e a educação da família. Idem o segurança.

Mas, havia algo estranho naquela reunião: os representantes dos condôminos, talvez por medo de outros sustos semelhantes, em outros solavancos do elevador, defendiam,

solenemente, o Síndico. Ninguém estava interessado em avaliar a veracidade das suas informações. Nem mesmo as contas do Condomínio. Queriam imputar culpa ao zelador e ao segurança. Ou, quem sabe, teria o tal Síndico informações comprometedoras, gravadas nos corredores soturnos do edifício, a provocar tamanha ânsia solidária? Não se sabe, mas, tudo indica, isso jamais será investigado, enquanto vigorar a atual Convenção de Condomínio.

Há que se rever, portanto, essa Convenção. Há que se consertar esse elevador. Há que se escolher um novo ascensorista. Há que se eleger um novo síndico. Há que se alcançar o andar da ética. A voz das ruas tem que ecoar, mais alto, nos corredores deste edifício. A voz de dentro, parece, insiste em continuar violando os painéis de controle. Até que não haja, mais, subsolos. E, aí, o tal baque poderá ser irreversível. Não haverá salas de comissões de ética. Porque não haverá, mais, ética. Quem sabe, nem mesmo, edifício.

19. OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS VERSÃO BRASILEIRA

Uma das minhas maiores preocupações, nestes nossos dias atuais, é a perda, cada vez maior, da confiança da população sobre as instituições pilares da democracia, motivada pela prática da corrupção, cada vez mais presente no noticiário do dia-a-dia.

Em 1997, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal promoveu, atendendo a requerimento de minha autoria, um amplo debate sobre a chamada “Operação Mãos Limpas”, acontecimento dos mais importantes, na Itália, para combater a corrupção em todos os escalões de poder naquele país.

Compareceram, no Senado, os Procuradores Piercamillo Davigo e Paulo Ielo, cujo relato de suas experiências nos encheu de esperança pela ética na política, tão necessária, tanto lá, como cá. Mal sabíamos que, ao contrário das nossas expectativas, esse mesmo Congresso teria, ainda, que se ocupar com investigações de toda ordem, como se as lições repassadas pelos procuradores italianos fossem, apenas, experiências

de além-mar, distantes, portanto, da história que gostaríamos de construir, naquele momento das nossas vidas.

Hoje, passados dez anos e outras tantas Comissões Parlamentares de Inquérito, pouca coisa mudou na nossa história. Há pouco tempo, assistimos ao noticiário vindo de Rondônia, onde não sobrou quase nenhuma instituição, na operação realizada pela Polícia Federal, em nome da Justiça. Não fossem as algemas, uma foto de tanta gente importante junta, poderia parecer, para os incautos, um acontecimento próprio das colunas sociais. Lá estavam juízes, promotores, deputados, empresários, advogados, procuradores, assessores “top” de linha e outros “colunáveis”. Entretanto, para nós, era Rondônia, Estado dos mais importantes para a nossa história, mas longe de nós, na geografia. Parecia, portanto, que a corrupção generalizada estava distante, localizada.

Mas, de repente, o Rio de Janeiro. E, Rio de Janeiro é mais Brasil, pelo menos como tentam nos provar a mídia, as novelas, o noticiário e o sotaque da artista e do apresentador. Não são, numa típica discriminação velada, juízes, desembargadores, policiais e advogados rondonienses, nortistas ou nordestinos: são cariocas de Ipanema, do Leblon e de Copacabana. São brasileiros de grife!

Eu não sei se fico, mais ainda, amargurado com as prisões ocorridas no Rio de Janeiro, ou se me encho de esperança, quando vejo alcançados, pela justiça, brasileiros de andares superiores da escala social, cidadãos, até aqui, acima de qualquer suspeita, e que se escudavam no poder e na glória. Pode parecer contraditório, mas, eu creio que estou experi-

mentando os dois sentimentos. De amargura, porque vejo a corrupção campear em todos os segmentos da sociedade brasileira, inclusive naqueles que são pagos, com dinheiro público, exatamente para coibir o mau uso do recurso que falta para a escuridão do analfabetismo e na dor das filas dos hospitais. De esperança, porque vejo, no interior desses mesmos segmentos, guardiões da coisa pública, que se movem pelos mais belos princípios do cumprimento do dever e que não se curvam a pressões de qualquer natureza. Ética e coragem são a marca desses brasileiros, verdadeiramente de primeiro escalão, que merecem o nosso respeito e a nossa admiração. Eles estão, sobretudo, no Ministério Público e na Polícia Federal.

Nunca, como agora, se investigou, por exemplo, tantos crimes previdenciários. E, lá estão a Polícia Federal e o Ministério Público. O dinheiro de quem só lhes resta, muitas vezes, a fraca luz do fim do túnel, como tantos aposentados e pensionistas já em idade avançada, sendo desviados para robustos e iluminados cofres de financiamentos de campanhas e para contas paradisíacas, em ilhas fiscais cercadas de corrupção por todos os lados.

Nunca, igualmente, foram desbaratadas tantas quadrilhas de desvios de dinheiro público, na saúde, na receita federal, no orçamento público e em tantas outras fontes inesgotáveis de malversação. E, lá, também, estão a Polícia Federal e o Ministério Público.

Mas, mesmo reconhecendo e louvando o trabalho dessas duas instituições, a prisão, por atos de corrupção, de autori-

dades ligadas a instituições que deveriam ser, por definição, ímpolutas, dá, ao cidadão, uma sensação de vulnerabilidade, ainda mais em tempos em que a barbárie corre solta.

É essa, para mim, a maior razão para tamanho aumento da criminalidade, em todos os seus aspectos. O País parece caminhar para um clima que Durkheim chamou de “anomia social”, isto é, de ausência ou de enfraquecimento das regras sociais que, em sociologia, se diz quando há conflitos de normas sociais, levando as pessoas a se sentirem desestimuladas em respeitar as leis. Nestes casos, a sociedade perde os freios necessários para limitar as ações das pessoas. É o que dá sinais no Brasil, quando os cidadãos passam a não acreditar nas suas instituições e, aí, lançam mão de alternativas, normalmente na ilegalidade, para suprir o que o Estado, ou, mesmo, o que a vida, não lhes oferece. Daí, a segurança paralela, o mercado negro, a pirataria, a sonegação, o assalto para alcançar a moda, a água no leite, o benzeno na gasolina, a farinha no remédio, entre outros desvios. É assim que, sabedor da impunidade e alimentado pela baixa legitimidade das instituições, o crime se multiplica.

A baixa qualidade do serviço público e a corrupção alimentam, por exemplo, a sonegação. Por que pagar tanto imposto, se a saúde, a segurança pública e a educação deixam a desejar e se o contribuinte sabe que, parte do que ele paga sairá pelos ralos da corrupção? A opção que ele encontra é sonegar, na sua concepção, “para ser menos roubado”, ou, para lhe restar dinheiro para buscar, na iniciativa privada, a escola, o hospital e a segurança que o Estado não lhe dá.

Como acreditar num poder, qualquer que seja ele, que é sustentado pelo imposto pago pelo cidadão, quando a televisão mostra os seus mais eminentes representantes presos por corrupção? Como acreditar no Judiciário, por exemplo, se a justiça é parcial? Como confiar no Congresso, com tantos “sanguessugas” e “mensaleiros”? Como crer no Executivo, com tantas notícias de desvios de recursos públicos?

Daí, até a generalização pode ser um passo. Não é à toa, por exemplo, que o Congresso recebeu, em pesquisa recente, mísero 1,1% de aprovação. Grosso modo, numa mera simulação, e se mantido esse percentual, para a população, dentre os 594 parlamentares, haveria, apenas, seis que merecem notas respeitáveis. Que trabalham, que defendem os interesses da sociedade, e que não são corruptos. É por isso, talvez, que, ao ser perguntado se ele acha que há político honesto, responda: “Tem! Uma meia dúzia”. É o 1,1% da nossa simulação! Também como exemplo, qual seria a avaliação do Judiciário, com a prisão de um vice-presidente de um Tribunal Regional Federal? Com a suspeita do envolvimento em falcaturas de um integrante do Superior Tribunal de Justiça? A partir do episódio do pagamento dos “mensaleiros”, qual a repercussão, negativa, para o Governo Federal como um todo?

Dessa generalização, ao risco de ruptura institucional pode ser outro passo. O que irá acontecer quando o tal “estado de anomia social” atingir um estágio incontrolável? Ou, já atingiu? Por exemplo, em termos de segurança, como vive, hoje, a população da cidade do Rio de Janeiro? E de

Rondônia? Como é, hoje, a situação de segurança pública na cidade de Porto Alegre, se comparada com dez anos atrás? Pensando nos mesmos termos, o que aconteceu com as cidades do interior brasileiro, antes sinônimos de lugares pacatos e, na grande maioria, bucólicos? O que poderá fazer essa mesma população, se ela não mais acreditar, definitivamente, no Estado, nas leis e nas normas que regem a sociedade civilizada? Intercederá por uma “tropa de elite”?

Quem pode, em termos financeiros, continuará recorrendo às câmeras de segurança, aos carros blindados, às cercas elétricas de milhares de volts, aos capangas, aos guarda-costas, e assim por diante. Para quem pode muito pouco, ou nada, restam as milícias, o narcotráfico, que emprega, dá “segurança”, e, muitas vezes, saúde, educação, arroz, feijão e pão. E num próximo momento, a quem ele recorrerá? À justiça pelas próprias mãos? Não estariam, aí, portanto, as raízes de tamanha violência? Por que essa mesma violência atinge, hoje, enquanto autores e vítimas, igualmente, os ricos e os pobres? Não seria a tal anomia social, ou seja, a falta de estímulo para cumprir as regras legais, ou, ainda, a certeza da impunidade?

A diferença é que a justiça bate de forma distinta, nos dois segmentos da sociedade. Como já afirmei, reiteradas vezes, o pobre se envolve com o crime e a justiça o alcança. Para o rico, a justiça descansa. Aliás, o crime praticado pela chamada “camada de cima” da sociedade, parece ter se transformado numa espécie de *merchandising* para advogados de grife. Enquanto isso, o pobre, que roubou o pote de

margarina, nem cliente é. Fica na fila da defensoria pública que, no caso, é ela que não conhece o cliente. Mais do que isso: o pobre não conhece a justiça. Ele conhece, apenas, a polícia.

Eu estou certo de que os últimos acontecimentos no País não podem ser analisados separadamente, de forma estanque, como se não tivesse uma lógica perversa a alinhavá-los. Há um elo de ligação entre a violência nas ruas das nossas cidades, agora não importa mais o tamanho, e o avanço da pirataria, a sonegação de impostos, o apagão nos aeroportos, nos hospitais e nas escolas, o poder no narcotráfico, as milícias, a adulteração da gasolina, a barbárie de toda ordem. Há um estado de anomia social no ar! Cada vez mais indivíduos estão deixando de acreditar nas regras sociais e legais, e nas instituições encarregadas de colocá-las em prática! Estão aí as razões segundo as quais as pessoas perderam valores e referências! É a sensação de impunidade de uns, e de fragilidade, de outros.

Eu também tenho repetido que está se construindo um País paralelo, com regras próprias e com estruturas marginais para fazê-las cumprir. E, pior, na “Constituição” deste mesmo país paralelo, há, apenas, um capítulo: “cumpra-se!”. Cumpra-se o que determinar as estruturas marginais! Enquanto isso, podemos estar discutindo temas isolados, propostas específicas, leis para um país legal que existe cada vez menos, num combate desorganizado ao crime organizado. Leis que, sabe-se, nem sempre serão cumpridas, ou, pior: po-

derão ser negociadas, como agora no Rio de Janeiro, exatamente por quem cabe fazê-las cumprir!

De que valerão novas leis neste estado de anomia social, se elas poderão cair no descrédito ainda na “placenta” legislativa? Se a população passar a acreditar, generalizadamente, que as instituições que vão colocá-las em prática também pertencem ao País paralelo?

O que pensar de um Congresso que passa a maioria do seu tempo com sua ordem do dia com todas as deliberações sobrestadas por medidas provisórias, instrumento que transfere para o Executivo a atribuição de legislar, neste caso em causa própria? Quanto custa, aos olhos da população, um Congresso paralisado?

O que pensar de um Executivo que se vale de “mensalões”, para aprovar matérias de interesse da nação? De um judiciário que só judica, segundo as leis, para as camadas mais pobres? E que é, ao contrário, guardião da impunidade para os mais abastados?

Eu acho que não estamos dando o devido valor a essa perda de legitimidade de nossas instituições legais. Nem mesmo ao Estado marginal, que se aproveitou, cada vez mais, do desmonte do Estado legal. Portanto, não adianta, somente, combatermos o Estado marginal, se não reconstruirmos o Estado legal. O Congresso, se continuar inerte, estará passando para a população a imagem de que, de fato, se constitui em uma meia dúzia. De que a instituição é descartável. Há que se ter uma atitude institucional, nos três poderes.

Está mais do que tarde para que devamos discutir, e colocar em prática, a nossa versão da “Operação Mãos Limpas”.

A legitimidade do Legislativo aumenta, quando investiga os seus próprios integrantes. Prova disso é que as CPIs, quando instaladas para investigar possíveis desvios de conduta de parlamentares, ao contrário do que se pode imaginar, turbinam a legitimidade do Congresso. Obviamente, isso deve ocorrer, também, com os outros poderes da República! Isso indica que a população exige uma “Operação Mãos Limpas”.

Temos que recuperar, urgentemente, a legitimidade de nossas instituições democráticas. Não há como permanecer, por mais tempo, com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário sob a pecha de que “são todos iguais”. De que são todos “mensaleiros”, pagantes ou recebedores. De que tanto a lei, como a sentença, tem preço. O Estado, com suas entranhas abaladas pela septicemia da corrupção, tem que ser remontado, na sua plenitude. A impunidade não pode continuar minando as instituições pilares da democracia.

Eu acho que o discurso, óbvio, de “que se cumpra a Constituição e as leis” não será suficiente. De nada valerá arquitetar um aparato legal para um Brasil democrático, se continuarmos tendo consciência de que a lei poderá ter leituras viesadas, para fortalecer privilégios e punições, de acordo com os degraus sociais. A população exige que “todos sejam iguais, perante essas mesmas leis”. E que se punam os transgressores, indistintamente.

É hora, portanto, de retomarmos, não só a idéia, mas a prática do que se discutiu, tão exaustivamente, com os procuradores italianos, na “Operação Mãos Limpas”. Na época, promovi a edição de uma separata, com a transcrição de todo o debate. Pois bem, essa mesma separata descansa, hoje, nas prateleiras frias das bibliotecas coletivas e particulares. Na grande maioria, páginas desgastadas pelo tempo. Mas, elas mantêm um conteúdo que nunca foi tão atual. É preciso retomá-las, o quanto antes. É pouco começar do novo, mesmo porque o novo, de tão prometido e não cumprido, sempre se aproxima, precocemente, dos limites da senilidade. É preciso recomeçar do ético. Caso contrário, a história é rica em exemplos de como tudo isso vai terminar.

20. FAMÍLIA, ESCOLA, IGREJA E NAÇÃO: PELO RESGATE DOS MELHORES VALORES E REFERÊNCIAS

Muitas vezes, eu penso que Deus, ao idealizar o universo, escolheu um lugar onde Ele pudesse sintetizar o Seu projeto de criação. Quis Ele que esse lugar tivesse o rio mais caudaloso, a maior floresta, os minerais mais estratégicos, todos os microclimas, a terra mais benfazeja, as mais belas praias, entre o barulho sonoro do mar e o silêncio inspirador da montanha. Um lugar que, um dia, veio a se chamar Brasil.

Foram seis dias de criação do universo. No primeiro dia, Ele fez a luz e a separou das trevas. No segundo, o firmamento. No terceiro, a terra e os frutos da terra, e o mar. No quarto, os luzeiros, o sol, a lua, as estrelas. No quinto, as criaturas do mar e as aves do ar. No sexto, os animais da terra. E Deus viu que era bom. Neste mesmo dia, Deus criou o Homem “à sua imagem e semelhança”.

Em nenhum outro lugar, entretanto, a luz, o firmamento, a terra e os frutos da terra, o mar e os animais do mar, o ar e as aves do ar, o sol, a lua, as estrelas parecem se aproximar, tanto, do projeto inicial do Criador.

Mas esse mesmo Deus, ao criar o homem, estabeleceu-lhe regras de conduta e de convivência. Sintetizou-as na “árvore do conhecimento do bem e do mal”, da qual não se poderia comer os frutos. Mas, o ser humano desobedeceu ao Criador. Queria ser como Ele, e imaginou que as tais regras, e o fruto proibido, privavam-no, na verdade, de ser, igualmente, deus.

Mais uma vez, parece que a história da criação se repete nestes nossos tempos, aqui e em todos os cantos e recantos deste mundo de Deus. É que o ser humano teima em desobedecer às regras de conduta e de convivência estabelecidas pelo Criador. Nesta síntese da criação do universo, por exemplo, parece que uma parcela dos homens quer parecer seres superiores. Superiores a todos os demais semelhantes.

Aqui, nestas terras abençoadas, voltar a ser, novamente, uma síntese da obra divina, depende, apenas, da vontade do homem. Não há que se criar, mais, novas luzes, novos firmamentos, novas terras, frutos e animais da terra, novos luzeiros, novas criaturas do mar e aves do ar. Tudo isso Deus nos deu à sobeja. Nem mesmo um novo homem, porque o brasileiro é, na sua essência, trabalhador e honesto. Há que se buscar, entretanto, os valores e as referências perdidos nestes tempos de tentação.

Eu fico procurando, pelo menos na minha história vivida, o que teria levado o ser humano, e em que momento, a se afastar do projeto de Deus. Eu não tenho dúvida de que foi quando ele se distanciou, por diferentes razões, dos ensinamentos e do convívio da família, da escola e da igreja.

Exatamente as três instituições mais fundamentais da nossa formação moral, cultural e filosófica.

Na verdade, tudo indica que o homem, embora possa, ainda, professar sua fé religiosa, ter acesso à educação formal, ou manter laços familiares, ainda que tênues, passou a cultuar um novo Deus, a partir de um novo projeto existencial: o mercado. O deus-mercado.

Esse mesmo deus estabeleceu, igualmente, regras de conduta. Sintetizou-as no acesso a bens materiais. Instituiu uma nova religião: o consumismo. A família e a escola tiveram que se render a essas novas regras, sob pena de exclusão, o novo nome da excomunhão. Até mesmo para sobreviver, o homem teve que se submeter, fielmente, às regras do mercado.

O deus do consumismo estabeleceu, também, as suas leis: as chamadas “leis de mercado”. Há uma árvore de nova espécie, proibitiva para muitos e, nestes novos tempos, restrita para aqueles que reúnam condições de acesso a seus frutos.

Construiu-se um grande muro. De um lado, os incluídos, os que obtiveram condições de aderir ao consumismo, os que têm acesso a bens e serviços, necessários ou supérfluos. De outro, os excluídos, aqueles que não possuem condições mínimas para alcançar os frutos da árvore do mercado. Esses últimos, sobrevivem, na maioria das vezes, de sobras e migalhas, numa espécie de “limbo” que o deus-mercado denomina de “lado escuro do mundo”. São considerados

pesos-mortos, enquanto não migram para as “civilizações avançadas”, consumidoras de bens e serviços. São os novos “fora da lei” da oferta e da procura.

Criou-se, portanto, dois mundos, e o tal grande muro é o da vergonha. O deus-mercado substituiu a família pela televisão. O grande círculo familiar deu lugar a um semicírculo. À frente, o aparelho de TV, algo assim como um parente comum em todos os lares, quem sabe o próprio pai, porque tem o dom de orientar corações e mentes. Só é “incluído” aquele que tem condições de adquirir a tal marca de tênis, a roupa da grife da moda, o aparelho eletrônico de mais alta definição, o carro, a moto, o perfume e a conta no banco. Para o deus-mercado, porém, igualmente, muitos são os chamados, poucos os escolhidos. Fora destes, os “excluídos”.

A escola foi mercantilizada e a igreja excomungada e, em muitos casos, igualmente objeto de negócios financeiros. Vende-se de tudo, inclusive consciências e indulgências. A pluralidade deu lugar ao pensamento único.

A ordem é comprar. O consumo é o passaporte para se transpor os limites que separam a exclusão da inclusão. A televisão é, também, o grande instrumento de promoção do consumismo. Tudo em nome do mercado. Essa mesma promoção não passa ao largo do mundo dos excluídos. A ânsia pela transposição dos tais limites, em um ambiente segregador, cria um clima de competição. O mundo do mercado rege-se, portanto, pela disputa, pela rivalização. Compete-se pela vaga no emprego, na escola ou no hospital, pelo remédio, pela vida, enfim.

Pelo mercado, mata-se e morre-se. Em nome do petróleo, do dinheiro e do poder. Pior: muitas vezes, em nome de Deus. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Não há dúvida de que esse mundo de competição mudou a vida da parte incluída da população. Tecnologia de ponta, redes de comunicação, computadores de última geração. Mas, não se pode negar que, por outro lado, destruiu valores e referências fundamentais do comportamento humano. Gerou privilégios que, por definição, são excludentes. Incentivou o ter, no lugar do ser. Promoveu o individualismo, em substituição ao coletivo. Substituiu o semelhante pelo concorrente. O homem passou a interagir com o mundo, através da alta tecnologia, mas se transformou num ser solitário, entre quatro paredes.

Houve uma modificação radical no que se entende por espaço público. O que, antes, era a praça pública, nos momentos de folguedo, de encontros de amigos e de discussão política, foi substituído pelos shoppings centers, pela televisão e pela internet. Exatamente os maiores ícones do consumismo. As gerações de hoje conhecem, apenas por dizer, as grandes manifestações públicas de outros tempos. Substituíram-nas, pelo consumismo dos shoppings e pela individualização da TV e da internet. No lugar da praça, o corredor, iluminado por vitrines reluzentes e cativantes, instigadoras do consumo. O coletivo se resume à moda, que é passageira e para poucos, com etiqueta de estilo, mas que é, muito mais, manipulação.

Não é à toa que as prateleiras das grandes livrarias andam abarrotadas de lançamentos de auto-ajuda. É o novo homem que procura caminhos para a solução dos problemas do seu extremo individualismo. Que ele procura resolver, individualmente. O que reforça, significativamente, o singular, no lugar do coletivo. Perde-se, com isso, portanto, o sentido de sociedade. O mundo real dá lugar, cada vez mais, ao virtual. Daí, até o esgarçamento do tecido social é um passo. Como decorrência, a barbárie, a violência, o Estado paralelo, a apartheid social.

Sozinho e competitivo, o homem foi acometido por uma espécie de paranóia. Aí, a idéia de semelhante deu lugar à de concorrente. Daí, a perda de sentimentos, antes sagrados, verdadeiras pregações, na família, na escola e na igreja, como a compaixão e a solidariedade. Ele cria um muro particular, para se defender dos concorrentes.

A parcela da população fora dos muros do mercado sente-se compelida a adotar estratégias próprias. Ora para transpor tais muros, por concepção excludentes, ora por pura e necessária sobrevivência. Ela também sofre o verdadeiro bombardeio pelo consumismo. Ou, não raras vezes, resigna-se sob a promessa de um reino melhor, em outro mundo. Quando a pressão pelo consumismo é mais forte, ou quando a sobrevivência chega ao limite, também muitas vezes, recorre à violência, passaporte nefasto para a vida, mesmo que breve, ou para a morte, quase sempre iminente.

Essa mesma violência, estampada, diariamente, no noticiário que invade espaços públicos e privados, aguça, ainda

mais, a tal paranóia, agora sim coletiva. Com isso, delimita-se, com mais nitidez, a linha que separa incluídos e excluídos. Ela se materializa no vidro fechado do carro, protegido por películas ou por materiais “à prova de bala”, nos condomínios cada vez mais fechados, cercados por câmeras e por fios de alta voltagem, ou na segurança privada. Pior: no desdém. Neste último caso, o tal limite é dado pela retina, dos olhos de quem conseguiu transpor o muro da vergonha. Aí, o semelhante deixa de ser concorrente, e se transforma em um inimigo em potencial, alguém que tem que ser, no limite, exterminado.

É nesse contexto que assume papel crucial o Estado. Mas, principalmente nos últimos tempos, esse mesmo Estado tem dado sinais concretos de que optou pela parcela incluída da população. Para os demais, a política compensatória, quando não os restos. O dinheiro público, igualmente impulsionado por uma política de pensamento único, tem servido muito mais para privilegiar o mercado, no lugar do bem coletivo. Ambiente mais que propício para o surgimento do Estado-paralelo, com regras próprias, concebidas, notadamente, pelo crime chamado “organizado”. Não é à toa, por exemplo, que o narcotráfico provê as populações das favelas com saúde, educação e, contraditoriamente, segurança, funções que deveriam ser de responsabilidade de órgãos públicos. Obviamente, ações para as quais o Estado paralelo cobra preços exorbitantes. Quando não a própria vida de quem se nega a cumprir as suas leis próprias, porque draconianas.

É por isso que, na busca de novos valores e referências, tão necessários nos dias atuais, há que se resgatar sentimentos perdidos em tempos de consumismo e de concorrência: a solidariedade, a compaixão, a humanidade e o espírito coletivo. E, não há outras instituições melhores, capazes de promover, novamente, esses mesmos sentimentos, que não sejam a família, a escola e a igreja. Mas, há que se recuperar, também, a proposta de Estado-Nação, sem discriminações de qualquer natureza. Não há que se conviver com a idéia de dois Brasis, divididos por um imenso muro da vergonha. A política pública tem que se constituir, necessariamente, ela sim, no passaporte para a inclusão, e não o contrário.

Portanto, nesta mesma busca de novos valores e referências, perdidos nestes tempos de barbárie, e sem qualquer rótulo de saudosismo ou de conservantismo, há que se percorrer um caminho de volta. Resgatar uma história vivida. Não se trata, também, de uma negação ao moderno, às novas tecnologias. Tampouco de uma guerra ao supérfluo. Trata-se de uma melhor distribuição do necessário. Valores e referências que não necessitam serem criados ou reinventados, mas resgatados. Uma história conhecida.

O ser humano não pode ser, meramente, um objeto de consumo. Nessa tarefa, a família, a escola e a igreja não podem atuar isoladamente. No regate do espaço público. Na recuperação dos sentimentos de solidariedade, de compaixão, de humanidade e de espírito público, pilares para a construção dos melhores valores e referências, há um tra-

ção de união, fundamental, no trabalho de pais, educadores e evangelizadores.

O Estado tem que se preocupar com as causas da divisão familiar, principalmente quanto ao desemprego e à educação. O Brasil, com a urbanização crescente e a pauperização da pequena agricultura, tornou-se um país de migrantes. Principalmente das regiões mais pobres, partem os brasileiros em idade mais produtiva. Quase sempre os pais e os filhos mais velhos. Ficam as mulheres, como as chamadas “viúvas da seca”, os filhos mais novos e as pessoas mais idosas. Assim, além da divisão perversa da família, a parcela que permanece nos locais de origem é a responsável pela maior demanda por serviços públicos, como saúde e educação. Não é à toa que o Brasil tem um dos piores níveis de distribuição de renda, em termos pessoais e regionais, de todo o planeta.

A família tem que voltar a ser o pilar mestre da construção da sociedade. O mundo moderno criou barreiras quase que intransponíveis para que ela seja, amiúde, reunida. Mas, a família, embora tamanhos obstáculos, tem que voltar a ser, necessariamente, unida. A conversa, no seu sentido mais profundo, tem que ser resgatada. Se não é possível fugir ao virtual, que ele seja, pelo menos um círculo, inteiro, coletivo e orientador, na busca pelos melhores conselhos. Não mais, quase que unicamente, o semicírculo, exógeno, que destrói a cultura local e os valores e referências que sedimentaram a história de um povo. A cadeira dos pais não pode ser substituída pelo aparelho de televisão. Os verdadeiros monitores

das novas gerações têm que voltar a ser os pais, e não apenas os atuais equipamentos frios e individualizantes do computador.

A escola, por sua vez, não pode, por concepção, preparar o aluno segundo, exclusivamente, os interesses do mercado, enquanto mão-de-obra viabilizadora de lucros. Ela tem que, por concepção, formar cidadãos, na plenitude de seus direitos. Cidadãos com consciência coletiva, construtores da história.

A igreja tem que se orientar pelos sentidos do madeira, que é vertical, ao se voltar para Deus, e horizontal, ao se encontrar com os homens, sem exclusão. Ela tem que ser ecumênica, sem propriedade particular sobre os ensinamentos de Deus, que é único. Ela tem que saber traduzir, para uma linguagem inteligível, esses mesmos ensinamentos divinos, relacionando-os à realidade e ao momento atuais. Há uma correlação indubitável entre os ensinamentos da Bíblia e o que se deseja, hoje, em termos de novos valores e referências para a sociedade brasileira, tão corroídos pela violência, pela corrupção, pela banalização da vida e pela barbárie. Mas, essa mesma correlação, nem sempre, tem chegado à população de uma forma compreensível e, principalmente, contextualizada. Vertical e horizontal. Deus e os homens, criados à Sua semelhança.

Eu estou certo de que não haverá qualquer resistência a essa ação conjunta da família, da escola e da igreja. São três instituições que, pelo menos normativamente, se pautam na busca dos melhores valores e referências para todos os se-

res humanos, sem distinção. Juntas, poderão, inclusive, derubar possíveis barreiras que, insistentemente, se colocam na construção de um Estado-Nação, no seu mais verdadeiro sentido. Um único Brasil, onde todos os cidadãos possam usufruir, democraticamente, de todas as maravilhas que, generosamente, Deus cuidou de incluir nesta síntese de Seu projeto de criação.

21. REAGE, BRASIL

Eu tive o cuidado de reler os meus pronunciamentos, nos últimos quinze anos, no Senado Federal, sobre corrupção e desvios de recursos públicos. Fiquei, primeiramente, impressionado com a quantidade: são dezenas. Se empilhados, montanhas de papel; se espalhados, rios de tinta; se gravados, horas intermináveis de lamentos sucessivos, apartes esclarecedores, talvez como contraponto de silêncios comprometedores. Mas, o que mais me impressionou, nesta minha volta a um passado não tão recente, é a atualidade de todos os meus discursos, mesmo que reiterados durante tanto tempo. Eu poderia escolher, por exemplo, qualquer um deles, aleatoriamente, e reprisar o mesmo texto, com as mesmas propostas deixadas ao léu, por isso mesmo, quem sabe, com um pouco menos de esperança. Mudam-se alguns atores, embora muitos continuem perseverantes na falcatura, mas não se altera a essência, nem dos fatos em si, nem na maneira com a qual os desvios são investigados. Nos discursos, procurei, sempre, me aprofundar sobre as causas da corrupção no Brasil, embora as investigações tenham se preocupado, quase sempre, apenas, com as suas conseqüências.

Não sei, sinceramente, se mais um discurso, sobre mais uma operação da Polícia Federal, servirá para estancar essa sangria dos recursos que faltam nas filas dos hospitais, na escuridão do analfabetismo, ou na dor da mãe que se debruça sobre o corpo inerte da criança vítima da ausência do Estado. Ou, se ele será mais um, nas estatísticas e nos anais do Senado, para os historiadores do futuro, ou para que, eu mesmo, daqui a mais um tempo, repita esse mesmo discurso, com menos esperança ainda, sobre outras operações, sobre outros corruptos e corruptores, sobre outras filas e outras escuridões, ou sobre outros corpos estendidos no chão.

O dinheiro público é sagrado. Os cofres públicos deveriam ser tratados como verdadeiros sacrários. Mas, não é o que tem acontecido neste país “abençoado por Deus e bonito por natureza”. Há uma verdadeira sanha de uns poucos, sobre uma riqueza que deveria ser de todos. Ouso dizer que, não houvesse corrupção no País, seriam muito poucos os brasileiros com fome, ao relento ou analfabeto. Não se ouviriam gemidos do lado de fora do hospital público. Não haveriam tantas balas perdidas, nem miradas. Não haveria tamanha barbárie.

Imagine-se, por exemplo, uma Previdência sem corrupção. Não haveria, quem sabe, o tão propalado “déficit da previdência”. Não haveria, quem sabe, necessidade de uma, já anunciada, nova reforma que, com certeza, irá decepar direitos sagrados dos trabalhadores. Haveria, sabe-se, condições de se remunerar melhor todos aqueles que dedicaram uma vida inteira de trabalho pelo país, e que não recebem,

no final da vida, o merecido reconhecimento. Imagine-se, igualmente, uma Saúde sem desvios. Não haveria tamanho sofrimento, a ponto de se instituir, muitas vezes, uma verdadeira loteria macabra, para se decidir quem tem o direito de viver e quem é relegado, ou condenado, à morte, na porta de entrada do mesmo hospital que, por dever, lhe devolveria a vida, na plenitude. Imagine-se, enfim, um orçamento inteiro sem corrupção. Investimentos públicos multiplicadores de emprego, de renda e de qualidade de vida.

Imagine-se a implantação, como eu defendi, já em 1995, da chamada “CPI dos Corruptores”. Na verdade, ela se confundia com uma “CPI das Empreiteiras”. A Comissão morreu no nascedouro, pela falta de vontade dos partidos e dos líderes partidários de investigar os desvios que, naqueles idos tempos, chamavam a atenção, principalmente dos recursos do orçamento da União. Se cumpridas as sugestões e as determinações que, certamente, seriam aprovadas, caso aquela Comissão tivesse sido instalada, não haveria, hoje, quem sabe, necessidade da Operação Navalha, nem das outras operações e CPIs anteriores, como a “das Sanguessugas”, “das Ambulâncias”, “do Mensalão”, “dos Correios”, “Furacão”, “Gafanhoto”, “Matusalém”, “Anaconda”, e tantas outras, com suas respectivas, e criativas, nomenclaturas.

É por isso que eu sempre defendi a idéia de que a gestão pública tem uma imensa dose de sacerdócio. O concurso público tem que adicionar novos elementos que não somente o conhecimento. Pobre país onde a sabedoria é colocada a serviço do mal! Os cargos de livre provimento têm que ser

preenchidos sob critérios rígidos de boa conduta. O comportamento do servidor público, em todos os níveis, tem que ser, obrigatoriamente, ilibado, sem qualquer mácula que o desabone. Para dirigir um órgão público, há que se ter uma folha corrida sem manchas. O sigilo bancário do servidor público, em qualquer nível, tem que estar, sempre, à disposição, para eventuais esclarecimentos. Quem escolhe um subalterno torna-se, obrigatoriamente, co-responsável pelas ações do designado, qualquer que seja a função. Uma vez investido em cargo público, o servidor será afastado, imediatamente, quando de qualquer suspeita de desvio, até que se encerrem todas as investigações sobre a sua conduta.

Igualmente, o partido político terá que ser co-responsável pela escolha dos seus candidatos, em qualquer nível, tanto nos parlamentos, quanto para os cargos majoritários. Para o Poder Legislativo, terá que ser implantada, necessariamente, a fidelidade partidária. De igual modo, em qualquer possível desvio de conduta, o parlamentar deverá se afastar, até que todas as instâncias de investigação emitam seus veredictos. Se confirmada a culpa, além de perder o mandato, terá que devolver aos cofres públicos, obrigatoriamente, os recursos apropriados indevidamente, em valores corrigidos monetariamente.

Para todos os poderes, deve ser extinto, de imediato, o chamado foro privilegiado.

Além disso, há que se instituir o financiamento público de campanha. Os interesses da corrupção têm difundido, hoje, a idéia de que se trata de mais um gasto público des-

necessário, ou uma nova “mordomia” para os parlamentares ou para os postulantes aos cargos majoritários. Ora, é exatamente o oposto! A corrupção que se alastra no financiamento privado das campanhas é infinitamente maior que qualquer montante de recursos que venham financiar as eleições, em todos os níveis. Ninguém financia campanhas eleitorais, sem a devida compensação. Aí, não importa se tais retribuições posteriores se materializam por meios ilegais. Quantas são as leis que beneficiam interesses individuais ou de grupos específicos, em detrimento das necessidades coletivas?

O financiamento público democratiza o acesso aos mandatos. As campanhas eleitorais, nos moldes atuais, fugiram do alcance de quem tem poucos recursos para se eleger. Ou, pior ainda, de quem se move pela boa conduta. Campanhas milionárias discriminam os possíveis representantes dos segmentos mais pobres da população, que são obrigados a uma espécie de procuração compulsória, para serem representados politicamente, principalmente nos legislativos. Entretanto, o financiamento público não pode se transformar, também, em foco de corrupção, ou de um valor que se permita agregar aos recursos dos chamados “caixas dois”, recentemente tratados como “recursos não contabilizados”. A fiscalização sobre os gastos de campanha deverá ser mais contundente e avessa a qualquer possibilidade de impunidade.

Há que se ter uma integração maior entre os órgãos responsáveis pela fiscalização dos gastos públicos. Hoje, os trabalhos dos órgãos responsáveis por essa tarefa, das mais

importantes, se realizam de forma estanque, quando não concorrentes. A Controladoria Geral da União, os Tribunais de Contas, principalmente o da União, os órgãos gerenciadores de risco, as instituições responsáveis pela fiscalização dos gastos de campanha, os Conselhos de Ética, as Comissões Parlamentares de Inquérito, nem sempre trabalham conjuntamente, resultando em duplicação de esforços e de recursos, além de não atingir os objetivos propostos. Vale lembrar que uma investigação mal feita é pior que a não-investigação, porque distribui, indevidamente, atestados de idoneidade.

Embora os parlamentares tenham, de fato, pouca participação relativa na definição do orçamento da União, um dos focos principais de corrupção são as chamadas “emendas individuais”. Nas duas pontas: há corrupção na liberação dos recursos, na maioria das vezes em troca de votos, no parlamento, sobre assuntos de interesse do Executivo e na execução propriamente dita, na relação do Governo com o executor da emenda parlamentar, quase sempre empresários financiadores de campanha. No meio disso tudo, funcionários igualmente corruptos, que se aproveitam da promiscuidade, para levar alguma vantagem indevida.

Não sei quantas operações ainda virão. Nem como se chamarão. Nem quantas CPIs ainda se instalarão. Nem como se comportarão. Espero que não se esgote a criatividade da Polícia Federal. Nem as minhas esperanças.

Não tenho qualquer expectativa de que as mudanças que a população tanto reclama, em termos de valores e re-

ferências, venha a ser concretizada de dentro para fora. As últimas pesquisas de opinião pública dão conta de que essa mesma população também não acredita mais nas suas instituições públicas. É que nunca, em nenhum momento da nossa história política, os três poderes da República estiveram tão contaminados pela corrupção. Há um poder paralelo, que se entranha no Congresso, no Executivo e no Judiciário, que faz com que as instituições públicas percam a legitimidade junto à sociedade civil. Aos olhos da população, seus representantes políticos são, todos, protagonistas de um grande teatro do absurdo. Ela generaliza, e coloca, quase que sem exceção, todos no papel de vilões e usurpadores da coisa pública.

A população sente a perda de suas melhores referências políticas. Os grandes nomes representativos dos principais segmentos organizados da vida nacional não foram renovados. Ela sente falta, por exemplo, de um jornalista como Barbosa Lima Sobrinho, de um político do porte de um Ulysses Guimarães, ou de um Teotônio Vilela, de um jurista como Raimundo Faoro, ou Evandro Lins e Silva, ou, ainda, Sobral Pinto, de um religioso como Dom Helder Câmara, de um economista como Celso Furtado, e tantos outros, em todos os campos da vida nacional, capazes de aglutinar um pensamento e uma prática em nome da reconstrução das nossas melhores representações democráticas. Enquanto isso, ficamos nós, quem sabe municiados pelas melhores intenções, mas como numa Babel, falando línguas diferentes e construindo uma torre, embora não se saiba muito bem

até onde ela se erguerá. E, aí, alimentamos, na população, a idéia do tal teatro. O que falamos, embora possa ser orientado pelas melhores das convicções, não encontra, fora dos limites do Congresso, a devida repercussão. Por isso, em caráter da maior urgência, temos que encontrar, no Congresso Nacional, uma linguagem comum, sem necessidade de tradução simultânea. A mudança que virá, a partir de princípios democráticos, terá que contar com a participação do poder constituído.

Mas, o tempo passa, e o noticiário invade as salas, com sucessivas operações da Polícia Federal, fixando algemas em quem deveria ser, de fato, guardião da coisa pública. É preciso que juntemos forças para expulsar, de vez, esses novos vendilhões do templo. E, aí, de nada vai adiantar, unicamente, o trabalho moralizador do Parlamento, se outras instâncias de poder também continuarem a falar uma língua própria, longe do entendimento, e das expectativas, da imensa maioria dos mortais. Se, por exemplo, o Judiciário traduzir as leis de acordo com conveniências e contra o interesse público. Engavetar, o que sangra nas feridas da corrupção. Punir, unicamente, os pobres e privilegiar os ricos. O que dizer, por exemplo, quando um Ministro, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, atribuir, sob holofotes, como de motivação psiquiátrica, as decisões judiciais fundamentadas em provas cabais? Evidentemente, não haverá babel mais contundente que essa.

É por isso que, embora nossas melhores intenções, não há que se esperar, a partir do Executivo, do Legislativo e do

Judiciário, pelo menos no curto prazo, as mudanças políticas, obviamente no espaço democrático, que a sociedade tanto reclama. Ocorre que a realidade brasileira, hoje, tamanha a barbárie, não pode esperar mudanças além do curto prazo. E, aí, há que se ter uma imensa mobilização de fora para dentro. É preciso que o povo seja, de fato, senhor da história. Sujeito, e não objeto. É preciso que a sociedade brasileira volte a exercitar a força das ruas. Um movimento, que poderia orientar-se sob o lema “Reage, Brasil”. Ora, um país com tantas e tamanhas riquezas, como o nosso, não pode permanecer mergulhado na barbárie. Não pode conviver com a corrupção, com a miséria e com a pobreza, com a violência, com o analfabetismo e com tão precárias condições de vida. No século passado, fomos o país que mais cresceu no mundo. Embora toda essa riqueza gerada pelo trabalho dos brasileiros, irrompemos o novo milênio como o país de pior distribuição de renda do planeta, mergulhado na violência e na corrupção.

Esse é um momento de conclamação. Que a população brasileira ocupe, de novo, de maneira pacífica e democrática, as ruas e exija mudanças de postura dos gestores da coisa pública, em todos os níveis. Que reclame por uma reforma política que legitime, verdadeiramente, as suas instituições democráticas. Que imponha o término da corrupção. Que obrigue o fim da impunidade, principalmente para quem se locupleta com o sagrado dinheiro público. Que se reconstrua um Estado em novas bases, verdadeiramente voltado para a democracia, a soberania e a cidadania. Que as leis busquem,

de fato, o interesse coletivo, e não a sanha perversa de alguns. Que todos sejam iguais perante a lei, como determina a nossa Constituição.

Ainda está presente, na nossa memória, o movimento “Diretas-Já”, que, embora a subserviência ao poder do Congresso Nacional, que negou, num primeiro momento, a lei que daria ao povo o direito de votar para presidente, marcou um dos momentos mais sublimes da nossa história, e deu suporte para a abertura política. Uma mudança também reclamada em todos os cantos e recantos do País, naqueles idos da década de oitenta.

Quem não se lembra dos jovens “cara-pintadas”, movimento democrático que, também, ocupou as ruas de todo o país, na luta contra a corrupção?

Quem não se lembra de tantos outros momentos em que a sociedade ditou, verdadeiramente, os melhores rumos para o País?

É hora da sociedade organizada reagir. A partir dos movimentos das igrejas, das escolas, das famílias, dos sindicatos, das organizações de classe.

Reagir, em todos os sentidos da palavra, e da ação: de demonstrar reação, de protestar, de se opor, de lutar, de resistir. De agir, de novo.

“§

ão dois mundos, separados por um imenso muro da vergonha. O deus-mercado substituiu a família pela televisão. O grande círculo familiar deu lugar a um semicírculo. À frente, o aparelho de TV, algo assim como um parente comum em todos os lares, quem sabe o próprio pai, porque tem o dom de orientar corações e mentes. Só é “incluído” aquele que tem condições de adquirir a tal marca de tênis, a roupa da grife da moda, o aparelho eletrônico de mais alta definição, o carro, a moto, o perfume e a conta do banco. Para o deus-mercado, porém, igualmente, muitos são os chamados, poucos os escolhidos. Fora destes, os “excluídos”.

A escola foi mercantilizada e a igreja excomungada e, em muitos casos, igualmente objeto de negócios financeiros. Vende-se de tudo, inclusive consciências e indulgências. A pluralidade deu lugar a um pensamento único.

O homem passou a ser um, na multidão. Muitas vezes, coberto por sentimentos paranóicos, de que há alguém a persegui-lo. Tudo isso, porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém, no lugar dele. Sai de cena a figura do semelhante, e dá lugar à imagem do concorrente. O resultado disso tudo é o que já se chamou de “esgarçamento do tecido social”, cujas previsões sombrias dão conta de um verdadeiro caos social.”

Senador Pedro Simon